

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GEARLANZA ALVES GALDINO

**PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
COLÉGIADO TERRITORIAL DO LITORAL NORTE DE ALAGOAS**

Maceió,

2013

GEARLANZA ALVES GALDINO

**PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
COLEGIADO TERRITORIAL DO LITORAL NORTE DE ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Augusto
Miranda Setti.

Maceió,

2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

G149p Galdino, Gearlanza Alves.
Participação e representação dos agricultores familiares no colegiado territorial do litoral norte de Alagoas / Gearlanza Alves Galdino. – 2013. 139 f.

Orientador: Gabriel Augusto Miranda Setti.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 120-130.
Anexos: f. 131-139.

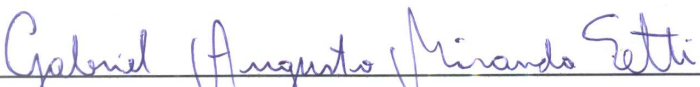
1. Participação social. 2. Agricultura familiar – Alagoas. 3. Capital social. I. Título.

CDU: 316.47: 338.43.01(813.5)

GEARLANZA ALVES GALDINO

**PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
COLEGIADO TERRITORIAL DO LITORAL NORTE DE ALAGOAS**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 19 de dezembro de 2013.



Dr. Gabriel Augusto Miranda Setti/UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:



Dr. João Batista de Menezes Bittencourt/UFAL (Examinador interno)



Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias/UFAL (Examinador externo)

Dedico
A meus pais
Maria Alves e José Galdino,
pelo esforço em oferecer
educação formal e cidadã,
sobretudo, ensinar com a vida
valores, como a moral e a humildade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque permitiu que este trabalho acontecesse.

A meus pais, que, com seu exemplo de vida, me ensinaram a batalhar pelos meus objetivos. Agradeço o carinho, a compreensão e o apoio em todos os momentos.

A todos de minha família, os presentes e os ausentes pela distância. A meus irmãos, Cecília, Rafael e Rubia e ao pequeno Guilherme. Grata pela paciência, força, e incentivos.

Ao prof. Dr. Cezar Nonato, que, desde o projeto inicial me orientou.

Ao prof. Dr. Cid Olival, que colaborou com indicações correlacionadas a economia regional e a agricultura familiar.

Ao prof. Dr. João Bittencourt, que apresentou importantes contribuições na banca de qualificação.

Descrever sobre o prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello (*in memoriam*) é emocionante. Em sua presença, aprendi, na trajetória acadêmica do mestrado olhar com bastante atenção para a agricultura familiar e, de forma crítica, para a participação social. E na sua ausência, desdobrar minha atenção para o objeto de estudo e confiar em suas palavras, de que nosso trabalho traria uma importante contribuição para as ciências sociais em Alagoas.

Ao orientador, prof. Dr. Gabriel Setti, também responsável por todo o trabalho realizado, inclusive na reorganização do Grupo de Pesquisa, Cidadania e Políticas Públicas. Obrigada por suas orientações e ensinamentos contínuos. Pela atenção, paciência e amizade em todas as etapas, fazendo-me acreditar que no momento certo, iríamos concluir.

Ao prof. Dr. Ranulfo Paranhos, que me apoiou na qualificação e toda a equipe do Grupo de Pesquisa.

Aos membros do colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas, com quem construí laços e estiveram sempre dispostos a falar sobre suas vidas. Obrigada pelo apoio e atenção.

À equipe da Célula de Acompanhamento, especialmente à Prof. Dr^a. Maria do Carmo, obrigada pelo apoio e orientações.

Aos professores do PPGS, agradeço a troca de conhecimentos e o apoio.

Ao corpo técnico do ICS e do PPGS, sobretudo Gilnison, Ivone e Edva.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado.

Aos colegas da turma que transmitiram alegria, motivação e confiança.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre o processo de participação e representação social dos agricultores familiares do Litoral Norte de Alagoas. Neste trabalho, buscou-se descobrir como se constituiu a participação dos membros no Colegiado Territorial no período de 2011 a 2013, no sentido de compreender quais os fatores que motivaram a participação de representantes dos agricultores familiares. A pesquisa utilizou os métodos qualitativo e quantitativo. O primeiro foi empregado na análise dos dados da pesquisa, coletados por meio de entrevistas estruturadas com os representantes do Colegiado Territorial, assim como, no acompanhamento das reuniões. O segundo foi utilizado para a descrição da realidade socioeconômica da região estudada e na análise dos dados tabulados nos questionários. Assim, baseando-se na teoria de espaço público de Jürgen Habermas e capital social e político de Pierre Bourdieu e Robert Putnam, analisou-se o colegiado como espaço público, constituído por atores sociais da esfera da sociedade civil e do Estado, que estão imbuídos de capital social e político. Esses conceitos citados convergem para a análise da participação dos agricultores familiares como processo social, a partir da ótica de Norbert Elias. Por fim, pode-se dizer que a pesquisa captou fatores de ordem subjetiva e objetiva que motivaram a participação dos atores sociais, sobretudo, dos agricultores familiares da região do Litoral Norte do Estado de Alagoas.

Palavras-chave: Participação social. Agricultura familiar. Capital social. Capital político. Litoral Norte de Alagoas.

ABSTRACT

This dissertation presents a study on the process of social participation and representation of farmers of the North Coast of Alagoas. This paper sought to discover how it was the participation of members in the Board Territorial period 2011-2013, in order to understand what factors possibly motivating the participation of representatives of farmers. The research used qualitative and quantitative methods. The first was used in the analysis of survey data, collected through structured interviews with representatives of the Territorial Board interviews as well as in monitoring meetings. The second was used to describe the economic reality of the region studied and the analysis of the data tabulated in the questionnaires. Therefore, based on the theory of Jürgen Habermas public space and social and political capital of Pierre Bourdieu and Robert Putnam, analyzed the college as a public space, consisting of social actors from the sphere of civil society and the state, which are imbued with social and political capital. These concepts mentioned converge to the analysis of the participation of family farmers as a social process, from the perspective of Norbert Elias. Finally, it can be said that the survey captured the subjective and objective order factors that motivated the participation of stakeholders, especially the farmers of the North Coast region of the state of Alagoas.

Keywords: Social participation. Family farming. Social capital. Political capital. North coast of Alagoas.

LISTA DE FIGURA

Figura 1–Ciclo de gestão social - PDSTR.....	61
----------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1–Segmentos de entidades estratégicas.....	97
----------------------------------------------------	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área Canavieira do Estado de Alagoas.....	68
Mapa 2 – Distribuição das ações do colegiado territorial.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição Institucional do Colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas.....	96
Quadro 2 – Participação e relação entre sociedade civil e Estado.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – % dos ocupados no setor agropecuário.....	39
Tabela 2 – Grupo de áreas por estabelecimentos (1995-96).....	69
Tabela 3 – Grupo de áreas por estabelecimentos 2006.....	69
Tabela 4 – Grupos de áreas por estabelecimentos com agricultura familiar.....	107
Tabela 5 – % de extremamente pobres do Litoral Norte.....	107
Tabela 6 – População em extrema pobreza por território.....	108

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIATs	Comissões Intersectoriais de Apoio ao Desenvolvimento Territorial
CNDRS	Conselho nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPNORT	Cooperativa dos Pequenos Produtores da Região Norte de Alagoas
CONORTE	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável do Norte de Alagoas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARE	Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário

MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINF	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria do Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário de Alagoas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLANDE	Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SIT	Sistema de Informações Territoriais
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.1	Do camponês ao agricultor familiar	29
2.1.1	O camponês no imaginário político brasileiro.....	33
2.2	Modernização conservadora: um marco para a agricultura brasileira.	35
2.3	Redemocratização brasileira: a ascensão de novos atores sociais	40
2.4	A reconfiguração do meio rural	46
2.4.1	Agricultura familiar no desenvolvimento rural.....	50
2.5	Concepções de território	54
2.5.1	A dimensão territorial para o meio rural.....	58
3	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO	63
3.1	O PRONAT no Litoral Norte de Alagoas	63
3.1.1	Canais de participação: a experiência dos colegiados territoriais.....	70
3.2	Capital Social e poder	72
3.3	Participação, representação e esfera pública	79
4	O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	85
4.1	O que as observações revelaram?	89
4.2	O colegiado territorial no Litoral Norte de Alagoas	93

4.3	O processo de participação dos agricultores familiares no colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas.....	102
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS.....	120
	APÊDICE.....	131

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa¹ tem como objetivo investigar a participação social dos agricultores familiares no desenvolvimento rural do Litoral Norte de Alagoas, especificamente o recorte metodológico privilegia o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais – PRONAT, uma vez que o objetivo deste é direcionado para a agricultura familiar.

Nessa perspectiva, o trabalho busca relacionar historicamente aspectos das mudanças ocorridas no meio rural ao processo de construção dos canais de participação social, no período que se estende da redemocratização brasileira, em 1988, até a criação do PRONAT em 2003.

Assim, em uma dinâmica societária cada vez mais conectada (GIDDENS, 1991), a relação ou, para muitos, a dicotomia entre cidade/campo (FAVARETO, 2010; VEIGA, 2002) também altera a organização e o funcionamento da vida cotidiana do sistema social e econômico, substituindo uma lógica antes homogênea, sem movimentos, por uma lógica dinâmica, heterogênea, interdependente e mais diversa.

Nesse sentido, o campo torna-se cada vez mais parte do meio urbano, integrado e identificado não somente do ponto de vista produtivo, no qual o rural é compreendido como o lugar da produção das matérias primas. Hoje o rural está para além dessa visão, sua organização complexamente é reconfigurada, constituindo um espaço não somente agrícola, mas incrementado por outras atividades, inclusive não agrícolas e permeado por novos processos identitários.

Assim, nesta perspectiva de uma interligação entre o meio urbano e rural, surge uma nova escala para a efetuação das políticas públicas, a escala territorial (PERICO, 2009), que busca romper com a proposta do local, já que esta não consegue atender as demandas dos municípios. E paralelamente, a partir dessa

¹ A temática da pesquisa foi motivada pelas experiências vivenciadas pela pesquisadora na Incubadora de Empreendimentos Solidários-IESOL/UFAL vinculada à Rede Unitrabalho, a partir das quais se perceberam os desafios do meio rural, os empecilhos que impedem a efetividade das políticas públicas e as dificuldades de os atores sociais participarem das próprias associações e cooperativas, principalmente dos espaços direcionados à construção de políticas públicas.

proposta, percebe-se a multidimensionalidade do território, apreendendo-o como o espaço social das relações e como território de identidade.

Para a efetividade das políticas públicas territoriais, um dos elementos primordiais é a participação da sociedade civil, que, do ponto de vista institucional, foi obtida gradativamente em decorrência da mudança na estrutura política do Estado, precisamente com o processo de redemocratização brasileira.

Tais mudanças são historicamente resultados não somente da ação do Estado, ou seja, da maior intervenção dos governos nos problemas sociais e da reforma na gestão pública, mas, sobretudo, da organização da sociedade civil.

Vale ressaltar a ação mobilizadora e de intermediação dos movimentos sociais – com relevante influência do movimento sem-terra nas políticas públicas para o meio rural – que permitiu que o Estado refizesse as bases sociais, políticas e econômicas do desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, a participação (GOHN, 2011) da sociedade civil se torna um fator importante por dois motivos. O primeiro possibilita conhecer a realidade local, necessidades e demandas a partir dos próprios atores sociais. O segundo permite o empoderamento da sociedade civil, fortalecendo a democracia e proporcionando uma representação mais efetiva dos agricultores familiares.

Considerado um canal de participação e um mecanismo que busca, de forma equitativa e inclusiva, a descentralização do poder, o colegiado territorial é um espaço público que dele emana os fundamentos para a construção das políticas territoriais. É formado por representantes da agricultura familiar, bem como, por sindicatos, Organizações Não Governamentais - ONGs, governo municipal, estadual e federal, entre outras organizações.

Com efeito, conforme o Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA (BRASIL, 2011c), o colegiado territorial é a instância deliberativa de maior alcance que favorece a representação dos agricultores familiares por meio da participação de cooperativas e associações. E permite o fortalecimento do debate, do diálogo e das decisões de forma paritária entre a sociedade civil e o Estado.

Um elemento relevante na constituição da participação é o outro mecanismo da democracia, a representação. Uma vez que o colegiado é formado por uma pluralidade de organizações que mostra a manifestação da sociedade civil, pode, por outro lado, tornar-se frágil e restrita aos representantes daquelas, sendo importante, nesse caso, uma averiguação da mobilização pré-existente aos colegiados.

No referencial teórico da pesquisa, três conceitos são essenciais para a fundamentação: esfera pública, conforme a teoria habermasiana que traz a ideia de espaço público aberto à discussão; capital social e político, construído por Pierre Bourdieu que são princípios para a produção da estrutura social; e processo social do Norbert Elias que permite analisar a participação dos atores sociais num processo histórico de longo prazo.

Esses três conceitos tornam-se categorias que se completam na compreensão do contexto e da realidade da vida social dos indivíduos envolvidos no ofício de tecer a rede em busca do desenvolvimento territorial. Assim como, qualificam a participação social, criando espaços legítimos de discussão e crescimento de capital social e político.

Baseados nesse arcabouço teórico, o problema contorna a questão da participação que, ao relacionar o princípio da participação social com a ideia de território do PRONAT, busca, nesta pesquisa, saber como o colegiado corresponde ao princípio norteador do programa – a participação. Como se constitui a participação dos agricultores familiares no colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas?

Assim, pressupomos que o colegiado é um canal de participação que consiste em um espaço aberto à discussão democrática e à deliberação de questões públicas direcionadas à agricultura familiar, bem como, corrobora para o empoderamento da sociedade civil, mas que termina por não apresentar uma participação expressiva e plural dos agricultores familiares, devido à insuficiência de capital social e político destes e falta de incentivo do Estado à participação social. Logo, a pesquisa tem o desafio de avaliar o grau de envolvimento dos agricultores

familiares no desenvolvimento das políticas territoriais, desde a elaboração ao controle.

O trabalho enfatiza que é fato o avanço da inserção da sociedade civil no desenvolvimento das políticas públicas, a exemplo dos conselhos e orçamentos participativos (AVRITZER, 2003; GOHN, 2011). Mas, é sumamente relevante perceber as dificuldades e limites tanto da estrutura do Estado, como o nível de participação da sociedade civil no desenvolvimento das políticas públicas.

A perspectiva teórico-metodológica do trabalho não tem a pretensão de apontar como caminhos únicos do colegiado territorial (SILVA, 2007) a via clientelista ou a direção do empoderamento da sociedade civil. Mas, compreende que o colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas é um canal de participação que viabiliza a representação de identidades e o exercício da democracia, no entanto, é também um espaço de disputa por poder e com distintos interesses.

Portanto, de acordo com o sociólogo Marcelo Silva (2007), em sua proposição de uma “sociologia relacional” para a análise dos processos participativos, procuramos analisar a participação a partir de uma concepção relacional e histórica, examinando em pormenores como são construídos os processos de participação social no colegiado, *per sí*, uma vez que, afirma Silva (2007, p. 483), esses processos “[...] adquirem seu sentido a partir de sua posição na trajetória do campo de relações no qual e pelo qual são socialmente produzidas”.

Destarte, na possibilidade de estudar outros territórios, ao pesquisar sobre o Litoral Norte de Alagoas, podemos analisar suas especificidades. Esse litoral é uma microrregião formada por doze municípios com uma ampla diversidade cultural e econômica.

Formada por uma população total (IBGE, 2012c) de 180.788 habitantes, distribuída em 125.082 no meio urbano e 55.706 no meio rural, o que equivale a 69% da população urbana e 31% no meio rural. Acerca da caracterização socioeconômica, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, Alagoas tem 94.572 (IBGE, 2013b) estabelecimentos de agricultura familiar em Alagoas, o que corresponde ao Litoral Norte uma percentagem de 4% (4.052), ocupando o Agreste

o valor de 46% dos estabelecimentos. Também segundo os dados do Sistema de Informações Territoriais – SIT, em 2010 contabilizava 3.381 famílias assentadas (BRASIL, 2012), 6.311 pescadores (BRASIL, 2012), 2 comunidades quilombolas (BRASIL, 2012) e 1 terra indígena, além do artesanato e do trabalho assalariado inclusive nas Usinas e o Turismo como uma atividade promissora.

Então, a partir das peculiaridades (LEITE, 2010) do território, procuramos compreender o processo de participação social no desenvolvimento das políticas públicas territoriais e como se constitui o diálogo da sociedade civil com o Estado. Também, buscamos encontrar elementos importantes para pensar e analisar a participação social de forma mais profunda, ao estudar a qualidade da participação, (FARIA, 2007) bem como da representação no colegiado territorial.

Para a operacionalização metodológica da pesquisa, utilizamos os dois métodos: qualitativo e quantitativo. O método quantitativo, segundo Boudon (1989, p.24), “[...] permite recolher, num conjunto de elementos, informações comparáveis entre um elemento e outro”. Para tal, foram utilizados dados de outras pesquisas (IBGE, SGE, SIT, INCRA, PNUD) para o mapeamento e caracterização estatística do território e dos municípios constitutivos, - população, atividades produtivas, educação, entre outras variáveis.

Os dados quantitativos representam numericamente a realidade social do território, na qual o PRONAT é instaurado, e auxiliam na compreensão do impacto das políticas públicas territoriais na realidade social do Litoral Norte de Alagoas. Por outro lado, os dados encontrados na pesquisa quantitativa reforçam os dados qualitativos coletados e analisados.

O método qualitativo propõe, segundo o sociólogo Bonato (2011, p.1), “realizar um exame intensivo de dados produzidos a partir de um exame minucioso de uma unidade social circunscrita, visando também um aproveitamento dos dados o mais completo possível”.

O método qualitativo fez-se necessário para compreender e reinterpretar efetivamente como se dá a participação social, direcionando-se para a ação dos

indivíduos, buscando descobrir os motivos, sentidos e significados da participação dos atores envolvidos no território.

Assim, enquanto o método qualitativo, busca investigar em profundidade uma unidade única, ações individuais ou grupais, o método quantitativo investiga elementos primordialmente comparáveis em si.

No entanto, na pesquisa, eles não são independentes, mas os dados obtidos por diferentes técnicas são complementares na análise dos dados. Uma primeira técnica do tipo qualitativa, a observação participante², é realizada nas reuniões mensais do colegiado territorial no período de 2011 a 2013.

Na pesquisa, utilizamos os pressupostos de Cecília Minayo (2010, p. 70), entre os quais a observação participante é um “processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”.

No entanto, no processo de observação participante, é fato também outro elemento que Minayo (2010, p.70) suscita, afirmando que o observador, “[...] faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele assim como é modificado pessoalmente”. Nesse sentido, consideramos a observação participante uma técnica, na qual o pesquisador tem a oportunidade de se aproximar dos observados para então compreender os “sentidos” que os indivíduos atribuem as suas ações. E, paralelamente, o pesquisador, ao se envolver na vida social do grupo, compartilha interesses, cultura, sugestões, entre outros elementos.

² Há diversas abordagens de observação participante (HAGUETTE, 1992) umas que enfatizam o aspecto funcionalista com procedência na antropologia, outras que focam no viés mais interacionista com origem na sociologia. Entre as questões abordadas na sociologia, Haguette afirma que autores como Schwartz e Schwartz (1955) concordam ser um instrumento de captura de dados, em que há uma interação face a face do observador com os observados e que a participação do pesquisador provoca mudanças na realidade social em que está inserido, da mesma forma que também recebe influências do meio. Diferentemente, Bruyn (1966, p.12 apud HAGUETTE, 1992, p.74) afirma que a observação participante “é uma orientação básica para o estudo da sociedade humana”. Nesse sentido Bruyn não nega o envolvimento pessoal com os indivíduos observados, mas não é posto como aspecto modificador do meio, mas como o instrumento para a compreensão da ação humana.

Outra técnica, as entrevistas estruturadas (RICHARDSON, 1999) são instrumentos de coleta de dados, em que as perguntas e respostas são formuladas previamente pelo pesquisador. As perguntas elaboradas na pesquisa são baseadas na literatura utilizada e nas observações realizadas. É feita com os participantes e representantes dos agricultores familiares, precisamente de associações e cooperativas e demais organizações que compõem o colegiado (Estado, sindicatos, ONGs e movimentos sociais).

Pesquisar sobre participação social é estudar para além da representação. Significa atingir o indivíduo em sua dimensão sociopolítica, no entendimento do sentido e significado de participar. Significa também decifrar e analisar uma teia de significados tecidos pelos indivíduos no território do Litoral Norte de Alagoas.

A participação social e a representação são analisadas por meio da observação participante nas reuniões do colegiado territorial e é transformada do ponto de vista processual e histórico numa parte substancial da análise de dados.

Esse acompanhamento contínuo permitiu colher informações sobre as discussões, o processo deliberativo, relações de poder, o caráter da participação/representação e os atores efetivamente envolvidos. Ainda, perceber as potencialidades e necessidades do Território, apontadas pelos atores sociais.

No recorte metodológico da amostra da pesquisa, tomou-se como princípio relevante a diversidade identitária do território, de forma que fossem contemplados todos os 12 municípios e expressa a pluralidade das identidades do território.

Nesse sentido, foi realizado um recorte das categorias entre os grupos identitários que estão inseridos no mundo da agricultura familiar e preenchem 40% da amostra. São eles: indígenas, quilombolas, assentados, pescadores e artesãos. O poder público, representado no governo municipal, estadual e federal, corresponde igualmente a 40% e os sindicatos, a 20% do total da amostra.

No universo da agricultura familiar, dois grupos se destacam na escolha dos atores sociais para as entrevistas: o grupo de mulheres e os que correspondem aos assentados. A justificativa por esses grupos se dá pelo fato de os atores que o compõem serem os principais protagonistas do processo de desenvolvimento rural e

de democratização das políticas públicas e do próprio desenho da estrutura da agricultura familiar. Sendo um setor composto por vários segmentos, assim, optou-se por aqueles, mesmo que não se faça uma análise detalhada na dissertação dessas categorias.

Na delimitação da amostra, fizemos a opção de entrevistar atores sociais que participam, ou temporariamente estão afastados do território, pois esses últimos dão a oportunidade de discorrer sobre o surgimento do colegiado e do próprio processo de participação dos atores sociais.

As entrevistas estruturadas são acompanhadas de questionários com perguntas abertas e fechadas que abordam questões sobre a vida social do entrevistado e sua inserção no colegiado; em outro bloco, interrogamos sobre questões normativas e políticas do colegiado.

A entrevista com os integrantes do colegiado territorial foi uma técnica de suma importância para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa. Conseguiu-se descobrir o invisível e o não-dito nas reuniões do colegiado, bem como, saber a opinião de cada membro sobre a participação dos atores sociais no desenvolvimento das políticas públicas.

Com as entrevistas, foi possível identificar e compreender as estratégias utilizadas nas relações de poder e apreender elementos do capital político dos agricultores familiares participantes e conhecer o universo de espaço público pré-existente das organizações às reuniões do colegiado. Por outro lado, entrevistar os representantes do Estado significou conhecer seus objetivos e perceber o comprometimento com as políticas territoriais para a agricultura.

Durante o acompanhamento no colegiado, a participação informal da pesquisadora no projeto Desenvolvimento Territorial e Gestão Estratégica (UFAL/MDA/CNPq)³ proporcionou a troca de conhecimentos, observações e

³ O projeto Desenvolvimento Territorial e Gestão Estratégica (UFAL/MDA/CNPq) foi selecionado no Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009, proposto e coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello (*in memoriam*) com apoio técnico da Prof^a Dr^a. Maria do Carmo Vieira e colaboração do Prof. Dr. Gabriel Augusto Miranda Setti. Seu principal objetivo foi acompanhar e avaliar a evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR.

informações com os professores da Célula de Acompanhamento e Informação (CAIs) sobre as reuniões do colegiado territorial.

Inclusive, as pesquisas e os questionários, em que tivemos a oportunidade de colaborar com a aplicação, também compõem a base de dados da pesquisa e complementam os dados coletados.

Outro projeto que contribuiu para a pesquisa de campo foi o SIES-Ampliação, Consolidação, Análise e Disseminação dos dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (UNISINOS/MTE/SENAES) que teve o objetivo de conhecer com mais profundidade os membros dos empreendimentos solidários. Por meio deste, foi possível ver e conhecer *in loco* a realidade dos assentamentos rurais e ouvir dos próprios agricultores familiares sua opinião sobre a efetividade das políticas públicas no Litoral Norte de Alagoas.

Na análise e interpretação dos dados, as informações colhidas foram tabuladas e sistematizadas, por conseguinte, é realizada a análise dos dados, relacionando-os com a base teórica, buscando atingir os objetivos propostos nesta pesquisa.

Na avaliação da participação, classificamos cinco elementos que indicam a direção do nível da participação dos atores - ativa ou inativa -, construídos a partir da realidade sociopolítica do colegiado e baseados no referencial teórico. São eles: capital social, capital político, tempo/freqüência, forma de participação e motivação.

Nessa pesquisa, propomos contribuir para o acoplamento entre teoria e empiria, buscando olhar, pesquisar e analisar a realidade social a partir do referencial social existente e paralelamente, consolidar a teoria a partir dos dados coletados. Assinala a cientista política Cláudia Faria (2007, p. 10) que, ao analisar a participação por esta “[...] via de mão dupla, aprofunda-se o conhecimento empírico e, ao mesmo tempo, a capacidade de interpretação e generalização dos achados de pesquisa, com o surgimento de novos referenciais teóricos”.

Essa observação complementa os pressupostos da teoria elisiana e mesmo da teoria da ação coletiva (GOHN; BRINGEL, 2012) contemporânea, no esforço de

ampliar os achados da pesquisa empírica para o estudo macro dos fatos sociais, assim como, para a construção de novas metodologias e teorias.

O trabalho é formado por três capítulos. O primeiro realiza um estudo sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, inicialmente fazendo uma relação do camponês com a agricultura como forma de compreender quem são os protagonistas do PRONAT. Em seguida, para contextualizar as políticas públicas para a agricultura familiar, fazemos uma reconstrução histórica dos fatos sociais, políticos e econômicos que ocorreram a partir do período da redemocratização brasileira que, por sua vez, promoveu impactos na organização da sociedade civil e no próprio modo de operar do Estado. Embora, bem antes, um fato histórico de sublime importância, as ligas camponesas, em meados da década de 50, tem significado para a mudança na cultura política dos atores sociais no campo da agricultura.

E em meio a tantos fatos e mudanças significantes na sociedade brasileira, o meio rural também acrescenta alguns fatores que ressignificam esse espaço e os atores sociais que o constroem. Atrelados também a redemocratização, na década de 90, surgem os agricultores familiares que dão um novo significado ao meio rural e à agricultura e, paralelamente, se consolida o agronegócio.

O segundo capítulo sociológico é dedicado especificamente para o estudo teórico da participação e representação social, espaço público e processo social. Não somente utilizamos os referenciais dessas teorias, mas outras teorias contemporâneas que complementam e apresentam concepções distintas. Por exemplo, para discutir participação social, relacionamos o conceito de capital social de Pierre Bourdieu (2010) com a percepção de Robert Putnam (2006).

E o último é reservado à análise de dados empíricos. Inicialmente descrevemos em pormenores como foi realizada a pesquisa. Por conseguinte, apresentamos os resultados da pesquisa de duas formas. Numa parte, descrevemos e fazemos a análise da observação participante, delineando em pormenores a pesquisa de campo. E, num segundo momento, apresentamos a análise dos dados quantitativos e também qualitativos, extraídos da pesquisa e de outras fontes,

incluindo ainda a defesa da hipótese na qual apontamos os avanços e limites da participação dos agricultores familiares.

Seguindo com as considerações finais, fazemos uma retrospectiva crítica do trabalho realizado, bem como apresentamos, em linhas gerais, as tendências que podemos apontar nos estudos sobre a agricultura, principalmente os que enfatizam os aspectos políticos, como a participação social nos espaços públicos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas para a agricultura têm antecedentes que motivaram a sua criação e culminaram para o marco histórico da promulgação da Constituição Federal de 1988. O conjunto deste capítulo permite conhecer as mudanças ocorridas, atores e organizações relacionadas ao mundo rural no processo histórico da segunda metade do século XX, especificamente a partir de 1988.

Então, num período de forte ambiguidade e contradições em que converge o ideário neoliberal e, ao mesmo tempo, o exercício da democracia, será que as políticas públicas para a agricultura familiar atendem efetivamente suas demandas e especificidades, inclusive com a concepção das novas ruralidades? Como é articulada a participação social dos agricultores familiares nas políticas públicas, no vapor da democratização brasileira e expansão do agronegócio? São questões que complexamente estão inseridas no discurso e programas do Estado, bem como, na atuação da sociedade civil e que são minuciosamente analisadas no decorrer do capítulo.

No estudo teórico sobre o campesinato e a agricultura familiar, articulamos com os fatos históricos relacionados à questão agrária do período que se estende da década de 50 à de 90, culminando na última década do século XX, com o surgimento da agricultura familiar em desenvolvimento na contemporaneidade (GRAZIANO DA SILVA, 1997; ABRAMOVAY, 1998).

Ao escolher como objeto de estudo a participação da sociedade civil no desenvolvimento das políticas públicas no âmbito rural, é imprescindível estudar e conhecer os atores sociais que as protagonizam, os agricultores familiares.

Para compreender quem são os agricultores familiares na contemporaneidade, precisamos fazer uma retrospectiva histórica para problematizarmos o sentido atribuído ao camponês e a sua transição para a agricultura familiar, apontando as similaridades e diferenças.

2.1 Do camponês ao agricultor familiar

O termo agricultura familiar utilizado não significa uma nova forma socioproductiva antes não reconhecida, mas refere-se às perspectivas de renovação em decorrência das mudanças ocorridas no contexto político e na forma de pensar o produtor rural, entendido pelo próprio movimento sindical, Estado e pela comunidade acadêmica.

Na literatura clássica, Karl Marx, ao realizar o estudo sobre a luta de classes e análise do sistema de produção capitalista, não desenvolveu um estudo específico sobre a questão agrária.

Na análise histórica e política sobre a França no século XIX, Marx (2010) compreende os camponeses uma massa sem unidade e sem poder político. Para ele, os camponeses não constituem uma classe, chamando-os metaforicamente de “um saco de batatas”, significando um fardo para a luta de classes naquele momento histórico.

No entanto, não podemos compreender a ausência de análise sobre a produção familiar na agricultura (ABRAMOVAY, 1998) como um ponto negativo da teoria marxista, pois seus estudos, naquele contexto histórico, estiveram direcionados para as contradições do modo de produção capitalista.

Contudo, outros autores clássicos dedicaram-se à questão agrária (ABRAMOVAY, 1998). Lênin (1899) procurou mostrar a heterogeneidade e não a unidade do mundo rural existente na Rússia, constituída por um antagonismo entre proletariado e burguesia, próprio do sistema capitalista, a qual conceitua como diferenciação social.

Kautsky (1899) descreveu acerca do caráter da exploração capitalista sobre a propriedade familiar, e da superioridade técnica, suprimindo o crescimento produtivo do pequeno agricultor.

Weber (1997) analisa os fatos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais da Alemanha, especificamente como o meio agrário responde a inserção do capitalismo moderno e a falta de um Estado que fosse capaz de dirigir todas as

mudanças pelas quais a Alemanha passara. Especificamente, observou a relação dos Junkeres⁴, os latifundiários do Leste do Elba com os camponeses, pautada não somente na exploração, mas no domínio político e fundiário dos primeiros sobre os segundos.

Fora Weber, é notável perceber que Lênin e Kautsky, naquele momento histórico, final do século XIX, retratam os camponeses em relação à lógica do sistema capitalista como produtores fadados ao insucesso. Entretanto, são autores de referência que corroboram para pensar sobre o assunto.

No entanto, outros autores têm uma visão mais focada na subjetividade com o entendimento de que para além da produção camponesa existe uma motivação social que explica o sentido de os agricultores produzirem em pequena escala e organizarem-se em família. E isso foi um avanço teórico-metodológico para as ciências sociais, buscando pesquisar as especificidades e a própria lógica do campesinato, sem que esteja relacionado com o modo de produção capitalista.

Alexander Chayanov (1925/1986, p. 118 apud ABRAMOVAY, 1998, p. 59), ao estudar o aspecto comportamental do camponês, define-o como um “[...] sujeito criando sua própria existência”. Porém, ao analisar em pormenores o campesinato e buscando encontrar o sentido que não fosse necessariamente o lucro e a acumulação do capital, Chayanov também se deparou com a questão da inserção dos camponeses no mundo capitalista, impulsionado pelo processo de modernização na agricultura, o que implicou perceber as mudanças ocorridas na forma de produção dos camponeses e a perda de suas características substanciais.

Diferentemente, na concepção de Abramovay (1998), os camponeses se situam agora no mercado e não no estabelecimento camponês como previa Chayanov, organizado conforme a lei do balanço entre trabalho e consumo⁵.

⁴ Os Junkers alemães foram grandes proprietários de terras que, mesmo na transição para a modernidade, conseguiram assegurar o controle do campo.

⁵ A expressão “balanço entre trabalho e consumo” é a lei básica da existência construída por Alexander Chayanov (1925/1986, apud ABRAMOVAY, 1998, p. 60) que, em linhas gerais, significa que, na produção camponesa a intensidade do trabalho é proporcional à satisfação das necessidades da família.

A perspectiva crítica de Abramovay é construída a partir da leitura da realidade dos agricultores familiares no que concerne a sua inserção no modo de produção capitalista. Para Abramovay (1992, apud SCHNEIDER, 2009, p. 10), “os camponeses são “[...] sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”. Enquanto, a agricultura familiar seria “[...] altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais” (ABRAMOVAY, 1998, p.22).

Assim, enquanto a agricultura familiar consegue se integrar ao mercado e desenvolver-se por meio do incremento da tecnologia à produção, o campesinato estrutura sua vida não em função de uma racionalidade econômica, mas em torno de princípios específicos como vida em comunidade, vínculos personalizados e regras coletivas, que por outro lado, também mediam a entrada do camponês no mercado, mas não comprometendo sua reprodução social, por isso de modo incompleto.

Esse é um ponto crucial para a reflexão da relação entre campesinato e agricultura familiar. A modernização técnica é um divisor de águas entre eles, pois permite que o agricultor aumente sua produção e se integre ao mercado, com a possibilidade de se juntar a cooperativas, feiras locais e centrais de comercialização.

Mas, ao mesmo tempo, não é o simples fato da imersão da agricultura familiar na estrutura da agroindústria e do mundo capitalista que pode provocar o enfraquecimento das bases estruturantes do agricultor familiar, uma vez que sua auto-reprodução estaria garantida.

Baseados em dados da pesquisa, é possível perceber que a resistência à modernização técnica, outrora praticada, é na contemporaneidade um instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar, solicitado pelos agricultores familiares em discussões no colegiado territorial e em propostas de projetos ao Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Nesse sentido, o interessante é pesquisar como as características que identificam a agricultura familiar – trabalho baseado na mão de obra familiar,

pequena extensão de terra, horário de trabalho flexível, produção para consumo, identidade com a “terra”, saber popular e uso de instrumentos tradicionais na produção – podem sofrer mudanças no modo de produção capitalista e que nem necessariamente pode ser interpretado como exploração pela lógica do sistema emergente.

Nessa perspectiva, é relevante focar a análise em aspectos mais subjetivos, buscando descobrir como o produtor concebe a agricultura familiar, construída em novas bases. Numa ótica antropológica, Klaas Woortmann traz uma contribuição importante para a reflexão do camponês e do agricultor familiar na dimensão subjetiva.

De acordo com a idéia de Woortmann (1990, p. 11), a ética camponesa é “constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente a terra”. Assim, em sua análise subjetiva, mostra que a terra como expressão da identidade e de vínculo do campesinato é analisada não na perspectiva objetiva, mas subjetivamente. Para o autor, a terra expressa uma moralidade, constituída de significados no contexto da produção do campesinato.

Na concepção de Woortmann (1990), mesmo o camponês se inserindo no mercado e se submetendo às regras do capital para assegurar a terra, o camponês, ainda assim, conserva a tradição, a honra e o valor a terra, pois esta é considerada um patrimônio da família. É uma contradição, em que transita do econômico ao moral, para alcançar a campesinidade.

O apreço a terra na contemporaneidade também é forte. Por exemplo, os agricultores idosos do colegiado declaram a preocupação de buscar meios para assegurar a agricultura familiar com sustentabilidade no Litoral Norte para que os jovens possam ver e querer dar continuidade à agricultura familiar, como explica o Sr. José (70 anos): “Se o filho vê o pai sofrer, o filho não vai querer continuar”.

Pela ótica antropológica de Woortmann, é possível vislumbrar sentidos e significados atribuídos a terra pelo camponês que não anula e que não são tão diferentes para o agricultor familiar. Há sim, hoje, um discurso mais abrangente do

agricultor familiar, atrelado às demandas da sociedade global, afirmando a necessidade de uma produção sustentável, mas que não deslegitima o sentido da agricultura familiar e o sentimento de pertencimento do agricultor familiar conjugado ao meio rural.

2.1.1 O camponês no imaginário político brasileiro

A conjuntura dos anos de 90, caracterizado pelo surgimento da agricultura familiar (GRAZIANO DA SILVA, 1997; ABRAMOVAY, 1998), é precedida por fatos históricos correlacionados ao campesinato.

De grande relevância, na década de 50, houve, no Brasil, um movimento agrário, conhecido por Ligas Camponesas (SANTOS; COSTA, 1998) considerado sinal de luta, autonomia e conquista dos camponeses, consolidado precisamente em meados da década de 50 até início da década de 60, em todo o Brasil, com intensa repercussão no nordeste e com forte influência pecebista⁶.

Os atores sociais das Ligas Camponesas, conhecidos como “moradores por condição” eram, na maioria, moradores que residiam nas terras dos senhores de engenho que, em troca, prestavam seu trabalho. Também existiram outras formas de acordo como o cambão⁷ e o foro extorsivo⁸. Enfim, os trabalhadores exigiam o término do despejo e dessas tradicionais formas nas relações de produção.

Conforme Rudá Ricci (1999, p. 68), as Ligas camponesas que lutaram contra a “arbitrariedade dos grandes proprietários rurais” em atos de despejo, resultaram na construção e promulgação do Estatuto da Terra em 1964 e permitiu que surgissem outras organizações posteriormente, todavia, o grande problema, a reforma agrária, permaneceu sem soluções, sendo realizadas pequenas ações.

⁶ É relevante a influência do Partido Comunista Brasileiro - PCB na formação das Ligas Camponesas com tentativas de torná-las sindicatos, sendo esbarradas pelos latifundiários e o Ministério do Trabalho. No entanto, com a consolidação e expansão das Ligas Camponesas, liderada pelo advogado e deputado Francisco Julião, as Ligas Camponesas continuavam com a defesa sustentada pelas idéias socialistas, mas não vinculadas ao PCB, chegando a uma total incompatibilidade, segundo Rudá Ricci (1999).

⁷ O cambão, de acordo com Caio Prado Jr. (1979), se constitui na concessão de terras para uso do trabalhador, em troca da prestação de serviço ao proprietário, pago a preço inferior da região, ou mesmo gratuito.

⁸ Conforme Prado Jr. (1979), o foro extorsivo surge da relação, na qual os foreiros eram trabalhadores que ocupavam terras distantes nos engenhos e pelas quais pagavam o aluguel (foro) e tinham a obrigação de trabalhar gratuitamente nas safras para o proprietário.

Fruto das Ligas Camponesas, o sindicato rural, que surge em 1962 com a regulamentação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, foi uma garantia do Governo João Goulart para conter os movimentos rurais na reativação das Ligas Camponesas. No entanto, juntamente com o Partido Comunista Brasileiro - PCB e a Igreja católica, os sindicatos corroboraram para a construção de uma cultura sindical no campo.

O sindicalismo que era antes separado em urbano e rural e, em pleno Regime Militar, é reprimido, em 1980 também inova sua concepção política e de atuação, realizando sua unificação e expandindo para outras classes de trabalhadores rurais como sem-terras, atingidos por Barragens, seringueiros, entre outros, com a ajuda da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG.

No final do século XX, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura-FETAG e suas federações estaduais agregam aos seus projetos (COSTA, 2013) a demanda da Agricultura Familiar. Na luta da Fetag-AL, além desta última, segundo Francymáikel Costa (2013, p.83) seus principais objetivos são o piso salarial e “[...] pautas referentes às relações e condições de trabalho do cortador de cana-de-açúcar”.

No colegiado do Litoral Norte, percebemos, por meio das observações de campo que não há uma representação significativa dos sindicatos no colegiado, caso congênere analisado por Mello (2002, p.183), ao ser admitida pela própria Secretaria de Política Agrícola e Agrária da Fetag-AL “que a entidade consegue avançar nas áreas do agreste e sertão em defesa da Agricultura Familiar, mas enfrenta obstáculos nas áreas canavieiras”.

Com efeito, essa ausência de difícil resposta pode ser causada pelo isolamento dos sindicatos do Litoral Norte ou a dificuldade do próprio projeto da agricultura familiar em expandir suas lutas e reivindicações, no sentido de agregar outras organizações.

Por fim, como atesta Delgado (2010, p.22), embora o Estatuto da Terra seja criado no Regime Militar, o período ditatorial foi momento oportuno para os governos autoritários aderirem à proposta hegemônica “[...] de que, em vez de reformar o

latifúndio, era necessário implementar uma política de modernização da agricultura com o objetivo de transformá-lo numa grande empresa capitalista”, terminando com a realização, em 1970, pelo Estado da chamada modernização conservadora, descrita a seguir.

2.2 Modernização conservadora: um marco para a agricultura brasileira

No desenvolver do processo de industrialização brasileira que continuou no período do Regime Militar, sucedeu um movimento de grande impacto na estrutura rural brasileira, sobretudo nas políticas públicas para a agricultura familiar, denominado modernização conservadora⁹, efetivamente concretizado na década de 70.

O termo modernização conservadora foi criado por Barrington Moore Jr. em estudos sobre os Junkers na Alemanha. No Brasil, suas especificidades foram analisadas, principalmente por Graziano da Silva (1998), para o qual a modernização consistiu na mudança de um complexo rural para os complexos agroindustriais, o que quer dizer:

A substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 1).

Nesse sentido, foi um processo de mudança socioeconômica que consistiu numa extensão da industrialização, fazendo das atividades agrícolas uma grande indústria com o incremento técnico nos meios de produção, acoplado a mudanças nas relações de produção. Seu objetivo era atender às demandas e necessidades dos latifundiários, com forte participação do setor financeiro e constituindo, dessa forma, parte do desenvolvimento capitalista.

Portanto, na concepção de Graziano da Silva (1998, p.35) a modernização conservadora foi, efetivamente, um “projeto modernizante’ comandado pelo Estado

⁹ O termo modernização conservadora foi criado por Barrington Moore Jr. em estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e no Japão. Especificamente, na Alemanha, os Junkers conseguiram conforme Domingues (2004, p. 188), “[...] controlar a transição para o mundo moderno [...], mas sem perder tampouco o controle do campo e mantendo suas propriedades oriundas do período feudal”.

que, ao mesmo tempo em que o viabilizava, não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária”.

Graziano da Silva (1998), além disso, aponta que o processo de modernização agrícola não é realizado de forma igualitária nas regiões do Brasil em decorrência parcial do processo histórico de atraso no complexo cafeeiro. Com efeito, as regiões periféricas não conseguem acompanhar o processo de industrialização, permanecendo o Norte e Nordeste com desigualdades regionais. Mediante programas do Governo Federal, o Estado busca solucionar essas disparidades com a intermediação do GTDN (CEPAL) - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

A modernização conservadora provocou impactos de grande intensidade e abrangência para a agricultura brasileira, conduziu a uma bifurcação na estrutura agrária brasileira: de um lado, o grupo dos latifundiários; de outro, o grupo formado pelos pequenos agricultores. Ambos os grupos estão ligados apenas pelo tipo de atividade produtiva, a agricultura, visto que o modo de produção, objetivos e interesses são distintos – o que implicou essa divisão, a criação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar que viabilizassem a reforma agrária e a democratização das decisões.

Por outro lado, é relevante ressaltar que além dessa perspectiva hegemônica do latifúndio, a modernização conservadora alcançou outros êxitos. O sociólogo José Domingues (2004), além de afirmar as mudanças acima descritas na estrutura econômica e social no Brasil, defende que ela possibilitou o aumento da liberdade e da autonomia dos indivíduos, uma vez que abriu as portas para a modernidade e trouxe consigo o pluralismo societário.

Essa percepção de Domingues é extremamente pertinente para o entendimento substancial da modernização que não está somente atrelada ao domínio dos grandes proprietários. Mas, paralelo a esse movimento de exploração, exclusão e expulsão do campo para cidade, criou-se também uma massa de indivíduos com autonomia e liberdade de organização, como o MST.

Frente à conjuntura explicada por Graziano da Silva (1998), da expansão da industrialização para atender as necessidades das cidades em crescimento, a modernização ganhou um novo sentido para os agricultores, a liberdade. Como explica na citação abaixo:

[...] o sucesso do programa de modernização conservadoramente dirigido minou as próprias bases do conservadorismo à medida que emergiu um país cada vez mais moderno, com indivíduos e subjetividades coletivas mais livres, menos propensos a serem manipulados (DOMINGUES, 2004, p.190).

Em termos sociológicos, essa mudança consiste no que Giddens (1991) define como *desencaixe*¹⁰. Similarmente, para Domingues foi um processo de deslocamento que crescia na sociedade, na qual os latifundiários já não conseguiam manter o poder de controle sobre os trabalhadores, em decorrência da expansão das organizações da sociedade civil. Assim, ao haver esse deslocamento, cumpre-se agora segundo Domingues (2004, p.195), “um movimento de “reencaixe” coletivo desses trabalhadores, constituindo novas subjetividades coletivas”.

Do mesmo ângulo, a intensidade da modernização técnica alcançada no Brasil foi tão forte – com o impulso da globalização e o *boom* da tecnologia – que a agricultura familiar (*a posteriori*) não passará despercebida. Mesmo em menor escala, alguns pequenos produtores também absorvem e consomem produtos modernos, não no sentido de uma mecanização extensiva, mas considerado como um incremento na melhoria da produção.

Esse destaque gera controvérsias ainda na contemporaneidade na área de sociologia e economia rural, tornando-se até um paradigma do capitalismo agrário, no sentido de que o fato de o pequeno agricultor comprar e fazer uso de máquinas e equipamentos, bem como, utilizar parte da mão-de-obra, assalariada, levaria à descaracterização do agricultor familiar.

¹⁰ Anthony Giddens (1991, p.29) se refere ao *desencaixe* como “[...] um ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”, ou seja, significa um processo de mudança em que os indivíduos na modernidade, reestruturam as relações sociais por meio de escalas tempo-espço. Nesse sentido o *desencaixe* desencadeia o movimento do *reencaixe*, o qual para Giddens (idem, p.83) significa a “[...] reapropriação ou remodelação de relações sociais *desencaixadas*”, o que permite a construção de novas identidades (DOMINGUES, 2004).

Como exemplo, a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) afirma como umas das principais características da agricultura familiar, a mão de obra deve ser oriunda da própria família. Ainda, de acordo com a lei, esta aponta os princípios para a formulação das políticas públicas para a agricultura familiar, dos quais o Art. 2º. considera o agricultor familiar o indivíduo que pratica atividades no meio rural, com as seguintes condições, concomitantemente:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo. (BRASIL, 2006)

O que caracteriza o rural e o agricultor familiar provoca dissensos, sobretudo, em relação aos incisos segundo e terceiro. Em consonância com a realidade do meio rural contemporâneo, caracterizado não somente com novas perspectivas, bem como, persistentes cenários de exclusão e desigualdade social, como conceber a agricultura familiar apenas pelo ponto de vista da produção e rendimento familiar, e reduzir a agricultura familiar ao tradicional de forma a naturalizar a situação?

Contrário ao tradicionalismo da lei, a partir da pesquisa, observamos que os atores sociais no meio rural ressignificam o campo através do acesso a novas tecnologias, e a própria agricultura familiar agrega novos saberes, inclusive o incremento das atividades não agrícolas na renda familiar.

Sobre a predominância da família no processo produtivo, a preocupação do agricultor familiar é com a produção sustentável atrelada ao comércio justo dessa produção. Assim, além de produzir para sua subsistência, comercializa seus produtos nas feiras locais, para cooperativas e para o próprio Estado – por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA –, isso implica, muitas vezes, a contratação de trabalhadores informais para aumentar a produção e melhorar a renda, opondo-se, nesse caso, os princípios da lei, mas que não deslegitimam a categoria de agricultura familiar.

E até mesmo, descobrimos que muitos agricultores compram de outros agricultores para vender nesses programas do governo. Nesse sentido, a

obrigatoriedade de ter a família como sua mão-de-obra não se adéqua à realidade dos agricultores familiares e não é pressuposto para aqueles considerarem a família como parte do seu patrimônio, porque, para eles, a família já está na essência de seus valores.

Na tabela 1 abaixo, são mostrados os índices de ocupação do setor agropecuário em cada município do Litoral Norte por indivíduos de 18 anos ou mais em 2010. Os maiores são em Jacuípe (47, 82%), Jundiá (47,82%), Porto de Pedras (43, 39) e Passo de Camaragibe (42,76%). Esses dados nos revelam o peso representativo da agricultura familiar nos respectivos municípios, de quão ainda é responsável pela geração de emprego e renda local, acoplada à cultura da pecuária.

Tabela 1: % dos ocupados no setor agropecuário

Município	%
Barra de Santo Antônio	19,25
Campestre	29,06
Jacuípe	52,58
Japaratinga	27,57
Jundiá	47,82
Maragogi	31,23
Matriz de Camaragibe	21,65
Passo de Camaragibe	42,76
Porto Calvo	26,75
Porto de Pedras	43,39
São Luiz do Quitunde	28,14
S. Miguel dos Milagres	29,09
Alagoas	24,03
Brasil	13,55

Fonte: PNUD (2013).

Um aspecto interessante também nos dados é que, nos municípios de maior peso da indústria sucroalcooleira, a representação da agropecuária é minoritária. É o caso de quatro municípios que têm uma produção acentuada de cana-de-açúcar: São Luiz do Quitunde produziu 1.115.66t; Maragogi somou 272.471t; Porto Calvo colheu 536.698t e Passo de Camaragibe obteve 469.255t.

Portanto, a modernização promoveu uma reconfiguração do rural com o incremento de atividades não agrícolas, em decorrência da industrialização e do processo de rurbanização e, com o processo de desencaixe, o aparecimento de outros atores sociais. Posteriormente, na década de 90, a agricultura familiar haveria de enfrentar o desafio de desenvolver-se em paralelo com a agricultura do agronegócio.

2.3 Redemocratização brasileira: a ascensão de novos atores sociais

No limiar dos anos de 1980, inicia-se o processo de redemocratização brasileira, marcado pela construção e promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por meio desta, busca-se romper com o desenho institucional do Estado, até então centralizador para uma forma de gestão pública descentralizada, expandindo-se para a efetuação de políticas públicas, sobretudo, no campo, como afirmam os economistas Philippe Bonnal e Karina Kato (2011) na citação abaixo:

A redemocratização, a descentralização das funções públicas do nível federal para outras instâncias e a reorganização e legalização dos movimentos sociais do campo produziram mudanças consideráveis na forma de concepção, estruturação e operacionalização das políticas públicas. (BONNAL; KATO, 2011, p.63)

Isso quer dizer que as políticas públicas de governo foram impulsionadas por dois fatores influentes: a redemocratização brasileira e o surgimento de movimentos sociais de diversas frentes, inclusive do campo. É importante notar que existiu uma relação recíproca entre a estrutura e ação (BOURDIEU, 2010) dos indivíduos, uma vez que o primeiro fator foi resultado da organização do segundo e estes foram impulsionados pela ampliação da democracia e criação de novos espaços para participação da sociedade civil que a abertura política motivou.

Nesse sentido, a redemocratização, por um lado, significou uma mudança na estrutura política do Estado e a ampliação da democracia, no que se refere à presença da sociedade civil em espaços políticos.

Por outro lado, permitiu o empoderamento dos indivíduos e a sua inserção na gestão pública com atuação relevante dos movimentos sociais de diversos segmentos – inclusive sem-terras –, movimentos que reivindicam do governo políticas de enfrentamento da seca no Nordeste e de atendimento às novas demandas e necessidades do meio rural.

Como afirma Delgado (2010, p. 19), no processo de democratização a questão da "[...] reforma agrária foi revigorado politicamente e a questão agrária

tornou-se mais complexa com o surgimento de novos personagens e novas reivindicações nos movimentos sociais rurais”.

Nesse âmbito, uma das pautas no processo de redemocratização brasileira correlacionada à questão rural foi a reforma agrária reivindicada por uma diversidade de atores e grupos sociais, destacando-se os movimentos do campo - o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, Conselho Nacional de Seringueiros, CONTAG e a CUT.

Contudo, no novo cenário político alega Delgado (2010, p.18), “[...] revitalizou-se o movimento sindical, surgiram novos movimentos sociais no campo, complexificaram-se os personagens e as demandas do mundo do trabalho rural”.

Assim, a redemocratização tem uma característica singular: permitiu o aparecimento e o reconhecimento de uma pluralidade de identidades e da pluriatividade do meio rural (BONNAL; KATO, 2011). Logo, foi um processo que reativou as forças da sociedade civil e a relação com o Estado, antes enfraquecida pelo autoritarismo do Regime Militar. Apontou, também, uma nova forma para a inclusão de setores marginalizados da sociedade e novas formas de atendimento às demandas desses atores com a criação de políticas públicas que assegurassem os direitos à dignidade humana, de uma forma que eles próprios pudessem expressar suas necessidades.

Com efeito, um dos intervenientes na redemocratização brasileira foi a atuação da sociedade civil. O ressurgimento do conceito de sociedade civil acontece exatamente no período de redemocratização brasileira com o embate dos movimentos sociais e organizações associativas.

Na conceituação teórica de Gramsci, em sua teoria ampliada do Estado, este é composto pela sociedade política e pela sociedade civil. A primeira é constituída pelos “aparelhos repressivos”, enquanto a outra é constituída pelos “aparelhos privados de hegemonia”.

Segundo Coutinho (2007, p.125), a sociedade civil em Gramsci é constituída dos aparelhos privados de hegemonia, os quais são definidos como, “organismos de

participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são ‘privados’) e que não se caracterizam pelo uso da repressão”.

Similarmente, Habermas (2003b, p. 99), ao apresentar sua teoria, constrói um conceito ampliado de sociedade civil, a qual não se refere a relações econômicas, mas é constituída por “[...] associações e organizações livres não estatais e não econômicas”, e que tem a função de captar “[...] os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 2003b, p. 99).

Logo, o Estado, na contemporaneidade, compreende uma instituição complexa, permeada pela sociedade política e a sociedade civil que tem por objetivo atender às necessidades dos governados com maior igualdade e estes últimos, buscando participar do que é público, do que concerne ao povo,

Referindo-se a mudanças na prática dos indivíduos, ou seja, na cultura política, inaugurou, com a participação direta nos pleitos eleitorais e com o novo movimento social¹¹ (GONH, 2011), uma nova etapa da história brasileira que emerge na década de 90, agregando uma pluralidade de grupos com identidades diversas (ambiental, gênero, etnia, sem-terras), que não estavam inseridos no sistema político tradicional. Cada qual erguia sua bandeira, embora, em comum lutassem pela igualdade social e dignidade humana.

Esses atores sociais se tornam disseminadores da cidadania, participando de espaços públicos legítimos de diálogo entre o Estado e a sociedade civil e buscam romper em seus microespaços com práticas autoritárias, patrimonialistas e clientelistas, ainda viva nos recantos da sociedade e nos departamentos público-estatais.

Destarte, o processo de redemocratização brasileira, culminado em 1988, significou não somente a abertura política ao pleito eleitoral fundamentado no instrumento representativo, mas lentamente conforme Delgado (2010, p.34), foi “incorporando a proposta de criação de novos espaços públicos de participação [...] [considerados] não como instituições estatais, mas sim como instituições públicas

¹¹ O termo “novo movimento social” se refere aos movimentos sociais que adotam novas pautas e bandeiras a partir do período de redemocratização brasileira.

das quais fazem parte representantes do Estado e da sociedade civil”. Por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS criado em 1999 no governo FHC que permanece no Governo Lula como Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CONDRAF, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA.

Portanto, esses espaços de expressão de poder e disputas terminam corroborando para o exercício da democracia no que se refere à prática dos conselhos, conferências e consórcios, bem como, acopla à discussão pública a construção de políticas públicas e seu controle social.

Nesse sentido, a sociedade civil, ao participar desses espaços públicos não-estatais na década de 90, olha para o Estado não como um inimigo, como no interregno 70-80, mas um possível parceiro (GOHN, 2000, p.38).

Consoante, ainda ao processo de redemocratização, vale fazer ressalva à reforma política do Estado, efetivamente concretizada na última década do século XX. O desenho está explicitamente correlacionado à participação da sociedade civil na política, seja para fins da cidadania (GOHN, 2004; JACOBI, 2002a) ou na gestão social das políticas públicas.

A reforma do Estado (NOGUEIRA, 2011; SETTI, 2011) foi realizada em decorrência do desmantelamento da economia e da administração pública burocrática, bem como de reivindicações da sociedade civil. Ambos os fatores, apontaram de acordo com Nogueira (2011, p.58), para “uma expansão do processo de ‘socialização’ do Estado”, que não somente significou a busca de direitos por parte da sociedade civil, mas objetivava também o Estado, naquele momento, a redução de custos, a eficiência nos resultados e a redução de conflitos.

Como fundamento ideológico da reforma, estava o neoliberalismo que corroborou decisivamente para a defesa do Estado mínimo, ou seja, menos intervenção nas relações sociais e econômicas. Por sua vez, o mercado, torna-se o responsável pelo desenvolvimento e a carga do Estado, o papel de regulador e não mais interventor. Pensamentos hayequianos foram fortemente postos em práticas no Governo Fernando Henrique Cardoso-FHC.

A reforma do Estado efetivou-se em grande medida no setor administrativo que consistiu na mudança do então modelo burocrático para o gerencial. Bresser-Pereira, ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado-MARE, em 1995, descreve sobre os três modelos existentes de gestão pública (BRESSER-PEREIRA, 1995) que obedecem a uma ordem e a um contexto histórico: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. No entanto, de acordo com a realidade social, esses modelos se imbricam e estão concatenados ao tipo gerencial.

A gestão pública do modo patrimonialista nasce no contexto histórico colonial, no qual os princípios que regiam a gestão era a subjetividade, concretizada em práticas de personalismo, ou seja, na apropriação do público pelo privado. O tipo burocrático, criado na segunda metade do século XIX, era conduzido por critérios objetivos, racionais e de impessoalidade visando quebrar atos de corrupção e nepotismo no serviço público, herdados do período patrimonialista.

Por último, o gerencial é o modelo administrativo que nasce na segunda metade do século XX e rege a gestão pública na contemporaneidade. Está direcionado para uma governança com função reguladora e provedora de bens e serviços. Não exclui todos os critérios do modelo burocrático como o rigor técnico, mas está baseado em princípios de eficiência, qualidade e descentralização, com a finalidade de atender aos interesses dos cidadãos, ou seja, está focado nos resultados e não somente nos processos, como demarca o modelo anterior.

Desse modo, quando ocorrem as mudanças na “nova gerência pública”, que postula a descentralização e participação da sociedade civil nas políticas públicas, conforme Nogueira (2011, p. 43), “[...] uma cultura democrático-participacionista floresceu no setor público, ajudando a que se tomasse maior consciência da relevância do protagonismo social”. Entretanto, esse efeito, por si só, não conduziu a reforma efetiva da estrutura do Estado, pois não realizou uma reforma na base que viabilizasse a mudança de cultura política, o fortalecimento da democracia e a ampliação dos canais de participação, como sustenta Marco Nogueira (2011, p. 56), “o movimento reformador não se preocupou em articular sua dinâmica racional-legal com uma dinâmica emancipatória, aberta para a democracia política, a promoção social e a cidadania”.

Ao analisar a reforma do Estado no FHC em 1990, Gabriel Setti (2011) constrói uma classificação sobre as abordagens da reforma do Estado no Brasil. Uma é a concepção limitada ou restritiva; a outra é a expandida ou irrestrita. No caso da primeira, a reforma do Estado, idealizada por Bresser-Pereira (2005) e FHC, estaria focalizada na perspectiva técnica, buscando soluções para o desmatelamento da economia por meio de ajustes contábeis e promovendo um Estado enxuto e eficiente com menor intervenção no desenvolvimento socioeconômico.

Na segunda abordagem, a proposta de Eli Diniz (2004) postula que a reforma vai além de controle e ajustes fiscais e mudanças na gestão pública. Contrária à abordagem anterior, o Estado deveria considerar o contexto social da década de 90 e os impactos que a reforma causaria na sociedade. Nesse sentido, atribui importância na reestruturação do Estado, não somente a elementos econômicos, mas a fatores sócio-históricos, culturais e políticos.

Assim, de acordo com as abordagens de Setti, a reforma do Estado não corresponde apenas às mudanças administrativas, mas à incorporação de instrumentos para a reestruturação política que condiz com os pressupostos da gestão pública gerencial.

Nesse ínterim, a reforma política do Estado impacta a participação social propagada na década de 80, como atesta Nogueira (2011, p. 78): “[...] a reforma democrática do Estado abriga a participação em seu próprio miolo constitutivo”.

A partir da descentralização do poder do Estado, agora as suas funções são compartilhadas com a sociedade civil. Segundo Setti (2011, p.169) ele “[...] não seria mais o promotor direto, mas teria funções de potencializador com suas funções básicas de regulação e de parceria com a sociedade civil”. Noutro sentido, a descentralização foi também uma “imposição da realidade”, desenvolvida num cenário de caos social e econômico, marcado pela inflação, desemprego e contestações da sociedade civil.

Portanto, a redemocratização brasileira se processa nesse contexto sociohistórico de um Estado ainda autoritário que busca transformar a estrutura do

setor financeiro, administrativo e patrimonial no apogeu do neoliberalismo. Especificamente, enfocou a reforma administrativa, como se a crise fosse resolvida apenas por meios técnicos e contábeis e atrelados ao fator econômico, desvinculada de mudanças substantivas na política, no que se refere à democratização dos serviços e ações.

2.4 A reconfiguração do meio rural

Os fatos anteriormente descritos do cenário político e econômico engendram uma nova configuração, um novo rural, que conduz a uma interdependência entre o meio rural e urbano. Autores apontam para o fato social da imersão do capitalismo do campo (ABRAMOVAY, 1998), da urbanização no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1997), da diferenciação entre urbano e rural (VEIGA, 2003), do aparecimento de atividades não agrícolas, do êxodo rural, aumento das políticas públicas para a agricultura familiar e incentivo ao agronegócio.

Assim, a partir das mudanças ocorridas no período histórico dos anos de 1950 a 1980, o rural alcança uma nova configuração, marcado pelo fenômeno da modernização conservadora. Inclusive, com o processo de diferenciação da população rural e agrícola analisado por Milton Santos (2013), que atestou conforme dados dos anos de 1970 e 1980 (IBGE), o aumento da população agrícola e o estacionamento da população rural.

Para Santos, a população rural é composta de indivíduos que trabalham em atividades desenvolvidas absolutamente no campo, distinta da população agrícola formada por indivíduos que residem tanto no meio rural como no urbano, mas que trabalham no meio rural em atividades não-agrícolas. Com efeito, o rural termina por urbanizar-se (GRAZIANO DA SILVA, 1993) com a introdução da população agrícola, provocada pela intensificação dos processos produtivos e a divisão social do trabalho, bem como com a chegada de atividades produtivas que não se reduzem ao campo agrícola.

Dessa forma, o rural e o urbano são setores que têm notável ligação, implicando a análise sobre o rural na contemporaneidade, correlacionada à dinâmica do mundo urbano. Logo, é possível afirmar que as relações sociais, políticas e econômicas entre eles são interdependentes, o que não quer dizer que o rural está

subordinado ao urbano, ou seja, esteja ausente de autonomia frente ao capitalismo e à globalização, mas significa dizer que as características do urbano são incorporadas no rural, seja pelas atividades produtivas que terminam por absorver a mão-de-obra da cidade, seja pela inovação do turismo cultural, produzida em função do patrimônio natural e cultural (VEIGA, 2002), apontados por Eli da Veiga como peculiaridades do meio rural. Também o meio urbano agrega elementos oriundos do meio rural, como a valorização da agroecologia e o consumo de produtos orgânicos.

Não é objetivo deste trabalho analisar o urbano, mas, ao examinar a configuração do rural na contemporaneidade, nos leva a fazer algumas considerações e elucidar noções de urbano, pois o rural é, em parte, resultado do processo de urbanização (BAENINGER, 1998), expandido em decorrência do fenômeno das migrações do campo para a cidade e da metropolização no Nordeste - NE entre a década de 60 e 70. Nos anos de 1990, prossegue com a redução da população rural e o acentuamento do deslocamento do campo para a cidade.

A urbanização na sociedade globalizada é um fenômeno emergente, sobretudo, em sua relação com o rural. Constitui não somente um processo de modernização e crescimento populacional das cidades e perda da centralidade do rural, mas um fenômeno que inverteu a ordem da realidade demográfica e abre um novo paradigma para a sociedade. São estabelecidas, em outras bases, as relações desse outro espaço construído socialmente, chamado hoje de território. Nesse sentido, é em outra configuração que o rural está imerso, como explica Santos (2013, p.73): “[...] hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais”.

Na contemporaneidade, o Brasil é esvaziado do rural, concebido como atrasado, *nature*, tradicional e preenchido por novas ruralidades constituídas de novas formas, elementos e sociabilidades. O que não quer dizer o fim do rural, mas sua reconfiguração com a permanência de algumas características pretéritas que o identificam como rural e o aparecimento de novos elementos, como a organização dos agricultores familiares em redes - MST, agregação da tecnologia na produção, inclusive tecnologia social, emprego da dimensão territorial na gestão pública, utilização do capital social no desenvolvimento rural sustentável e a utilização da participação como instrumento de gestão e controle social, entre outros elementos.

Existe certa incoerência no entendimento sobre a atribuição do rural a partir da atividade produtiva agrícola. Como se a justificativa de atraso do rural fosse a própria agricultura, pois, com a modernização conservadora, são criadas atividades não agrícolas e se desfazem as diferenças entre o urbano e o rural.

Exatamente, na concepção do economista Graziano da Silva (2001, apud SCHNEIDER, 2010, p.521) o meio “[...] rural deixa de ser ‘sinônimo de atraso’ e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades”.

Esse destaque é importante quando a agricultura na contemporaneidade no Brasil é a atividade que responde ao desenvolvimento econômico e social tanto do ponto de vista do agronegócio, como da agricultura familiar. Nesse sentido, o meio rural é revestido da agricultura como valor econômico, por exemplo, nas próprias feiras populares nos municípios dos territórios que dinamizam localmente suas economias.

E, na perspectiva sociocultural (WOORTMANN, 1990; HEREDIA, 1988; GODOI; MENEZES; MARIN, 2009; CARNEIRO, 1998, PALMEIRA, 2009), a partir da ótica da Antropologia rural e da Microsociologia, existem elementos subjetivos na construção dos espaços sociais rurais e na própria sociabilidade dos indivíduos, revestidos de significados para estes.

O território em estudo na pesquisa contempla características semelhantes à análise de Santos (2013). Primeiramente, o Litoral Norte é constituído na divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2011a), uma microrregião (2.460 Km²) do Estado de Alagoas.

Conforme o MDA (2011a), o Litoral Norte é um território formado por 12 municípios que compõem uma população no Censo 2010 (IBGE, 2012c) de 180.788 de habitantes, distribuída em 125.082 no meio urbano e 55.706 no meio rural, o que equivale a 69% da população urbana e 31% no meio rural.

Da população total do território, 90.476 são homens e 90.312 são mulheres, o que corresponde percentualmente a 50% em cada grupo. Já na contagem da população em 2007 (IBGE, 2012b), 66% da população do Litoral Norte compõe o meio urbano e 34%, o meio rural. Em 2000 (IBGE, 2012a), o Litoral Norte tinha uma

população de 97.869 no meio urbano e 66.488 no rural, o que corresponde a 60% e 40%, respectivamente.

Essa linha histórica populacional dos últimos anos nos permite perceber uma diminuição da população do meio rural e indicar como uma de suas explicações o êxodo rural, analisado pelos estudiosos (GRAZIANO DA SILVA, 1997, 2001a; ABRAMOVAY, 1998) que buscam compreender as novas dinâmicas do meio rural e o paradigma entre o “ficar” e o “sair” do campo. No entanto, mais do que a mobilidade, observamos também outras mudanças que acompanham esse processo, como rurbanização¹² (SCHNEIDER, 2010; GRAZIANO DA SILVA, 2001b; SANTOS, 2001; VEIGA, 2002), a expressão de outras identidades como quilombolas e a emergência da pluriatividade.

Para Mello, essa redução da população rural está atrelada a um histórico da monocultura de cana-de-açúcar na região, provocando um lento desenvolvimento da agricultura familiar (MELLO, 2012). Entretanto, na última década, ganharam espaço outras atividades produtivas, e a própria agricultura familiar com as ações de reforma agrária e programas do governo federal proporcionaram o surgimento de perspectivas de desenvolvimento rural.

Em crescimento, a população agrícola é maior que a população rural, o que permite perceber as outras atividades econômicas (CARVALHO, 2008) que dinamizam os municípios. Além das transferências federais, são computados as atividades não-agrícolas e o setor do comércio.

No entanto, esse desenvolvimento agrícola não incide na urbanização do rural, pois este, mesmo com suas dificuldades, engendra estratégias sociopolíticas como os assentamentos para a permanência no campo de forma sustentável.

Vale ressaltar que, mesmo havendo semelhanças entre as regiões rurais do Brasil, contemporaneamente temos “ruralidades” (MOREIRA, 2012) e não uma única forma de caracterizar o rural como tradicional, atrasado e deficiente. Com efeito, com embasamento nos dados citados, é fato no Brasil uma diminuição da população

¹² O termo rurbanização foi criado por Gilberto Freire para traduzir o *continuum* entre o rural e o urbano, desfazendo as diferenças existentes entre eles, processo também estudado por Graziano da Silva (2001b) como o novo rural.

rural, no entanto, em cada município, são distintas as identidades e dinâmicas que respondem diferentemente e apresentam causas diversas, conforme o contexto histórico.

No território do Litoral Norte de Alagoas, por exemplo, a agricultura familiar se destaca nos assentamentos de reforma agrária. De acordo com os dados mencionados, podemos perceber que, mesmo em 2006 o Litoral Norte correspondendo a uma percentagem de 4,25% (IBGE, 2013b) dos estabelecimentos de agricultura familiar do Estado, em 2010, 40,05% (BRASIL, 2012) de famílias assentadas de Alagoas estão localizadas no Litoral Norte, comparando com a Mata Alagoana que possui 31,72%, o Alto Sertão com 12,29%, o Agreste com 11,68%, a Bacia Leiteira com 4,22% e a inexistência de famílias assentadas no Médio Sertão.

Segundo Eli da Veiga (2002) o meio rural não está condenado ao desaparecimento nem está adentrando no processo de urbanização, o que significa que sua tese caminha na perspectiva da existência de diferenças entre o rural e o urbano, sendo importante analisar as dinâmicas de cada território. Portanto, o crescimento acelerado do meio urbano, em detrimento do êxodo rural, não implicou o desaparecimento do meio rural, mas uma reconfiguração desse espaço. Mesmo afirmando a degradação do campo, subordinação dos trabalhadores, desvalorização dos trabalhadores rurais, o espaço rural permanece com a inserção de outras atividades produtivas e integrado ao meio urbano.

2.4.1 A agricultura familiar no desenvolvimento rural

Os governos existentes em 1980 e as elites agrárias estavam preocupados com políticas no âmbito macroeconômico, voltadas para a exportação, sobretudo, em sustentar a agricultura como a fonte principal para manter o equilíbrio da balança de pagamentos. Na década seguinte, com o avanço do neoliberalismo, persiste o mesmo projeto, levando à expansão do agronegócio. O que diferencia esse período é que, em 1990, a agricultura familiar ganha espaço no cenário político e econômico, conforme destacam Bonnal e Kato (2011) a seguir:

Até a década de 1990, não havia políticas diferenciadas e com abrangência nacional que levassem em conta uma perspectiva ampliada do meio rural e dos segmentos sociais que o integram. Tradicionalmente, as políticas para o meio rural eram coincidentes com objetivos setoriais, pautando-se em instrumentos de crédito agrícola indiferenciado ou em mecanismos para manutenção dos preços dos produtos agrícolas e, portanto, do setor agrário brasileiro. (BONNAL E KATO, 2011, p. 62)

Contudo, o transcorrer da década de 90 foi período significativo para as expectativas do meio rural brasileiro (DELGADO, 2010), tanto do agronegócio que cresce de forma acelerada em sua produção para a exportação, quanto para a democratização das políticas públicas para a agricultura, reconhecendo agora a sua multifuncionalidade e a pluriatividade do meio rural.

Nelson Delgado (2010), de forma crítica, argumenta que as políticas públicas têm dois projetos em duas direções que estiveram em disputa no meio rural na década de 90 e que formarão as bases para a construção das políticas públicas responsáveis pelo desenvolvimento rural: o projeto neoliberal do agronegócio motivado pelas elites agrárias e o projeto democratizante representado pelos “sem-terra”, “assentados” e “agricultores familiares” tem como bandeiras a reforma agrária e a agricultura familiar.

Na década de 90, defronte aos efeitos nefastos sobre o meio rural surge um grupo com uma identidade em construção, os agricultores familiares, em substituição aos pequenos produtores, em função de algumas razões apontadas por Delgado (2010):

[...] a perda de relevância política dos assalariados rurais; a maior complexidade social e política dos pequenos agricultores, [...]; a progressiva decepção com a modernização da agricultura e a sua incapacidade de atender às demandas desses agricultores [...] e a intensificação da reflexão intelectual e do debate sobre a permanência, o significado e a importância econômica e social da agricultura familiar para o desenvolvimento rural mais democrático e inclusivo. (DELGADO, 2010, p.36)

Por conseguinte, os agricultores familiares alcançam visibilidade e ganham espaço na construção das políticas públicas rurais devido às transformações econômicas e sociais do meio rural descritas e do próprio processo de redemocratização que motivou os agricultores a participarem da construção e gestão das políticas públicas para o meio rural.

De caráter institucional, é criado, em 1982, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Em 1985, Sarney cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), extinto em 1989 e responsável pela criação do primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), sendo então, incorporado ao Ministério da Agricultura, em 1990, e posteriormente denominado em 1992, Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.

Em 1994, foi criado por Fernando Henrique Cardoso o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Em 1996, é criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária que em 1999, é transformado em Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Ainda, em 1996, é criado separadamente o Ministério da Agricultura e do Abastecimento que, em 2001, é alterado para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Nessa linha histórica, em 2000, é criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que permitiu que houvesse um olhar diferenciado para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, com a construção de políticas públicas específicas. Em 2006, há o reconhecimento legal da agricultura familiar com a aprovação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Congresso Nacional.

No entanto, ao serem criados, no início do século XXI dois ministérios (MDA e MAPA), com a pauta em comum - a agricultura-, estes apresentam interesses e demandas distintas, o que significou não somente a institucionalização de ambos os projetos, mas configurou-se um campo de poder, abrindo uma luta no emaranhado da burocracia por crédito e ações.

Logo, estruturou-se um campo de forças (BOURDIEU, 2010) entre atores e instituições que segundo Vandenberghe (2010, p.69), “[...] procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital a ele específico”. Por outro lado, a criação do MDA constituiu para a agricultura familiar (MELLO, 2012) um espaço de expressão de identidades e de possibilidade de desenvolvimento. O que, conseqüentemente, se torna um desafio na contemporaneidade é como esses dois projetos convivem de forma que efetivamente promovam o desenvolvimento rural em todas as suas dimensões.

Como resultado da trajetória histórica da agricultura e da correlação de forças entre atores sociais, em 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004) que tem a finalidade de oferecer crédito aos agricultores familiares.

A criação do PRONAF, como umas das principais políticas públicas para o meio rural, expressa o reconhecimento por parte do Estado da nova categoria social que surge na década de 90 – os agricultores familiares – que até o momento eram definidos como produtores familiares, agricultores de subsistência entre outras denominações.

Na nova configuração do rural, o conceito de multifuncionalidade apresenta um “novo olhar ”(CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009) sobre a agricultura familiar, permitindo analisar a:

[...] interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos. (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.47)

Logo, é subtraído o elemento da racionalidade econômica e integrados os elementos sociais, simbólicos e políticos na compreensão da constituição da agricultura familiar. Com efeito, esse conceito é formidável para o entendimento da ação do Estado, no que diz respeito à promoção e ao desenvolvimento de políticas públicas para o meio rural, bem como permite analisar como essa nova perspectiva dialoga com a ideia de território, inserindo a organização dos atores.

No PRONAF, a relação entre agricultura familiar e território se manifesta e se difunde. A partir dessa reconfiguração do rural que se constrói com a inserção de novos instrumentos técnicos e políticos e a implantação da escala territorial, o rural inaugura outra dinâmica no interior das atividades produtivas e na reprodução social. A agricultura familiar alcança reconhecimento e agrega sentido nas ações dos agricultores familiares, tomando concretude no desenvolvimento de políticas públicas por intermédio do PRONAF. Nesse sentido, eles mesmos consolidam e estruturam o território, defendendo a ideia da diversidade e de sua possível sustentabilidade.

Na realização do balanço das políticas públicas para a agricultura familiar e da conjuntura histórica de sua criação, a redemocratização foi elemento que pesou para o seu avanço em detrimento das ideias neoliberais que tolhe o seu desenvolvimento. Como questão emergente e cara à agricultura familiar é o desafio de enfrentar a lógica competitiva do agronegócio.

2.5 Concepções de territórios

A discussão sobre o conceito de território nasce na geografia em meados do século XX na Europa com a noção de região, mas adentra em outras áreas das ciências sociais como a antropologia, a sociologia e a economia regional que também se apropriam do conceito, cada qual com um olhar específico, consolidando-se na década de 70. A sociologia (TARTARUGA, 2008, CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009), por sua vez, delimita seus estudos a partir da perspectiva de território como espaço de ação coletiva, constituído por relações de poder.

Na contemporaneidade, existem diversas concepções de território, como espaço físico, simbólico-cultural, estratégia política e econômica, no entanto, elas estão intrinsecamente correlacionadas. Adiante, segue uma discussão acerca das principais abordagens que corroboram para a fundamentação teórica da pesquisa.

Em sua concepção ampliada de território, o geógrafo Raffestin (1993, p.58 apud SAQUET, 2010, p. 34) compreende o território como “a cena do poder e o lugar de todas as relações”. Nesse sentido, propõe uma concepção de território que, a partir da apropriação do espaço físico, este se tornar o lugar das relações, do controle social, percebendo as relações de poder nos micro espaços e não somente o poder centrado no Estado.

Já Giuseppe Dematteis (1964, apud SAQUET, 2010, p.49), compreende o território como “produto social, lugar de vida e de relações”, buscando construir uma teoria relacional entre a natureza e os indivíduos, permitindo as expressões das identidades, relações econômicas, relações de poder, entre outros elementos socioeconômicos vinculados à ótica marxista do materialismo histórico e dialético, sendo o território produto do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, ao construir uma teoria do território, é possível perceber a ação do indivíduo na transformação do espaço e, por outro lado, possibilita apreender que o território é produto das relações capitalistas com contradições inerentes.

Ainda, Milton Santos, em sua abordagem também fundamentada no materialismo dialético, compreende o território como espaço geográfico, produzido historicamente na relação entre os indivíduos e a natureza, esses que agem sobre a “paisagem artificial” por meio do trabalho, reconhecendo, na constituição do território, a ação do Estado e do capital.

Santos (2005) distingue duas categorias em sua teoria que são de fundamental importância para o entendimento do território, diferencia território em si mesmo do território usado. Também afirma Santos (2005, p.225), que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Assim, o território usado se define pela ação humana sobre a natureza, ou seja, o território se constitui no espaço geográfico em que os indivíduos lhe atribuem significado e adquirem sentidos.

Diante da discussão das várias abordagens sobre o conceito de território, umas enfatizam com mais força o aspecto naturalista, superficial e físico, defendendo que o território é constituído pelos elementos da natureza como Raffestin; outras atestam o caráter político e histórico dos territórios, defendendo que estes são constituídos, sobretudo, por fatores socioculturais, focando o aspecto da interferência da ação humana na construção social do espaço, por exemplo, o geógrafo Milton Santos.

Logo, a abordagem adotada neste trabalho se direciona na perspectiva de que o território além de ser um espaço físico produzido em relação com os indivíduos em um determinado momento histórico, é, sobretudo, o espaço da construção dialética das relações sociais implícitas de disputas por poder, pautadas na interação entre indivíduos, inclusive da ação organizada da sociedade civil para a efetivação de políticas públicas.

Por outro lado, também é considerado o caráter simbólico do território, representado nos elementos culturais que constituem a identidade (PERICO, 2009) - aspectos da origem, ocupação do espaço, atividades econômicas, práticas sociais, sentimento de pertencimento - e que são utilizados pelos territórios para sua diferenciação, seu reconhecimento e na intermediação de seus interesses.

Ao compreender a dinâmica das relações sociais no território, é importante perceber a atuação dos indivíduos no desenvolvimento da produção e reprodução do território, o que sinaliza a existência da dimensão subjetiva.

Essa ressalva é uma observação teórico-metodológica na análise dos territórios, ao apontarmos como pressuposto que o espaço social dos territórios não é uma mera reprodução estrutural da lógica capitalista, das forças produtivas. Os territórios têm se constituído como espaços que, além da dimensão econômica, alcança tamanha importância a dimensão sócio-cultural e política, por exemplo, o território na pesquisa estudado agrega o valor simbólico da agricultura familiar e a dimensão cívica da participação social.

Dessa forma, há uma resignificação do espaço e nos processos de reconhecimento, aliada à identidade, assim como uma renovação na organização sociopolítica na forma de associações e cooperativas, entre outras formas, como orçamentos e consórcios, fundamentados na ideia da participação democrática e na noção de desenvolvimento territorial.

Portanto, o trabalho dialoga com duas abordagens de território, a sociocultural e a política. A primeira é apresentada na noção de construção do espaço social e a segunda, na organização.

Assim como, na teoria de Santos é enfatizada a noção de território usado, na pesquisa é proposto que o território é o espaço geográfico como dimensão física, mas, ao mesmo tempo, é produto e lugar das relações sociais. São os indivíduos inseridos em um território que o constroem, dão sentidos e significados. Como aponta Abramovay (2000, p. 7), o território “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações política e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

Para o MDA, na delimitação dos territórios, o Território constitui:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2003, p.34)

Conforme essa definição e critérios, o território é compreendido em sua multidimensão. Os territórios são genericamente espaços geograficamente delimitados e exercem uma função econômica; por outro lado, também são espaços que se constituem em um processo histórico, identitário, político e cultural.

No entanto, mencionando o fator da diversidade produtiva¹³ em um território, torna-se importante para a análise buscar compreender as particularidades dos distintos grupos envolvidos e como são as dinâmicas daquelas dimensões que visam atender às demandas dos municípios.

A caracterização identitária, relevante na noção de território, é um fator importante em sua constituição e na identificação e delimitação dos territórios para o desenvolvimento das políticas públicas. De acordo com o acompanhamento de colegiado, a categoria da identidade é explícita nas falas dos entrevistados, mas não enfatizada no colegiado territorial e nas propostas de projetos, de forma que torne visível a identidade do território, identificável na agricultura familiar ligada aos assentamentos e na cultura da pesca e da maricultura.

A identidade é um termo que está entrelaçado na discussão do desenvolvimento territorial e na construção das políticas públicas para a agricultura familiar. Nesse sentido, Stuart Hall (2013, p. 108) discute sobre a necessidade de acoplar a discussão de identidades “[...] a todos aqueles processos e práticas que

¹³ Com referência à diversidade na organização produtiva, um dos elementos do meio rural na dinâmica territorial é a pluriatividade que, conforme a Lei 11.326 de 24/07/2006 (BRASIL, 2006) e Decreto/PR 6.040 de 7/02/2007, a categoria agricultura familiar insere assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, moradores de áreas de fundo de pasto, retireiros, torrãozeiros, geraizeiros, catadeiras e quebradeiras de coco, faxinalenses, vazanteiros, ciganos, pomeranos, pantaneiros, caatingueiros, caiçaras, cabanados e outros.

têm perturbado o caráter relativamente ‘estabelecido’ de muitas populações e culturas”.

A concepção de identidade de Hall (2013) auxilia na compreensão da diversidade de identidades na contemporaneidade, uma vez que a concebe como uma construção social não homogênea, mutável, fragmentada e que sempre está em processo de transformação. Portanto, ao utilizarmos o termo, fazemos referência à diversidade das identidades do colegiado territorial (agricultores familiares, indígenas, quilombolas, artesãos, pescadores, entre outros) que expressam a diferença existente na construção e reconstrução da agricultura familiar e que é utilizada para a conquista dos objetivos dos grupos e do próprio reconhecimento das identidades.

Contudo, o território é o espaço social, no qual se constroem as relações sociais e se estabelecem as relações de poder (BOURDIEU, 1996). Dentro da nova dinâmica de uma ordem democrática e de novas ruralidades, os espaços sociais rurais constituem-se também de sentido e de renovações das relações sociais que buscam atender as demandas individuais e coletivas.

2.5.1 A dimensão territorial para o meio rural

Inicialmente, a dimensão territorial no Brasil surge a partir de uma perspectiva política que possibilitasse privilegiar o plano local, no qual os atores sociais se destacassem e se envolvessem. Posteriormente, é criada com uma lógica intermunicipal que permita construir redes e contribua com a descentralização do poder, bem como, com a quebra da cultura clientelista das prefeituras.

A abordagem territorial teve seus primeiros indícios na década de 90 com influência das experiências internacionais que confluem em um contexto específico marcado por fatores históricos e políticos, alcançando inicialmente um viés municipalista para então agregar uma perspectiva intermunicipal.

As políticas sociais empreendidas no final do século XX, além de consistir em uma resposta às reivindicações dos movimentos sociais, também correspondiam a uma solução ao caos desenfreado na sociedade, motivado pela modernização conservadora que não atendeu às demandas e necessidades do pequeno agricultor.

Nesse sentido, as políticas públicas, especificamente de apoio à agricultura familiar e de ordem territorial, surgem a partir de dois momentos históricos: o primeiro, como resposta às consequências do movimento de modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1998), que se consolidou em 1970 no Brasil. O segundo momento (GUIMARÃES NETO, 2010), pós-período de redemocratização brasileira, em que o Estado buscou preencher aquela lacuna da modernização conservadora, criando um ministério específico para a agricultura familiar, buscando articular políticas para o desenvolvimento rural. Como resultado concreto, as políticas territoriais iniciaram-se com a abordagem intermunicipal do PRONAF e consolidou-se no limiar do século XXI com a criação dos colegiados territoriais.

Uma informação relevante para a ampliação da participação da sociedade civil nas políticas públicas para a agricultura familiar foi a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-CNDRSS (BRASIL, 2013a), realizada no segundo semestre de 2013. Em sua operacionalização, o CONDRAF estrutura a conferência, de forma que as propostas sejam construídas pelos atores dos territórios, tanto da sociedade civil quanto oriundas do Estado e não como de costume, em que os participantes tomam como base de propostas o documento de referências que já apontam as propostas a serem aprovadas.

Com efeito, é nesse íterim de incentivo à participação social descrito que surgem as políticas públicas de desenvolvimento territorial. Primordialmente, o PRONAT tem origem nas políticas já implementadas também com enfoque territorial, como o PRONAF, criado em 2003 pelo MDA e dirigido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT.

O PRONAT visa atender às necessidades dos agricultores familiares e promover o desenvolvimento rural. Tem o objetivo de fortalecer as organizações representativas dos territórios rurais, além disso, tem a intenção de:

[...] propiciar espaços para a participação e o protagonismo dos sujeitos sociais (poder público e sociedade civil) na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2011a, p. 8)

O programa com toda magnitude trabalha em duas direções que exatamente refletem o percurso histórico transcrito no capítulo e inaugura, no século XXI, uma

nova forma para a efetividade da gestão das políticas públicas, inclusive para o desenvolvimento rural, a abordagem territorial. Logo, concebe o território o espaço da diversidade das identidades e do diálogo entre as organizações, mas também da disputa de interesses e da produção social desse espaço.

Nesse sentido, o Estado busca superar a questão gerencial, considerada como ideal para conter o desequilíbrio econômico e a desigualdade social desenfreada e avança procurando conhecer o espaço, os atores sociais e as organizações institucionalizadas. Justamente nessa linha de raciocínio, acopla outro elemento, a publicização¹⁴, e a democratização do espaço e da gestão pública, detalhada também no capítulo seguinte.

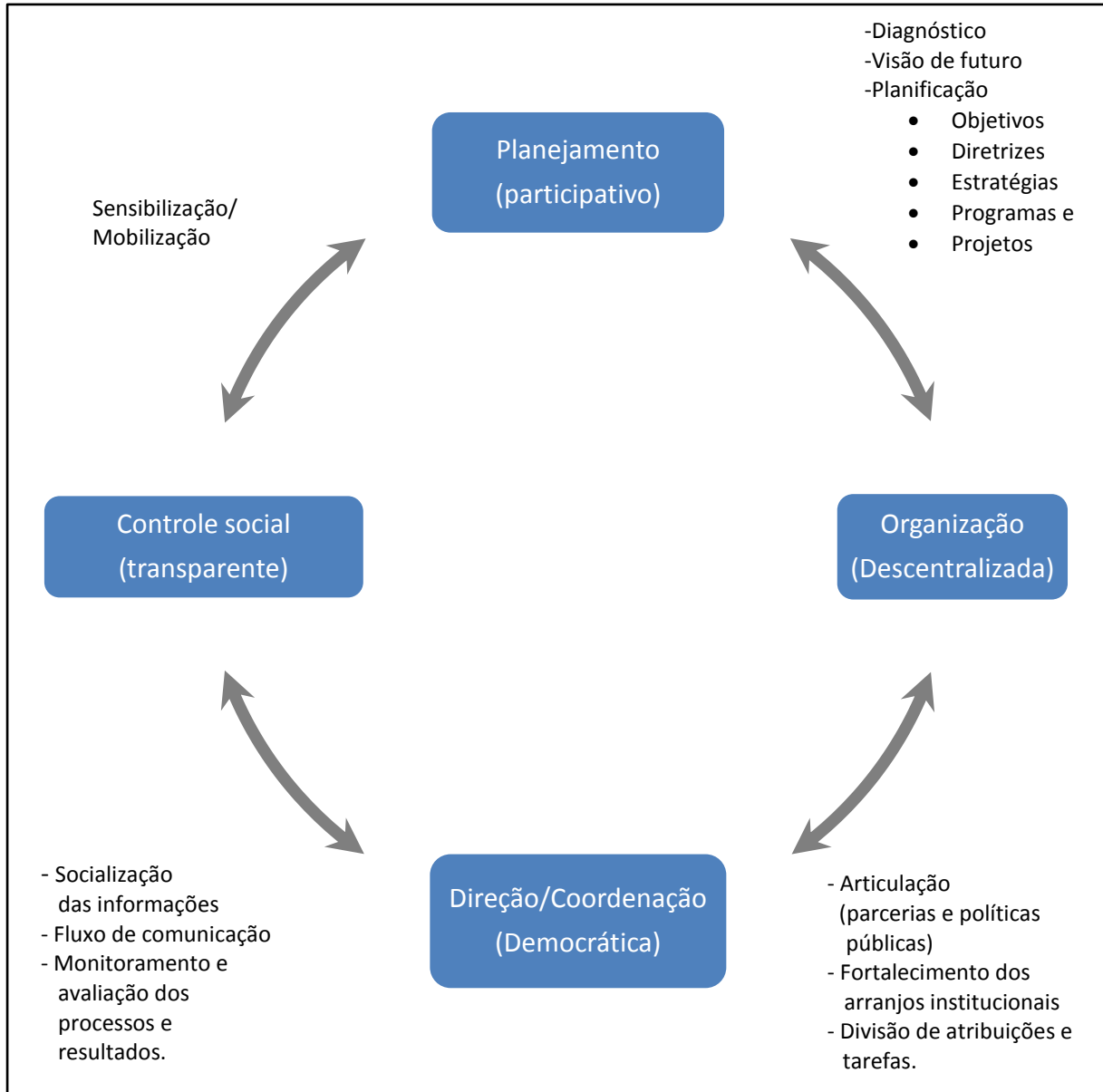
Conforme o documento de referência da 2ª CNDRSS (BRASIL, 2013a), a criação do PRONAT é um marco, uma nova forma de o governo promover o desenvolvimento rural, colocando como um dos principais princípios a participação da sociedade civil na gestão da coisa pública. Ainda, de acordo com esse documento de referência (BRASIL, 2013a, p.23), no formato do colegiado territorial, este é “constituído por organizações da sociedade civil e do poder público, sendo o espaço de diálogo e de integração de atores na realização da gestão social do desenvolvimento territorial”. Dessa forma, a dimensão territorial se enquadra como uma forma de descentralização do poder na gestão pública, detalhada no ciclo de gestão social na figura 1(ver p.61) a seguir.

Na figura 1, são mostradas as fases da gestão social nos territórios rurais que estão em recíproca relação. Inicialmente surge a Direção responsável pela articulação dos participantes e parceiros, da qual participam atores das diversas esferas do poder (sociedade civil e Estado). Tal Direção tem a função também de organizar o colegiado, para que o funcionamento se desenvolva de maneira descentralizada e que o planejamento contemple a participação dos atores envolvidos e o público alvo do MDA (agricultores familiares e famílias assentadas) na construção de diagnósticos e propostas. Da mesma forma, esses atores também

¹⁴O termo publicização é utilizado não no sentido atribuído por Bresser-Pereira (1995, p.12) no Plano Diretor, o qual consiste na “[...] descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado”, mas com o sentido de divulgar as informações para o público.

têm o poder de controle social das políticas públicas em conjunto com a coordenação.

Figura 1 - Ciclo de Gestão Social - PDSTR



Fonte: LEITE, 2010.

Enfim, ao analisarmos historicamente quem são os agricultores familiares e o contexto em que estavam inseridos, percebemos os motivos e significados da ação política destes no movimento das Ligas Camponesas, no processo de modernização conservadora e na redemocratização brasileira.

Foram fatos históricos em que, frente ao patrimonialismo e ao latifúndio, transparece a correlação de força entre a agricultura familiar e o agronegócio,

especificamente a luta dos agricultores familiares pela liberdade, autonomia e redução da desigualdade social. Sobretudo, foram fatores que influenciaram o reconhecimento da agricultura familiar e a criação de políticas territoriais específicas para atender às necessidades e à diversidade. E acrescenta um novo elemento, expresso no PRONAT, a participação da sociedade civil no desenvolvimento das políticas públicas, agregado aos princípios de capital social, pluriatividade e multifuncionalidade.

3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

No contexto brasileiro da década de 90, o meio rural atravessa em sua multidimensão uma nova dinâmica que pode, ao mesmo tempo, não ter vencido os antigos entraves do desenvolvimento socioeconômico, sejam os elementos considerados tradicionais, como práticas dos agricultores familiares que não atendem ao padrão globalizado, bem como, na outra ponta, práticas clientelistas e autoritárias existentes (MARQUES, 2004). Posteriormente, no limiar do século XXI, com a implosão das políticas públicas no geral, especificamente, foram criadas políticas territoriais direcionadas para a agricultura familiar e formas de fomento e apoio que abrangeram setores agrícolas e não agrícolas.

A partir de 2003, nos Governos Lula, persistiu o predomínio do agronegócio; mas, por outro lado, houve a minimização das desigualdades no campo a partir dos programas implantados (DELGADO, 2010). Além disso, houve incentivos à criação de espaços públicos e construção de políticas públicas para a agricultura familiar, a saber: expansão do PRONAF, criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Plano Safra, Programa de assistência técnica e extensão rural. E, de ordem explicitamente territorial, criaram-se o PRONAT, em 2003 e o Programa Territórios da Cidadania, em 2008.

3.1 O PRONAT no Litoral Norte de Alagoas

O processo de implantação do Território do Litoral Norte em Alagoas inicia-se em 2003. Para Mello (2012), a organização para a sua criação não surgiu a partir da mobilização de atores sociais locais, mas a partir da ação do Estado, por meio de “convocações” (MELLO, 2012). No entanto, conforme os dados das entrevistas com os atores “fundadores” do território e do colegiado territorial, eles argumentaram que teve início com as Comissões Intersetoriais de Apoio ao Desenvolvimento Territorial – CIATs formadas pela sociedade civil e o poder público. Complementaram ainda que já se reuniam para reivindicar ao Estado projetos e ações direcionados aos agricultores familiares, com um diferencial: essa organização não tinha canais diretos para buscar os recursos. Consecutivamente, com as ações de desenvolvimento rural sustentável do MDA, as CIATs do Litoral Norte foram convocadas para a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural

Sustentável – PTDRS e a institucionalização do território rural do Litoral Norte, incluindo a criação do colegiado territorial como órgão máximo de discussão e decisão da sociedade civil com o poder público.

De acordo com os dados do Sistema de Gestão Estratégica (BRASIL, 2011b), o colegiado do Litoral Norte conta com o envolvimento de 14 entidades do poder público e 21 da sociedade civil nas reuniões do colegiado, o que corresponde a 60% da sociedade civil e 40% do poder público, constituído de 25,71% municipal, 8,57% federal e 5,71% da esfera estadual.

Um conceito relevante para pensar a participação social no colegiado do Litoral Norte de Alagoas é o conceito de processo social do sociólogo Norbert Elias (2006, p. 27), que “refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração [...] de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas”. Assim, para Elias, o processo social remete à capacidade singular específica de o ser humano apreender regras, normas e símbolos da realidade social e, ao mesmo tempo, transformar as figurações nas quais está inserido.

Nesse sentido, por intermédio do conceito de processo social, é interessante observar as transformações em um determinado grupo de indivíduos. O processo social também independe da opinião do observador, é estritamente objetivo e reversível, por exemplo, aumento ou diminuição de capital social.

No processo de participação social no colegiado territorial no Litoral Norte de Alagoas, mesmo os indivíduos em exercício na democracia brasileira e integrados a outros grupos com práticas semelhantes de funcionamento, também convivem em seu território com práticas autoritárias, patrimonialistas e clientelistas, inclusive no próprio colegiado – fato observado no objeto de estudo da pesquisadora Gleidylucy Silva (2011) também no Litoral Norte no período anterior ao nosso, de 2008 a 2010.

Silva (2011) destacou em seu trabalho o caráter de silêncio e desmotivação dos atores envolvidos, vinculados à herança da política local. Diferente do período observado, no qual se denota uma participação social com mais qualidade. Não foram mudanças que somente detectamos, mas, sobretudo, utilizando o conceito de

reflexividade (DOMINGUES, 2004), percebemos que os próprios atores sociais com uma participação ativa no colegiado territorial observam a mudança real no requisito da participação social e no próprio contexto político em que estão também mergulhados.

Elias propõe uma agenda de pesquisa sociológica que privilegia a perspectiva de longo prazo e não se detém ao presente, sendo sumamente importante, uma vez que expressa a dinâmica do processo e não algo dado em um momento da história, desvinculado de outros acontecimentos.

O objeto de estudo da pesquisa, a participação social, reflete essas questões suscitadas por Elias. Somente é possível analisar as transformações ocorridas, apresentar nexos causais e tendências, quando nos debruçamos sobre o processo histórico da participação social no colegiado no longo prazo. Isso não significa analisar simplesmente a participação de atores em reuniões de um programa proposto pelo governo federal que predispõe a participação social dos agricultores familiares numa região definida, mas requer agregar outros elementos à análise do processo de participação.

Compreendemos na pesquisa que a participação é um processo social construído num intervalo de tempo contíguo. Processo social é um conceito de caráter teórico e metodológico que permite analisar não de forma linear, mas a partir das continuidades e descontinuidades, características importantes das ações dos indivíduos e do coletivo e possivelmente mudanças e transições processadas no tempo.

Ainda, sugere Elias outras categorias opostas de integração/desintegração social; engajamento/distanciamento social; ascensão/declínio social que corroboram para a compreensão da direção dos processos sociais.

Analisar a participação, no período de 2011 a 2003, nos remeteu a fazer uma retrospectiva do passado, buscando saber como surgiu, quais dificuldades encontradas no território e quais são as perspectivas no desenvolvimento rural na região. Isso foi muito importante na pesquisa porque, nas próprias entrevistas realizadas com os atores sociais, ao analisar o período contemporâneo de

participação deles mesmos no colegiado territorial, fizeram referência ao período anterior, de maneira comparativa e processual.

Com essa intenção, a própria metodologia adotada de entrevistar pessoas que não somente faziam parte daquele momento, mas atores que já participaram ou estão afastados, ajudou a interpretar o processo social da participação dos agricultores familiares no colegiado territorial.

Para analisar o processo de participação social e de transformação do espaço social, é fundamental conhecer o contexto em que os atores sociais estão inseridos. O território Litoral Norte, com suas especificidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais, tem grandes dificuldades de se desenvolver, visto o seu histórico de elevado analfabetismo, baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, grande área de indústria açucareira e uma agricultura familiar defasada. Essas características dificultam o desenvolvimento socioeconômico e tolhe o empoderamento da sociedade civil (MELLO, 2012).

Segundo os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 (PNUD, 2013b) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M é baixo em Passo de Camaragibe e São Luiz do Quitunde com 0,53; Jacuípe e Porto de Pedras com 0,54; Barra de Santo Antônio e Campestre com 0,55. Já correspondem os índices mais elevados no município de São Miguel dos Milagres com 0,59; Porto Calvo e Matriz de Camaragibe com 0,58 e Japaratinga e Maragogi com 0,57. Assim, de acordo com a faixa de desenvolvimento do PNUD, os índices que fiquem entre 0,500 a 0,599 da escala indicam o baixo desenvolvimento, caso que corresponde a todos os municípios do Litoral Norte.

Com referência à Taxa de Analfabetismo no Litoral Norte, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2000 (PNUD, 2013a) divulga que a média é de 50,2%. A menor é de 44,5% (São Miguel dos Milagres) e a maior apresentada de 58,10% (Porto de Pedras). Temos também 55,63% (Jacuípe); 54,22% (Jundiá); 45,16% (Japaratinga); 45,91% (Maragogi) e 45,91% no município Campestre. Já em 2010, no Censo Demográfico (IBGE, 2012c), as pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto contabilizam a menor taxa com 34,97% no município

Barra de Santo Antônio e as maiores em Porto de Pedras com 62,01%; Jacuípe (62,98%); Campestre (60,59%) e os outros acima de 55%.

Um aspecto relevante com relação ao perfil educacional dos entrevistados da pesquisa é que mesmo fazendo parte deste cenário apresentado que expressa uma população com uma educação escolar deficitária, os membros do colegiado territorial tem um nível educacional considerável, 60% tem nível superior, 30% nível médio e 10% fundamental. O que é possível entender que para haver uma participação continuada e ativa nos espaços de discussão e construção de políticas públicas é fundamental um nível escolar elevado que permita o conhecimento multidisciplinar sobre gestão social, empreendedorismo, políticas públicas, dinâmica da agricultura familiar, entre tantos assuntos. O que não deixa de expressar o conhecimento oriundo da educação popular no sentido freiriano, que valoriza a construção do saber a partir da troca das experiências entre os indivíduos na prática em defesa dos direitos sociais.

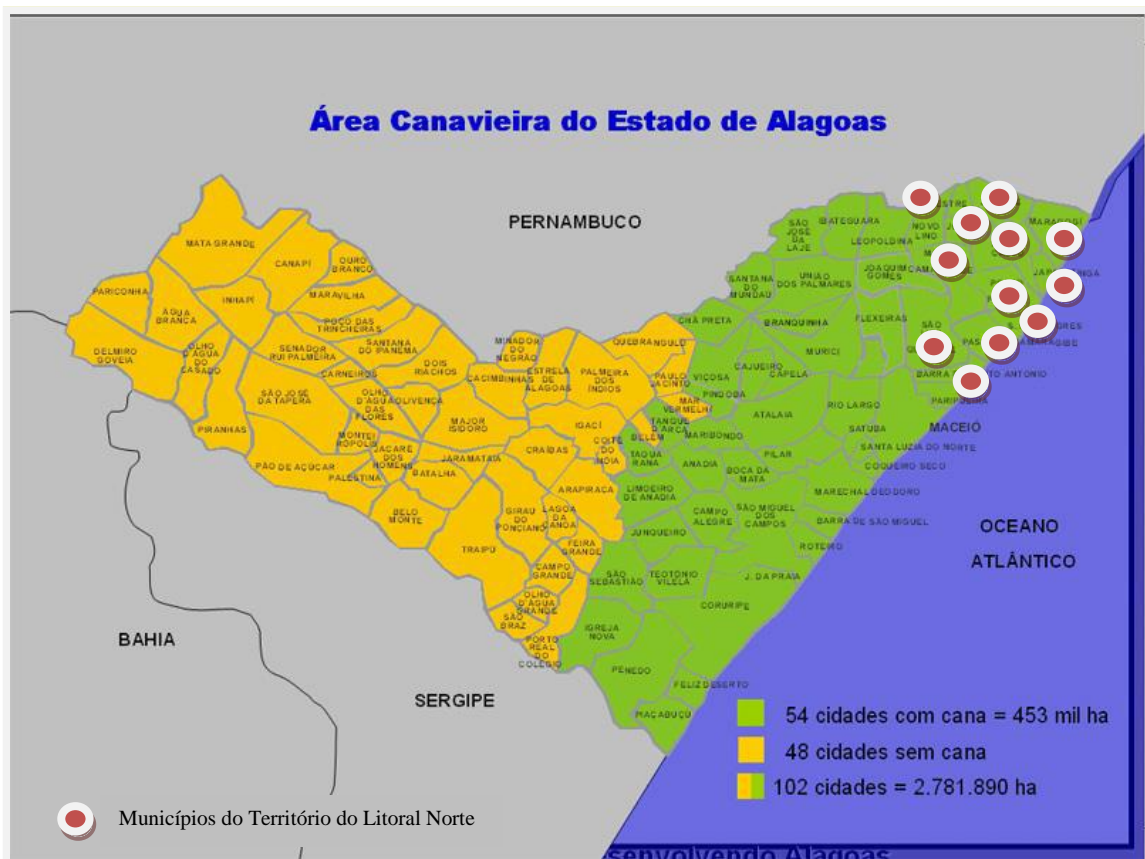
O Índice de Gini é o indicador da desigualdade de renda. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade; e próximo de 0, menor a desigualdade. O Índice de Gini do Litoral Norte em 2003 corresponde a uma média de 0,40 (BRASIL, 2011a), o que significa conforme os dados, que a qualidade de vida ainda é baixa.

De acordo com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, em 2000 (PNUD, 2013a), o menor Índice de Gini foi em Matriz do Camaragibe e Barra de Santo Antônio com 0,48 e o maior com 0,61 em Porto de Pedras. Já em 2010 (PNUD, 2013b), o maior foi em Jundiá e Maragogi com 0,54; Porto de Pedras contabiliza 0,53 e o menor índice em Matriz de Camaragibe e Jacuípe com 0,46. Em Barra de Santo Antônio e em Jundiá, aumentou para 0,52 e 0,54, respectivamente. Nos demais municípios do Litoral Norte, os índices de desigualdade social diminuíram.

O território tem uma forte representação da monocultura açucareira como mostra o mapa 1 (ver p.68), o que permite a concentração fundiária e de renda e impede a dinâmica local, pois não há revertimento de capital para investimento nos municípios nem a criação de outras atividades econômicas, possibilitando apenas a

sustentação de uma massa de assalariados rurais, inibindo a ampliação da agricultura familiar.

MAPA 1 - Área canvieira do Estado de Alagoas



Fonte: Sindicato do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas, 2013.

Nesse sentido, o contexto socioeconômico (MELLO, 2012) do Litoral Norte pode ser compreendido por meio de uma dinâmica que divide o território em duas frentes: o agronegócio – monopólio da produção da cana-de-açúcar – que historicamente desenvolve-se fortemente e absorve grande parte de agricultores. E, numa outra ponta, a agricultura familiar que lentamente se desenvolve, haja vista as características sociais deficitárias, falta de incentivo do Estado, a propensão dos trabalhadores rurais à indústria canvieira e contemporaneamente estendendo a outras atividades em menor escala como o turismo e o comércio.

Cenário similar ao que Delgado (2010) e Mello (2012) descrevem sobre os projetos persistentes na estrutura econômica e social no Brasil e no Litoral Norte, respectivamente, dois projetos com objetivos distintos que configuram uma luta de interesses.

Nas tabelas 2 e 3 que seguem abaixo podemos analisar a distribuição fundiária do Estado de Alagoas. Nos dois censos, percebemos que persiste a concentração de terras nas áreas do Estado. Ao olharmos para os dados, na tabela 3, estamos equivocados ao pensar que 77,66% (IBGE, 2013b) dos estabelecimentos agropecuários em 2006 estão bem distribuídos, quando não é verdade, uma vez que essa média somente ocupa 10,71% do total, enquanto os estabelecimentos de 100 a 1000 ha ocupam uma área de 37,36 % e correspondem a 2,45% dos estabelecimentos de Alagoas. No grupo de 1000 e mais, temos poucos estabelecimentos (0,16%), mas em uma grande e crescente extensão de 27%.

Tabela 2 – Grupos de áreas por estabelecimentos (1995-96)

Grupos de área total (em hectares)	Estabelecimentos (em % do total)	% da área Total
<10 há	80,6	10,27
10 a 100 há	16,2	25,46
Até 100 há	96,78	35,72
100 a 1000 há	3,03	44,97
1000 ha e mais	0,17	19,31

Fonte: IBGE (1995-96)

No entanto, comparando com o censo anterior, 1995-96 (IBGE, 2013a), a percentagem dos estabelecimentos, menor do que 10 ha, era 80,6% em conformidade com um pequeno decréscimo da área, indicando, em relação aos dados de 2006 (IBGE, 2013b), o aumento da desigualdade fundiária, pois houve uma redução na percentagem de estabelecimentos desse grupo e um deslocamento de área para o grupo de 1000 e mais. Houve também um movimento inverso entre os grupos de 100 a 1000 ha e 1000 e mais. Enquanto o primeiro que ocupava uma área de 44,97% diminuiu para 37,36%, o outro grupo aumentou a área de 19,31% para 27%.

Tabela 3 – Grupos de áreas por estabelecimentos (2006)

Grupos de área total (em hectares)	Estabelecimentos (em % do total)	% da área total
<10 há	77,67	10,71
10 a 100 há	15,22	24,93
Até 100 há	92,89	35,64
100 a 1000 há	2,45	37,36
1000 ha e mais	0,16	27,00

Fonte: IBGE, 2006.

Assim, mesmo marcado por desigualdade e exclusão social, o território atualmente conseguiu, por meio de ações do projeto de Reforma Agrária, promover a desocupação de terras e a criação de assentamentos. No total, existem 3.381 famílias (BRASIL, 2012) distribuídas em 40 assentamentos que contribuem para a diversidade social, econômica, política, ecológica e cultural, apontando para um redirecionamento do mundo rural, de uma produção de alimentos orgânicos, mudança da estrutura fundiária, maior inserção política, buscando reconstituir a multifuncionalidade da agricultura familiar.

3.1.1 Canais de participação: a experiência dos colegiados territoriais

A descentralização institucional das políticas públicas de agricultura familiar, por intermédio da criação dos conselhos e colegiados, permite a valorização do local, o conhecimento das especificidades culturais e ambientais de cada território e incentiva a participação dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento rural.

Para a realidade concreta dos territórios que constituem o PRONAT, os colegiados são espaços institucionalizados que apoiam a organização da sociedade civil e viabiliza o desenvolvimento socioeconômico. O programa federal em seus princípios alega que as reuniões dos colegiados visam construir projetos e ações que possam beneficiar toda a comunidade por meio de uma gestão participativa.

Nesse sentido, a noção de esfera pública é importante para a análise da participação da sociedade civil no desenvolvimento das políticas territoriais, quando ela possibilita intermediar a relação entre a sociedade e o Estado, por meio das reuniões do Colegiado, nas quais a sociedade civil e o Estado têm igual poder para deliberação.

Assim, a esfera pública do colegiado é o espaço público por excelência, legalmente constituído, que impulsiona a organização dos atores sociais e está aberto à participação da sociedade civil para opinar, sugerir, deliberar e controlar.

No PRONAT, a participação se dá por intermédio do processo representativo, seja nos espaços anteriores de discussão /deliberação, ou na própria esfera do colegiado.

De acordo com o cientista político Leonardo Avritzer (2006, p.41), a arquitetura brasileira tem caráter híbrido, combinando participação e representação; no entanto, para ele, “[...] o fato de combinar representação e participação não quer dizer que as duas formas de soberania política foram combinadas nos lugares adequados e na proporção correta”.

Já, segundo Cláudia Faria (2007), a representação integra os processos deliberativos, mas a participação e a discussão qualificam esses processos. Para o entrevistado Fabiano (63 anos), em sua concepção crítica do colegiado: “não vejo qualidade nem quantidade, precisaria uma média de 200 pessoas com efervescência de participação”.

Na pesquisa, ao analisar os limites e perspectivas da participação, percebemos a importância de uma maior representação dos agricultores familiares para a quebra das disputas de poder, garantia dos recursos para seus municípios, qualificação das discussões e empoderamento dos atores sociais. Com efeito, o entrevistado critica diretamente o quantitativo, mas aponta esse critério em paralelo com a qualidade. Para ele, carece de atores que participem com efervescência, atuantes e comprometidos.

Por outro lado, considerando o quantitativo um limite nos princípios da democracia que pode inviabilizar uma participação com qualidade, constitui no colegiado um elemento necessário para o quorum de participação (MDA, 2011d) com 1/3 do total dos participantes e o mínimo de 1/2+1 para deliberações e aprovações.

A sociedade civil no colegiado territorial é formada por representantes de organizações, destacando-se a participação de associações e cooperativas. Para Habermas (2003b), as associações são formadoras de opiniões; de outra forma, Cláudia Faria (2007, p.359) também afirma que as “[...] associações da sociedade civil definem as questões que serão problematizadas na esfera pública”. Observamos nas visitas às associações e nas entrelinhas das conversas que, no colegiado do territorial do Litoral Norte, as associações são em maior escala, os efetivos representantes dos objetivos e necessidades dos agricultores familiares; no entanto, ao assumir a responsabilidade de porta-vozes por meio do capital político

que obtêm, há uma dificuldade de os representantes comunicarem aos seus representados as discussões e encaminhamentos do colegiado, criando até mesmo uma disputa por poder.

Outrossim, Paulo Marques (2004) ressalta que as associações de agricultores familiares são formas organizativas que aproximam e despertam os atores sociais para a discussão do que concerne a questões públicas; entretanto, também o mesmo autor atesta que as associações também podem reproduzir “práticas antigas de conciliação pelo alto”.

Com efeito, os canais de participação, a exemplo dos colegiados territoriais, são espaços para a discussão de questões relevantes para o desenvolvimento rural, envolvendo organizações da sociedade civil e do Estado. E concomitantemente, corrobora para o empoderamento dos agricultores familiares com a criação ou acúmulo de capital político, como afirma Vieira (2001, p. 86), permitindo a “institucionalização da cidadania nas decisões governamentais”.

3.2 Capital social e poder

Outro elemento que corrobora na explicação do paradigma da participação social é a noção de capital social, considerado um instrumento que organiza as relações sociais e subsidia no alcance dos objetivos dos indivíduos. Consiste a cultura da participação um capital social que influencia o desenvolvimento territorial e que, em seu movimento dialético, coopera para o empoderamento da sociedade civil.

Nesta pesquisa, procuramos compreender se a participação no colegiado procede do capital social e político dos indivíduos ou é influenciada pelos princípios, objetivos, estratégias do PRONAT no território? Em que sentido o capital social dos atores influencia na participação do colegiado do Litoral Norte de Alagoas? Quais são os alcance e limites à participação social? São questionamentos discutidos ao longo da dissertação e mais bem compreendidas no terceiro capítulo, no qual são apresentadas as experiências e declarações dos membros do colegiado. Mas, nesta seção, podemos já fazer relações sobre capital social e espaço público.

Na teoria praxiológica, Pierre Bourdieu (2004, p.158) ressalta que a estrutura social, na qual os atores sociais estão inseridos e desenrola as relações sociais, incorpora um *habitus* que compreende um “sistema de esquemas de percepção e apreciação [...]” que orienta as práticas concretas; no entanto, o ator, ao interiorizar esse *habitus* também, a partir de sua subjetividade (princípios, valores, visões, gostos), promove uma ressignificação na ação, ou seja, são estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes. Nesse sentido, em um movimento dialético, o ator social é produto e produtor das práticas sociais.

A noção de *habitus* é importante para compreensão do processo da práxis de participação dos atores sociais no colegiado territorial. O PRONAT é um programa federal que tem um duplo objetivo: viabilizar o alcance de recursos e, concomitantemente, o colegiado territorial, ao constituir-se um espaço de discussão, dissemina e estimula a participação social. Os próprios atores nas entrevistas enfatizam que é um aprendizado sobre projetos, política territorial, entre outros temas.

Assim, de acordo com o *habitus* definido por Bourdieu e baseados nos dados da pesquisa, é possível afirmar que os atores, ao participarem, incorporam da estrutura social e política do colegiado as ideias e objetivos em comum, assim como, também imbuídos de capital social e do entendimento das necessidades dos agricultores, colaboram nas propostas de projetos, na articulação com o poder público, sobretudo os atores ressignificam e dão um novo sentido às ações do colegiado.

Ainda menciona a noção de campo, no qual se estabelecem as relações de poder, ou seja, as correlações de força. Relacionado a essa ideia, Bourdieu (1996, p.18) cria a noção de espaço social que alude a um “conjunto de posições distintas e coexistente, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua*”. Nesse sentido, o espaço social constitui-se precisamente na diferença, o *habitus* engendra práticas distintas e distintivas (esporte, alimentação, cultura, comportamento), por exemplo, as opiniões políticas como versa Bourdieu (1996, p.22), “[...] tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem”.

A idéia de Bourdieu de espaço social, o qual se constitui de diferenças, decorrente do acúmulo de capitais e da posição social, portanto com interesses distintos, é reflexo de fato da sociedade contemporânea permeada pelo fenômeno da diferença, minimizada quando, por exemplo, o Estado cria um programa de desenvolvimento territorial, fundado numa perspectiva inclusiva e gestão participativa, sobretudo construído pela junção de vários municípios que, por sua vez, são constituídos pela diferença social, histórica, cultural, econômica, política e que precisa ser notada e valorizada, pois como afirma Bourdieu (1996, p.26), a “diferença está em toda parte [...] existe e persiste” nos espaços sociais.

De forma análoga à capacidade criativa do ator na produção da estrutura social, podemos compreender não de forma mecânica e linear que a estrutura social do colegiado é formada pela soma da sociedade civil e Estado, bem como, por concepções inovadoras no desenho institucional, isto é, por meio da participação nos debates relacionados à agricultura familiar e no controle das políticas públicas.

No entanto, também é consonante que o colegiado é constituído por correlações de forças, um campo de diferentes interesses em disputa que são também motivados por uma cultura clientelista e autoritária. A própria concepção de agricultura familiar e das necessidades que os protagonistas do PRONAT propõe, pode incidir em condicionamentos ou mesmo determinações.

Assim, ao tempo em que há a inovação de práticas, há também a absorção da cultura política local, o que não quer dizer, não haja mudança social, pois a teoria da práxis não trata a relação do *habitus* com o campo de forma “puramente circular” (VANDENBERGHE, 2010), havendo apenas a interiorização ou exteriorização, mas existe a capacidade de transformação do *habitus* que está simbolicamente representada no processo de redemocratização e na ação organizacional e participativa da sociedade civil.

Efetivamente, no Litoral Norte de Alagoas, o colegiado territorial é um espaço alternativo para a mudança da estrutura econômica e política local, possibilitando a expansão, o fortalecimento e a diversificação com outras atividades produtivas, especificamente de agricultura familiar, uma vez que há o predomínio da monocultura da cana-de-açúcar. É contraditório, mas os próprios assentados, uma

vez que não têm uma produção sustentável, terminam se submetendo ao trabalho assalariado na função de cortador de cana.

Assim, refletindo na construção do espaço público do colegiado territorial e para a efetividade das políticas públicas, é importante a existência de capital social. Com efeito, Bourdieu explica que a produção e reprodução da estrutura, ou seja, do espaço social depende da aquisição de capital social. Na perspectiva de Bourdieu (2010, p.134), capital social corresponde “as propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferenças espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos”.

Nesse sentido, a noção sociológica e multidimensional de espaço social oferece princípios para pensar a realidade social e a prática dos atores sociais no território, pois como “lugar” significa o contexto da interação social e expressão do poder, tanto quanto, é resultado da construção dos atores sociais, do uso que fazem, dos sentidos e significados que lhes atribuem.

E o capital social torna-se um instrumento ativo na construção do espaço social e na organização das relações sociais, logo, focado em redes de relacionamentos (NEVES; HELAL, 2007), contribui para a obtenção dos objetivos dos indivíduos e conseqüentemente a obtenção de mais capital e acesso a outros espaços.

Na perspectiva do cientista político italiano Robert Putnam (1996, p.177), o capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Sua concepção tem um caráter mais coletivo que a percepção de Bourdieu, quando o capital social contribui para a cooperação nas ações coletivas e nos objetivos propostos pelo grupo ou comunidade, e funcionam de acordo com Prates; Carvalhaes; Silva (2007, p.49), como “[...] predisposições comportamentais que minimizam os custos da ação coletiva ou do associativismo”.

Vale destacar, afirma Franco (2001, p. 398) que “[...] sem certa dose de capital social nenhuma coletividade pode experimentar um processo democrático”,

ou seja, para a concretização de uma ação coletiva e construção de espaços públicos fundados em princípios democráticos, é fundamental a existência de capital social.

Para tal, é necessário haver uma base, um tecido social que estimule a sua ampliação. Nesse sentido, as formas organizativas de base legitimam o capital social e impulsiona a ação (PIÑERO, 2004) da sociedade civil, a exemplo do desenvolvimento de ações comunitárias, associativas e da própria cultura cívica. No colegiado, as experiências das CIATs e da inserção dos atores sociais em outras organizações associativas são retalhos que corroboram para a construção do tecido social.

No que diz respeito ao capital político, este é um tipo de capital social reconhecido de forma simbólica, a partir do prestígio, da reputação, fama e popularidade, propriedades que atribuem poder e legitimidade ao ator social. De forma mais explícita, o capital político é exemplificado na representação, no ato de o representado confiar o poder a seu representante. Conforme Bourdieu, o capital político:

[...] é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (BOURDIEU, 2010, p.187)

Assim, conforme sua argumentação, um grupo se constitui na representação, no ato do porta-voz representá-lo, de fazê-lo existir. Afirma Bourdieu (2004, p. 191), “[...] quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se vêem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política”. Esses são um dos riscos que decorrem da representação e da deficiência do capital político, inclusive no Brasil, quando há fragilidade na representação democrática (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006).

O capital político reflete a obtenção de poder para o exercício da representação, assim como ele é fundamental para a própria capacidade de os atores sociais participarem do espaço social e de sua construção. Como afirma Marco Nogueira (2011, p.133), “[...] ainda que nem toda participação seja

imediatamente política, não há participação que não se oriente por algum tipo de relações com o poder”, pois, os atores são constituídos na diferença e buscam distintos interesses.

De fato, no colegiado do Litoral Norte de Alagoas, os participantes inseridos no grupo da sociedade civil, em sua maioria, são representantes de associações que defendem e buscam benefícios para os agricultores representados. O poder público também termina representando e articulando projetos que beneficiem os atores que fazem parte, principalmente, da aliança política.

Dessa forma, o capital social e político são mecanismos simbólicos, mas que alcançam concretude nas relações sociais, ao serem utilizados para as motivações individuais, assim como para a realização dos objetivos de um grupo, por meio da representação e da própria necessidade de capital social para construção e renovação dos espaços sociais.

Das incursões sobre a temática, o capital político é um instrumento ativo no empoderamento da sociedade civil e se constitui no ato de os indivíduos imbuídos de um espírito cívico se organizarem com a finalidade de participarem de espaços públicos para a conquista de objetivos em comum. Para Gohn (2004):

O significado da categoria ‘empowerment’ ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal. Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilização e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais. (GOHN, 2004, p.23)

O empoderamento assim pode simplesmente remeter a fins práticos, destituídos de sentido, quanto pode instigar a mobilização dos atores sociais. O empoderamento no sistema de governo democrático, expressa a valorização da voz do povo, a ocupação do espaço que lhe é dado constitucionalmente, o poder de participar das decisões públicas e na criação, desenvolvimento e controle das

políticas públicas. Representa também a autonomia dos indivíduos frente ao modelo político brasileiro fincado no clientelismo, autoritarismo e patrimonialismo.

A categoria empoderamento estabelece movimento recíproco com outra, a ação coletiva. Marcur Olson (1965), em sua proposição da teoria da ação coletiva, também conhecida como teoria da Mobilização de Recursos, defende que a motivação para os indivíduos se organizarem à procura do bem comum decorre de um cálculo estratégico, buscando mobilizar formas e recursos que atendam às suas necessidades por meio da participação na ação coletiva.

Diferentemente, a teoria da Identidade Coletiva pressupõe, conforme Melucci, que a ação coletiva é:

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em continguidades de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. (MELUCCI, 1996, p.20 apud GOHN, 2007, p.154)

Nesse sentido, na perspectiva de Melucci (1989, p. 53), a ação coletiva é uma interação social entre indivíduos, que não são “[...] motivados apenas pelo que nós chamamos de uma orientação ‘econômica’, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade [...]”.

Tal afirmação congrega do mesmo modo para indivíduos interessados e desinteressados ao mesmo tempo, como analisa Caillé (1998) sobre os pressupostos da dádiva construídos no funcionalismo de Marcell Mauss. A princípio, o fato de participar de um grupo não é motivado por razões materiais, mais vale a relação de confiança, e o sentimento de solidariedade (GALDINO, 2010), embora os integrantes compreendam que serão retribuídos na relação de reciprocidade.

Assim, entre a teoria de Mobilização de Recursos e da Identidade Coletiva, a ordem da motivação é um elo entre o indivíduo e o grupo, ora objetivos, ora subjetivos, respectivamente.

A concepção utilitarista é relativa em alguns casos. Na concepção de Jon Elster (1999), o ato democrático de participação no desenvolvimento das políticas

públicas constitui uma racionalidade, mas não de origem instrumental, que busca a satisfação unicamente dos interesses dos indivíduos. Do contrário, o ato de o indivíduo participar de um colegiado, fórum, orçamento participativos, associações ou consórcios perpassa por um cálculo estratégico, no qual não somente suas necessidades seriam atendidas, mas, ao participar, estaria contribuindo para os ideais do coletivo.

É relevante notar que, no envolvimento e motivação dos indivíduos a participarem da construção, desenvolvimento e controle das políticas públicas no colegiado territorial, um dos fins para sua organização e mobilização é a existência de objetivos práticos que estão em busca, no caso do desenvolvimento rural – infraestrutura, crédito, terra, centrais de comercialização, entre outros implementos.

Esses objetivos passam pelo sentimento de pertencimento dos atores ao território e ao colegiado, bem como o reconhecimento das identidades territoriais pelo Estado. Ou seja, para o efetivo desenvolvimento territorial (PERICO, 2009), existe o elemento simbólico da identidade que dá o sentido das políticas públicas e influencia fortemente a participação e comprometimento dos atores, quando objetivam a democratização das ações, dos direitos sociais.

Também é fato a distribuição equitativa de educação, terra, renda, entre outros fatores motivantes, implícitos na configuração do imaginário do cidadão. Nesse sentido, o não recebimento dos direitos pode levar o indivíduo à desvinculação do grupo e mesmo à perda de sentido da participação, pois estes não estão sendo reconhecidos e ouvidos.

Logo, o capital social permeia e dinamiza as relações sociais, seja na ação coletiva dos atores sociais, seja no empoderamento, tornando-se um instrumento para alcance dos objetivos coletivos que perpassam os fins individuais.

3.3 Participação, representação e esfera pública

Por meio do processo de redemocratização brasileira, o Estado reconstrói o desenho institucional dos projetos sociopolíticos, procurando cumprir os princípios constitucionais. Por outro lado, na contemporaneidade, com a expansão da participação da sociedade civil nos processos políticos e na construção das políticas

públicas, surge a possibilidade de desconstruir a forma de governo até então centralizadora, autoritária e hierárquica e construir uma maneira de gestão inclusiva, democrática e descentralizada. E, ao mesmo tempo, contribuir para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, buscando abarcar no projeto político a pluralidade das identidades e suas demandas, ou seja, concretizando a “democratização da democracia” (GIDDENS, 1996).

Nesse sentido, o Brasil, frente a um histórico de política oligárquica e uma cultura clientelista que começa a mudar na década de 80 (JACOBI, 2002b), por meio de lutas sociais e da própria intervenção da sociedade civil, a participação social torna-se um importante objeto de estudo a pesquisar, permanente na contemporaneidade e incorporada pelo próprio Estado que propõe um programa fundando na gestão participativa, por exemplo, o PRONAT. Logo, é possível analisar a ação tanto da sociedade civil, quanto do Estado e a relação entre ambos os setores.

O filósofo Jürgen Habermas ergue a discussão sobre Democracia, especificamente na Sociologia, para um caminho da análise das “práticas cotidianas” (AVRITZER, 2006) nos espaços das relações sociais e da cultura política, nas quais as ações são realizadas e intermediadas pela comunicação, explicitamente o diálogo. Dessa maneira, a participação se dá no espaço público, que, na perspectiva habermasiana, se denomina esfera pública.

O conceito de esfera pública é importante, porque permite à sociedade civil discutir em seus espaços o que corresponde ao mundo da vida, agregando ao grupo a pluralidade das organizações e implosão de questões restritas ao âmbito do Estado ou ainda da esfera privada. Segundo Gohn (2011, p.40), a sociedade civil ingressou em “[...] novos espaços de poder como estruturas instituintes não formais, no lugar de um instituído ausente, o Estado”.

A concepção de esfera pública que amplia os horizontes da percepção de espaço público não tem o mesmo caráter do conceito de sistema político que, conforme a abordagem habermasiana, constitui o espaço eminentemente político de deliberações.

Os termos “público” e “esfera pública” são tradicionais e recebem diversas definições, entretanto a sociologia busca conservar os termos e pesquisar os seus significados em Estados e períodos históricos específicos para a compreensão da dinâmica social, política, cultural e econômica da sociedade. A partir do significado etmológico, podemos afirmar que esfera pública refere-se ao que é público, aberto e acessível. Então, Habermas (2003a), ao analisar a esfera pública burguesa, define-a como:

[...] a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (HABERMAS, 2003a, p.42)

Assim, entende-se que a esfera pública burguesa é composta de pessoas privadas com objetivos definidos que usam da esfera pública para o alcance de seus objetivos que pode também ser útil ao bem comum da sociedade. São os indivíduos pensantes, críticos e politizados da esfera pública burguesa que constroem a opinião pública e que pressionam o Estado e, por outro lado, fazem a intermediação entre este e a sociedade. Assim, conforme Habermas (2003a, p.69), com o surgimento e a atuação de uma esfera pública, “[...] a tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil”.

Considerada a esfera pública pelo próprio Habermas (2003a, p.17) como “[...] um princípio organizacional de nosso ordenamento político [...]”, essa tem a capacidade de fazer acontecer os princípios democráticos, inicialmente a organização política da sociedade civil para a ação de opinião e decisão. Conforme Avritzer e Costa (2004), a introdução do conceito de esfera pública permitiu a interação e organização política de grupos, associações e movimentos. De modo similar, Vieira (2001) ao discorrer sobre a autonomia do espaço público, afirma que este:

[...] revaloriza o primado da comunidade e da solidariedade, possibilitando a libertação da sociedade civil dos imperativos sistêmicos, isto é, dos controles burocráticos do Estado e das imposições econômicas do mercado. (VIEIRA, 2001, p. 64)

Nesse âmbito das funções atribuídas à esfera pública, de fato, ela constitui em um espaço de sociabilidade, sobretudo, vital para o empoderamento da sociedade civil e expansão da democracia.

Em 1990, Habermas reedita o trabalho, *Mudança estrutural da esfera pública*, e faz uma revisão de suas teses:

[...] mostrando que o espaço público continua estabelecendo, como órbita insubstituível de constituição democrática da opinião e da vontade coletivas, a mediação necessária entre sociedade civil de um lado, e o Estado e o sistema político de outro. (AVRITZER; COSTA, p. 68 apud MAIA; CASTRO, 2006)

Aliada à defesa de que a esfera pública se constitui um campo aberto para as questões públicas, mas também um espaço apropriado para o debate e a informação, na concepção habermasiana, converte-se na ação comunicativa, no agir comunicativo, ou seja, a capacidade de ser estabelecido o diálogo, a expressão de opinião e construção de relações sociais. Nesse sentido, para Habermas (2003a, p. 85), “[...] a opinião pública se forma na luta dos argumentos em torno de algo, não sem crítica, na aprovação ou rejeição, seja ela ingênua ou plebiscitariamente manipulada”.

A racionalidade comunicativa construída por Habermas, retomada na atualidade, alega Avritzer (2011, p.121), “[...] não estruturaria a esfera do Estado e sim a esfera pública entendida enquanto uma arena discursiva na qual os valores democráticos se formam e se reproduzem”. Nessa perspectiva, por meio da organização da esfera pública, é construído um espaço para os indivíduos, dando-lhes autonomia frente ao Estado, anulando a perspectiva weberiana da existência da dominação da burocratização; do contrário, Habermas percebe também a existência de uma nova sociabilidade, fundada na racionalidade comunicativa que fortalece as formas interativas.

Como nos afirma Avritzer:

Habermas nos oferece como solução ao problema da participação a existência de públicos não-institucionalizados capazes de se organizar no nível da sociedade e forçar a compatibilização entre esfera pública e sistema político. A compatibilização entre uma soberania popular procedimentalizada e os resultados de um debate discursivo no nível da esfera pública contribuiria para a racionalização do sistema político. (AVRITZER, 2011, p.123)

Assim, de acordo com a teoria habermasiana, Leonardo Avritzer nos atenta que espaços, mesmo não institucionalizados, têm uma racionalidade implícita, especificamente a comunicativa, que pode corroborar para a racionalidade política.

Portanto, a partir do aporte teórico de Habermas, podemos conceber a esfera pública como um espaço no qual, por meio do agir comunicativo, há a democratização da expressão da opinião popular, do poder deliberativo e não apenas representativo, do debate, do acesso a documentos, do direito à informação, entre outras funções.

Inclusive, com relação ao acesso a documentos no colegiado territorial do Litoral Norte, o regimento do colegiado foi distribuído e as atas são lidas nas reuniões, mas não há um meio de divulgação delas. E, como forma de assegurar o pagamento não realizado ao antigo assessor do colegiado, este mantém algumas atas do seu período sob sua proteção.

Analisar a participação social, a partir da concepção de que é uma forma estabelecida de promover a democratização das relações sociais no redesenho institucional da gestão pública, é importante para perceber historicamente a ação e resistência dos atores sociais que buscam romper com políticas clientelistas e autoritárias, bem como para descobrir os espaços criados para o debate e o diálogo.

Para Dagnino e Tatagiba (2007), torna-se necessário, a partir das especificidades políticas institucionais e mesmo do modelo federativo brasileiro, analisar a qualidade da participação, o que, por sua vez, também abre um novo desafio de relacionar a participação social com o instrumento político representativo nos microespaços, no qual localmente são travados os debates e expressados os interesses dos atores sociais.

Os instrumentos no exercício da democracia do Estado democrático brasileiro são a representação e a participação que tem, conforme Avritzer (2006), caráter híbrido e não são excludente. No entanto, em que grau e sentido o princípio da representação favorece a participação? Por meio da representação, o colegiado tem favorecido os agricultores familiares, tornou-se espaço legítimo de discussão e busca de recursos, protagonizado por muitos atores que representam associações, cooperativas, entre outras organizações, mas não agrega a diversidade da agricultura familiar do território.

Segundo os autores Lavallo, Houtzager e Castello (2006), na contemporaneidade, a representação ultrapassa os recantos legislativos e eleitorais, ocupando os espaços participativos para o controle social, sobretudo na gestão das políticas públicas. Torna-se, assim, um desafio, pois o que está comprometida é a legitimidade da representação, saber se os interesses dos representados são os reais interesses e se existe um processo pré-existente para a seleção dos representantes.

Em suma, a ideia de esfera pública habermasiana também converge com a noção de espaço social que se constrói na relação dialética da diferença. Para chegar a um consenso de uma opinião pública, é necessário o espaço do debate e do diálogo na esfera pública, bem como uma esfera pública pressupõe uma organização de indivíduos imbuídos de capital social para alcance dos fins propostos pelo grupo.

4 O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A pesquisa de campo foi uma etapa indispensável para a compreensão do processo de participação social dos agricultores no colegiado territorial. Dispôs de elementos para o desenvolvimento do trabalho, incluindo a problematização do objeto, o direcionamento da própria teoria e a escrita.

No acompanhamento das reuniões do colegiado, por exemplo, os questionamentos sobre a participação dos agricultores se desdobraram. Existia outro elemento implícito, a representação, que ajudou a responder muitas indagações sobre a participação dos agricultores familiares no colegiado.

Cardoso de Oliveira (1998) afirma que, no exercício da pesquisa e na produção do conhecimento, os atos cognitivos de olhar, ouvir e escrever se unem na construção do saber. Essa prática do pesquisador foi relevante no percurso da pesquisa, ao participarmos das reuniões e termos a oportunidade de ver e ouvir as discussões e conhecer os atores sociais, os atos cognitivos se tornaram instrumentos fundamentais para a elaboração do trabalho e corroboraram para o nosso conhecimento científico.

No entanto, durante a realização da pesquisa, perpassamos por vários momentos complicados no contexto acadêmico, especificamente a morte repentina do ex-orientador profº. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello (*in memoriam*) no meio do trabalho que provocou certa imobilidade e um redirecionamento na pesquisa.

A pesquisa de campo correspondeu ao período de 2011 a 2013 com alguns interregnos. O acompanhamento e a observação participante foram realizados efetivamente nas reuniões do colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas, realizadas em diferentes municípios do território, inclusive algumas vezes nos assentamentos da região, na ocasião da entrega de tratores e caminhões. E as entrevistas foram realizadas em outro momento, fora das reuniões, individualmente, com cada entrevistado em seu respectivo município.

Considerou-se que a observação participante é uma técnica de captura de dados (MINAYO, 2010) em que o pesquisador, ao se inserir no contexto da observação, contribui para sua modificação, e ao mesmo tempo está sendo

influenciado. Bem como, é relevante dizer que na observação ativa o observador tem mais contato face a face, por um longo período de tempo. Nesse sentido, constatou-se nas reuniões do colegiado territorial em que, mesmo nossa presença de observadores sendo silenciosa, os membros afirmaram que consistia numa parceria junto ao colegiado e não éramos indivíduos estranhos àquele ambiente, posicionamento que corresponde a nossa participação contínua e ativa na dinâmica do colegiado territorial.

Assim, durante o longo tempo de acompanhamento, podemos avaliar os sentidos, efeitos da participação e as relações de poder travadas no colegiado territorial, assim como os alcances, limites e dificuldades para o desenvolvimento rural na região.

Ao pesquisar e analisar a participação dos agricultores familiares do Litoral Norte de Alagoas no colegiado territorial, também conseguimos conhecer com mais propriedade suas especificidades, seu espaço, sua ética e seu modo de vida. Por outro lado, foi possível fazer uma correlação com a agricultura brasileira, apreendendo as transformações e fatores influentes no meio rural e na agricultura familiar.

Nesse íterim, fator relevante que contribuiu com a análise foi a pesquisa de campo, o ir até a Secretaria de Agricultura dos municípios e aos assentamentos. Foi possível perceber *in loco* a realidade socioeconômica dos municípios, secretarias sucateadas e terras longínquas que, ao serem constituídas em assentamentos, ganharam vida e trouxeram sentido e transformações para os moradores.

Nas viagens aos assentamentos, ao conversar sobre o colegiado fora das reuniões, do ambiente normativo, renderam manhãs e tardes de depoimentos sobre suas vidas, sobretudo das mulheres, das dificuldades de inserção em ambientes políticos, majotariamente formado por homens, as quais exerciam cargos de coordenações nos grupos representados e no próprio colegiado territorial.

Por outro lado, também foi fator contribuinte para a compreensão da participação a percepção dos avanços da agricultura familiar no Litoral Norte de Alagoas, no sentido de quanto, em meio às dificuldades de deslocamento e

ausência de recursos, os membros representantes do colegiado estavam ativamente participando das reuniões, buscando concretizar o desenvolvimento rural sustentável.

Entre as dificuldades encontradas, especificamente no campo, destaca-se o problema de acesso aos documentos do colegiado. Referimo-nos às atas, por ser uma das técnicas que usaríamos para realizar a pesquisa, sendo possível, por meio delas, fazer um acompanhamento do colegiado no período anterior ao proposto pela pesquisa.

A pesquisa documental possibilitaria de acordo com Sá-Silva; Almeida; Guindan (2009, p.2), “[...] ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural [...]; permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social [...]”, favorecendo a análise do processo de “maturação ou evolução” de grupos, indivíduos e práticas.

Nesse sentido, refizemos a metodologia, utilizando como principal instrumento de pesquisa as entrevistas estruturadas. Pelo longo processo no acompanhamento do colegiado e com os atores sociais, mesmo sem atas, não causou perda de informações sobre o histórico do território e do colegiado. Foi possível nas entrevistas resgatar um pouco desse histórico com bastante originalidade, a partir das falas dos atores mais antigos que contaram as lutas e impasses.

De acordo com o proposto na pesquisa, foram entrevistados na pesquisa dez¹⁵ atores sociais dos colegiados que estão participando com assiduidade das reuniões do colegiado, assim como sujeitos que estão afastados. A amostra integra categorias de gênero, sindicatos, assentados de reforma agrária e gestores públicos, divididos em 50% da sociedade civil, 10% dos sindicatos e 40% do poder público. Também privilegiou uma distribuição dos municípios que compõem o colegiado: Porto calvo, Matriz de Camaragibe, Maragogi, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe e Jacuípe.

¹⁵ Um dos requisitos para a realização da entrevista é criar um ambiente harmonioso, de cordialidade e confiança, no qual o entrevistado é informado sobre o processo e a finalidade da entrevista. Nesse sentido, dois entrevistados não quiseram gravar as respostas das perguntas abertas em mídia player, mas prosseguimos com as entrevistas, buscando aproveitar ao máximo por meio da transcrição das falas.

A escolha dos entrevistados não foi feita por sorteio, mas pelo conhecimento tácito dos atores que acompanhavam o colegiado. Percebemos que, dessa forma, não causaria indução nos resultados da pesquisa, porque os atores com quem fizemos foram os que participam efetivamente ou que deram considerável contribuição.

A questão dos atores afastados e os que estão participando efetivamente do colegiado é uma observação curiosa e pertinente, pois alguns dos entrevistados que, no início do colegiado participavam com frequência e posteriormente se afastaram, nas últimas reuniões acompanhadas, retornaram a participar. Assim, o processo de participação social é permeado por continuidades e descontinuidades como nos lembra Norbert Elias.

Os questionários utilizados nas entrevistas são divididos em dois blocos. Inicialmente tratamos de questões individuais da vida social do entrevistado, de sua inserção e participação no colegiado. No segundo bloco, interrogamos sobre questões normativas e políticas do colegiado territorial.

Mesmo entendidos como uma técnica fechada, resumidos nas alternativas apresentadas no elenco de respostas da pergunta, o questionário foi construído baseado nas próprias observações realizadas e continha também questões abertas. Os questionários revelaram questões enfáticas que possivelmente em entrevistas não estruturadas não mostrariam. Como princípio técnico e legal da pesquisa, é assegurado o anonimato dos entrevistados, substituindo os nomes reais por nomes fictícios.

A forma metodológica pela qual o pesquisador opera a análise de dados e utiliza a imaginação sociológica é de fundamental importância. Com esse propósito, primeiramente selecionamos fatores implícitos nas entrevistas, nos questionários e na observação que estão imbricados com a teoria sociológica e tratam da participação social, representação, espaço público e processo social.

Ao apresentar os dados coletados, inicialmente fazemos uma descrição discursiva sobre a observação participante, em seguida; é realizada a análise dos dados coletados nas entrevistas.

Em segundo lugar, construímos tipos de participação que correspondam à realidade sociopolítica do colegiado, associada ao referencial teórico utilizado. Esses tipos se caracterizam e são classificados em dois níveis de participação: ativa ou inativa.

4.1 O que as observações revelaram?

Embora, conforme dados do SGE (BRASIL, 2011b), 66,67% dos entrevistados afirmem que o território se reúna mensalmente, o período que analisamos teve intervalos que traduzem informações importantes na análise da participação social no colegiado. Em dois momentos, durante o período de pesquisa, houve “paralisações”, ou seja, pausas das reuniões do colegiado, ficando até mais de três meses sem haver as reuniões mensais. Cada qual procedeu em momentos e significados distintos.

A primeira paralisação aconteceu no ano de 2012 e teve como fatores motivadores do desestímulo a falta de confiança no governo e ausência de recursos para as políticas públicas. Os atores até propuseram uma reformulação jurídica do formato do colegiado, pois, na concepção deles, já não atendia às suas necessidades, no que se refere ao recebimento dos recursos financeiros do MDA, via PROINF - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios.

Essa primeira pausa constituiu momento importante no colegiado, provocando a reflexão da função daquele espaço e do PRONAT. Nessa perspectiva, outro dado relevante que colabora para a análise sobre a participação nesse momento é quando relacionamos esta com as ações que foram desenvolvidas ou que estavam programadas para serem efetivadas. Estamos falando dos projetos que, por vários motivos, não foram executados no Litoral Norte de Alagoas, desde os problemas técnicos, à burocracia das instituições. Esses projetos foram anteriores à realização desta pesquisa, mas são informações importantes, porque ainda fazem parte da discussão das reuniões e projetos inacabados que os atores esperam serem concluídos.

As ausências, faltas, desmotivações também estiveram atreladas a essa questão tratada anteriormente. O fato de não haver efetivamente a execução dos

projetos, ou mesmo a falta de apoio e recursos para o desenvolvimento rural do Litoral Norte fizeram com que muitos atores sociais se afastassem do colegiado.

Em uma reunião, com cerca de 30 membros do colegiado - tanto da sociedade civil quanto de secretarias municipais de agricultura - nesse contexto de insegurança, de descontinuidade e de mudança da administração da Secretaria do Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário - SEAGRI e da reativação do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas - EMATER, os membros da sociedade civil desabafam e relatam a falta de atenção com os agricultores familiares do Litoral Norte de Alagoas, apontando as necessidades e reivindicando os projetos inacabados.

Esse fato nodal de pausa e desmotivação da sociedade civil não pode ser caracterizado como fatores únicos para a análise do processo de participação e envolvimento dos atores, levando a afirmar que não há uma participação efetiva dos agricultores familiares, mas, a partir desses elementos descritos, podemos perceber os fatores que influenciam a participação social e a não participação dos principais atores do PRONAT, os agricultores familiares.

De acordo com dados do SGE (BRASIL, 2011b), os principais problemas que prejudicam o desempenho do colegiado do Litoral Norte são a baixa participação dos produtores, a alta rotatividade dos membros e pouca participação dos gestores públicos.

Ratificamos, a partir das observações, que esses problemas ainda persistem até a atualidade, o colegiado não agrega a pluralidade dos agricultores familiares e ainda é ínfima a participação da agricultura familiar. Sobre a rotatividade, a sociedade civil está se consolidando, sobretudo, empoderando-se do espaço legítimo de discussão e deliberação, enquanto, no poder público, há uma notável mudança de representantes.

Em 2013, houve outra paralisação em decorrência de questões administrativas no interior do colegiado, especificamente da mudança de articulador. Mas esta tem outro sentido, diferentemente da anterior. Na verdade, para nós

observadores, foi “uma falsa paralisação”, pois, na ausência da célula e das reuniões, eles não perderam o vínculo com o colegiado.

Assim, nas três primeiras reuniões correspondentes ao ano de 2013, transpareceu não uma pausa das atividades do colegiado, pós o vazio do período de 6 meses sem reuniões, mas nos deparamos com uma outra imagem dos atores sociais, agora mais motivados e empenhados.

Em uma reunião com aproximadamente 30 pessoas, percebemos, a partir das falas dos integrantes, que o grupo estava mobilizado, participando de outras reuniões referentes às ações do colegiado, atentos aos editais e buscando aumentar a rede dos parceiros. Eles mesmos relataram sobre a mudança.

Existe, sobretudo, uma sinergia entre os atores, mesmo quando não está institucionalmente havendo reuniões do colegiado, configurando o que podemos definir de capital social que produz um elo e os torna coesos, solidários e comprometidos. O capital social se torna um instrumento ativo para a construção do espaço social, organização das relações sociais no colegiado e para o desenvolvimento rural sustentável da região.

É relevante perceber que, mesmo num quadro histórico marcado pelo autoritarismo e clientelismo, e por outro lado, perpassando momentos de descontinuidades no processo de gestão social, a participação social é renovada por meio da confiança e persistência dos atores, assim como dessa sinergia entre eles. As pausas não foram motivos para deixarem de participar, mas serviram para criarem novas estratégias de promover a gestão social, de incentivar a participação e de alcançar os recursos e o desenvolvimento rural sustentável da região.

Como sabemos, os fatos sociais não possuem a característica linear absoluta, pois os indivíduos têm a capacidade de renovar, recriar e dar um novo sentido à realidade. Conforme Bourdieu (2010), o indivíduo, ao interiorizar o *habitus*, possui a capacidade de dar um novo sentido à ação a partir dos elementos de sua subjetividade (valores, princípios, visões). Nesse sentido, o fato de a sociedade civil atribuir elevado significado à participação social, à cooperação e à importância do

colegiado tem contribuído para a qualidade da participação dos membros envolvidos e ampliação da participação social do setor público e da sociedade civil.

A partir desses fatos extraídos das observações nas reuniões, será que é possível afirmar que há uma participação social efetiva dos agricultores familiares no colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas, proposto pelo PRONAT? Dentro dos limites da própria democracia em construção no Brasil, não temos uma participação efetiva. Expandindo para o âmbito dos agricultores familiares nas especificidades do Litoral Norte, a participação dos atores sociais, até mesmo o conhecimento do colegiado como o espaço sociopolítico dos agricultores é um processo em construção e que, na atualidade, não há uma participação efetiva da pluralidade dos agricultores familiares, o que não compromete a participação dos membros participantes do colegiado, os quais, pelo contrário, são os “guerreiros do território”, como eles assim se denominam.

Contudo, o colegiado como um canal de participação não configura no Litoral Norte um espaço no qual some a pluralidade dos protagonistas para discutir; no entanto, tem colaborado como analisamos para a criação de capital social e para o empoderamento da sociedade civil e, nos últimos anos, desde sua criação, tem perpassado o objetivo da pura busca de recursos.

Nesse sentido, percebemos o sentido da participação social para os agricultores familiares, que não está somente focado na perspectiva materialista, ou seja, no desenvolvimento econômico e interesses das associações e cooperativas. Mas, imbuídos do espírito cívico e democrático, percebem a importância da mobilização de outros atores sociais e da consolidação do colegiado como esfera legítima dos agricultores familiares. Logo, o colegiado territorial, a princípio incentivado pelo Estado, proporcionou um aprendizado cidadão para os atores sociais para além daquela esfera.

4.2 O colegiado territorial no Litoral Norte de Alagoas

Como descrevemos na seção 2, as políticas territoriais de apoio à agricultura familiar surgem num contexto em que convergem tanto a ação do Estado quanto da sociedade civil.

O PRONAT é um programa proposto pelo governo federal para o desenvolvimento rural sustentável das comunidades rurais do Brasil. No Estado de Alagoas, o território do Litoral Norte de Alagoas nasce juntamente com outros 5 territórios¹⁶.

A mobilização local no Litoral Norte iniciou-se com as CIATs. Depois, com as ações de desenvolvimento rural sustentável do MDA, transformou-se efetivamente numa organização com o formato de colegiado de ordem territorial institucionalizado. Segundo os depoimentos dos entrevistados, no tempo das CIATs, os grupos da sociedade civil organizados já reivindicavam, mas não havia meios para proporem e conseguirem recursos. Para Jorge:

[...] é o agricultor que sai de sua casa para reivindicar suas demandas e encontra no território um meio, um porta-voz para encaminhar essas demandas a nível desse governo para aproximar e passa de alguma forma a ser um instrumento para formulação das políticas públicas. (JORGE, 61 anos)

Nesse sentido, o colegiado se torna o espaço de reivindicação, de exposição de demandas da agricultura familiar e decisão das políticas públicas de que necessitam. Da mesma forma, para outro membro é o espaço no qual é estabelecido o diálogo para a construção das políticas públicas, afirma Maria (41 anos) que é “o espaço único para discutir e para ser ouvido na questão das políticas públicas para a qualidade de vida e melhoria de renda [...]”.

Institucionalmente, conforme o Regimento (BRASIL, 2011d), o colegiado territorial é:

¹⁶ Foram criados em, 2003 (BRASIL, 2011a), 5 territórios rurais vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT: Da Bacia Leiteira, do Agreste, do Alto Sertão, do Litoral Norte, do Médio Sertão e da Mata Alagoana. Em 2013, houve a incorporação ao PRONAT de mais 2 territórios: Litoral/Mata Sul e Regiões Lacunares e Baixo São Francisco.

Um espaço de articulação entre a sociedade civil e o poder público, com a função de viabilizar a concepção e acompanhamento dos projetos de investimentos, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais - PRONAT e do Programa Territorial da Cidadania - PTC, constituindo-se no fórum de identificação e discussão das ações necessárias à sua implementação no território, bem como, conduzir todo o processo de articulação interinstitucional, definição de responsabilidade, levantamento das necessidades e oportunidades de investimentos, de acordo com os anseios e as demandas dos atores sociais. (BRASIL, 2011d, p. 1)

Essa citação sintetiza a definição e importância do colegiado territorial para a agricultura familiar, fortemente enfatizado pelos atores sociais entrevistados. Estes atribuem tamanha importância ao colegiado, uma vez que contribui para a gestão social das políticas públicas, o empoderamento dos atores social, o controle social das ações, o incentivo à agricultura familiar e para o desenvolvimento rural.

A partir da noção de espaço público, enfatizado por Habermas (2003a), é possível afirmar que o colegiado territorial Litoral Norte é um espaço público que tem a capacidade de organizar a sociedade civil e promover a articulação desta com o Estado.

Ele torna a agricultura familiar uma questão pública e não somente privada, que estaria circunscrita às necessidade de um grupo de indivíduos. Sobretudo, revela uma realidade de uma grande parcela da população do Litoral Norte e que tem um duplo impacto não somente de beneficiar os protagonistas do PRONAT com sustentabilidade, mas promove o desenvolvimento do Litoral Norte e contribui para o bem comum da sociedade, por meio da distribuição de alimentos, como assegura este entrevistado:

A agricultura familiar é a base de tudo né, exatamente por que ela produz o alimento [...] quando falta alimento [...] sem ela não existe vida, porque a vida vem do alimento, né, vem da produção dos produtos do campo e geralmente quem produzem os alimentos são os pequenos agricultores, o agricultor familiar, que faz 70% da produção de alimentos do Brasil, provém da agricultura familiar, do pequeno agricultor né, ele é realmente quem abastece a comunidade das suas mais variadas necessidades, então é isso daí faz com que ela seja uma classe muito especial que precisa de apoio né pra ela se revitalizar tendo em vista que ela sofreu muitas dificuldades, principalmente de acesso a terra. (JORGE, 61 anos)

De acordo com os entrevistados, 90% (BRASIL, 2013b) afirmaram o colegiado ser um espaço muito legítimo pelos atores sociais para o desenvolvimento. No entanto, ao afirmar ser importante, Manoel (43 anos), representante de secretaria municipal argumentou que os próprios “gestores não dá muita importância [...]”. Essa foi uma fala constante denunciada pela sociedade civil durante as reuniões do colegiado, da ausência não somente do poder público local, mas de representantes do MDA e do INCRA.

O colegiado territorial do Litoral do Litoral Norte de Alagoas é atualmente constituído por organizações de diversos segmentos, somando um total de 30 cadeiras. É composto por representantes de associações de agricultura familiar, secretarias municipais, sindicatos dos trabalhadores rurais, cooperativas de agricultura familiar, associações da agricultura familiar (artesãos, assentados, apicultores...), comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas...), movimentos sociais (jovens, reforma agrária, mulheres...), ONGs, colônias de pescadores, bancos oficiais (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica) e Entidades do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

No quadro 1 apresentado a seguir, visualizamos as instituições participantes e podemos perceber que as organizações de agricultura familiar não estão vinculados diretamente com a agricultura, mas diversifica-se com as atividades econômicas da apicultura, maricultura, pesca e artesanato que também são criadas nos assentamentos, expressando a pluriatividade da agricultura familiar.

Quadro 1 - Composição institucional do colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas

Segmento	Entidade	Município
Associações Produtivas de Agricultores Familiares	Maricultores	Passo de Camaragibe
	Núcleo de Apicultores	Porto Calvo
	Assoc. dos Agric. do Retiro	São Luiz do Quitunde
Associações de Assentamentos de Reforma Agrária	Boa Vista	Jacuípe
	Jubileu 2000	São Miguel dos Milagres
	Itabaiana	Maragogi
Associações de Artesanato e Turismo	Associação Turística	Japaratinga
	Associação de Artesãos	Passo de Camaragibe
	Dandarot	Maragogi
STR	Sindicato dos Trab. Rurais	Japaratinga
	Sindicato dos Trab. Rurais	Matriz da Camaragibe
Cooperativas	Coopernorte	Porto Calvo
Quilombolas	Assoc. do Bom Despacho	Passo de Camaragibe
Movimento Social	UNEGRO	Porto Calvo
	Acampamento Liberdade	Jacuípe
ONG	Fund. Augusto Gouveia	São Miguel dos Milagres
	DESENVOLVER	Porto de Pedras
Colônia de Pescadores	Colônia Z-25	Porto de Pedras
Secretarias Municipais	Secretário Mun. de Agricultura	Barra de Santo Antônio
	Secretário Mun. de Agricultura	Campestre
	Secretário Mun. de Agricultura	Jacuípe
	Secretário Mun. de Agricultura	Japaratinga
	Secretário Mun. de Agricultura	Jundiá
	Secretário Mun. de Agricultura	Maragogi
	Secretário Mun. de Agricultura	Matriz de Camaragibe
	Secretário Mun. de Agricultura	Passo de Camaragibe
	Secretário Mun. de Agricultura	Porto Calvo
	Secretário Mun. de Agricultura	Porto de Pedras
	Secretário Mun. de Agricultura	São Luiz do Quitunde
	Secretário Mun. de Agricultura	São Miguel dos Milagres

Fonte: BRASIL, 2013c.

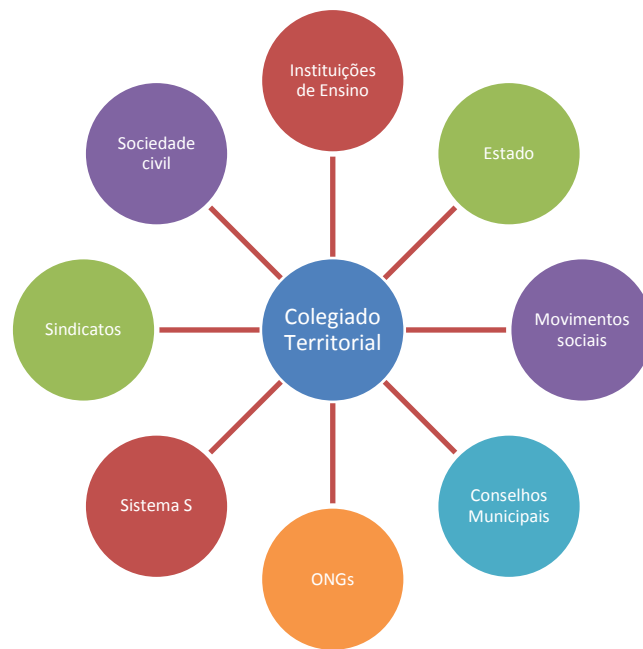
No entanto, a agricultura familiar relacionada estritamente à agricultura na produção de gêneros alimentícios de origem do campo e com destaque de assentamentos de reforma agrária, não é tão expressivo, somando 3 as representações dos Assentamentos de Reforma Agrária: Boa vista, Jubileu 2000 e Itabaiana.

Ressaltamos também que o colegiado é formado por instituições da organização da sociedade civil, não explicitamente de agricultura familiar como os sindicatos, mas que compõem o quadro e a rede e buscam contribuir com o desenvolvimento rural local.

Os atores sociais entrevistados alegaram a necessidade da maior participação dos agricultores familiares e de outros atores considerados estratégicos que podem contribuir para o desenvolvimento rural. Essa observação nos ajuda a

interpretar o território como a soma das forças de diferentes organizações, formando uma rede, demonstrada no gráfico 1, construído a partir dos dados dos questionários.

Gráfico 1 - Segmentos de entidades estratégicas



Fonte: Autora, 2013.

Dentre as citadas no gráfico 1, as entidades ausentes ou com pouca frequência que disseram poder apresentar importantes contribuições são as instituições de ensino, no caso as universidades e os institutos técnicos federais. A sociedade civil refere-se principalmente aos assentados de reforma agrária. Outra, os sindicatos, segundo alguns entrevistados, argumentaram a dificuldade de participarem das reuniões em função de atividades burocráticas mais ligadas aos trabalhadores assalariados rurais.

Do poder público, falaram da importância da representação das secretarias municipais de agricultura, bem como do MDA e do INCRA para o conhecimento dos problemas e apresentação de resoluções e propostas. Desse ângulo, também interrogamos os entrevistados como eles avaliam a participação do Estado. De acordo com os resultados, 70% afirmaram a participação do governo federal e estadual ser boa; 20% muito boa e 10% ruim.

Essa percentagem considerada boa se refere aos resultados da execução de ações e liberalização de recursos, mas não à participação ativa no colegiado. Existe, portanto, uma autonomia dos atores sociais na consolidação do colegiado, independentemente da presença do Estado ou não, sobretudo no nível do governo federal e estadual.

Entretanto, o colegiado, mesmo com uma sociedade civil organizada, somente promove o desenvolvimento se também houver a participação efetiva do poder público. Em sua função de promotor do desenvolvimento, predispõe, ao mesmo tempo, a função de participar e de cuidar do que é público, no sentido da *res publica*, coisa pública.

Como rege o colegiado, o poder da sociedade civil e do Estado é paritário não somente nas decisões, mas nas discussões e divulgação da informação. Além de que a relação paritária entre poder público e sociedade civil fortalece os princípios da democracia na contemporaneidade.

Esse é o sentido atribuído ao novo tipo de gestão pública, a gerencial, que busca descentralizar o poder de forma a alcançar os fins propostos, atender às necessidades dos cidadãos.

Há efetivamente na gestão pública um dualismo. Ao propor uma gestão pública gerencialista, inclusive abrindo espaços para a participação da sociedade civil na gestão do que é público, transparecendo uma participação mais ativa do Estado, deixa, por outro lado, que os agricultores caminhem sozinhos no emaranhado mundo burocrático dos editais, nos quais, com pouco conhecimento técnico, terminam se perdendo no processo, uma característica da antiga gestão pública que busca romper desde a década de 90, incluindo ainda o tipo patrimonialista que invisivelmente perdura no cotidiano das prefeituras na contemporaneidade.

Mesmo os dados da pesquisa informando que os atores sociais do colegiado têm um considerável nível de escolaridade, a baixa capacidade técnica dos atores sociais para avaliação dos projetos foi um dos problemas também apontados por 70% dos entrevistados e que prejudicam muito o desempenho do colegiado.

Com efeito, um aspecto importante na gestão pública consiste em saber como é colocada em prática a administração gerencial, na qual o Estado tem o objetivo de atender às necessidades dos cidadãos, por meio de um serviço público com eficiência e qualidade, mas que, ao mesmo tempo, não rompe com os princípios dos modelos patrimonialista e burocrático.

Na realidade, no Litoral Norte de Alagoas, a exemplo do PRONAT, quando, durante um período de 10 anos de existência do colegiado territorial, a burocracia é indicada por 70% dos entrevistados como um dos principais empecilhos para o desenvolvimento rural.

Para ilustrar, no momento de serem construídos os projetos e nessa etapa desde a construção ao controle das ações, predispõe a participação dos agricultores familiares. No entanto, a participação dos atores não garante aprovação nem execução dos projetos, quiçá aprovação. Sinteticamente, os projetos aprovados, até 2012, foram liberados, a maioria no ano de 2013, como mostra o mapa 2(ver p.109).

O caso¹⁷ da Casa de Mel de Porto Calvo, projeto aprovado em 2006 no colegiado e até 2013 não concluído, foi divulgado em matéria jornalística (CARVALHO, 2013a, 2013b), a qual informa que estão ameaçados a perder os recursos definitivamente no valor de R\$ 99.441,00 em decorrência de problemas na execução do projeto que beneficiaria no processamento da produção de, em média, 200 apicultores.

Portanto, o que antes foi criado como uma exigência normativa e institucional do Estado para o acesso aos recursos termina por criar uma situação de impasse, desmotivação e insustentabilidade das ações, por uma gestão pública mais burocrática do que gerencial, presa à resolução de processos a longo prazo e ineficiência no serviço público .

Outro elemento de evidência na análise de dados foi a compreensão do sentido da agricultura familiar para os atores sociais envolvidos, diretamente relacionado com a finalidade do colegiado. Para isso, olhamos para o colegiado não

¹⁷ Outro caso emblemático foi o projeto de Engenho Mascavo proposto pelo colegiado e aprovado em editais três vezes. Mas, na etapa da execução, não preenchia os requisitos.

somente na perspectiva econômica, mas atentamos para os aspectos sociopolíticos e culturais.

Ao cumprir essa tarefa, percebemos que a organização dos atores sociais e as relações sociais no colegiado são motivadas por elementos econômicos, a exemplo da busca de recursos financeiros para o desenvolvimento do território rural do Litoral Norte de Alagoas, como já explicado.

No entanto, a partir das falas dos entrevistados, esse objetivo primeiro fundamenta a identidade do agricultor, constituída pelo sentimento de pertencimento à agricultura familiar; da preocupação de oferecer à sociedade alimentos com qualidade; da permanência do jovem no campo; da colaboração para com a melhoria e o aumento da produção familiar. Explica Sr. José sobre o significado da agricultura familiar no trecho abaixo de sua fala:

[...] a agricultura familiar é por causa quando agente pega uma terra, da terra agente tem que viver dela. De que? Do produto que você produz, aí você vai ter uma lavoura com mais saúde, sem levando adubo [...] então é uma mercadoria sabendo que foi você que produziu. (JOSÉ, 70 anos)

O agricultor fala da importância e do vínculo da terra com ele. Ela garante a reprodução social do agricultor e da sua família do campo. No entendimento dele, o colegiado é importante porque são necessários os recursos e os projetos para assegurar a venda de sua produção e dos objetivos citados que estão na essência de ser agricultor familiar.

A atuação sociopolítica no colegiado transparece princípios do âmbito da agricultura familiar na fala da entrevistada citada abaixo, não somente na utilização do termo “colônia”, mas do próprio modo de vida dos atores sociais das distintas ordens da agricultura familiar, considerando a pluriatividade – no caso citado a maricultura. Nesse sentido, Antônia fala do elo criado entre os agricultores pela mediação da participação social no colegiado para fazerem parte dessa “colônia”, o território.

A participação social é o elo que se faz que todos e todas sejam de uma só colônia, que vivam no meio bom para todos (as). Digo sempre que a participação social é a política da boa vizinhança. (ANTÔNIA, 47 anos)

A fala apresenta elementos que estão acoplados à compreensão da participação social para a Antônia e também revela outro elemento estruturante da pesquisa, o capital social. A política da “boa vizinhança” é um capital social, significa o ambiente de unidade, confiança, cooperação e reciprocidade estabelecida entre os atores sociais nas relações do colegiado e para a construção social do território.

É enfática a influência que o colegiado exerce nas relações de cooperação entre os atores sociais. Segundo os entrevistados, 90% (BRASIL, 2013b) responderam que melhorou a cooperação entre eles.

Uma informação que corrobora para a análise do capital social e político dos entrevistados é com referência à participação deles em outras organizações, antes de ingressar no colegiado. São elas: associações, conselhos, partidos, movimentos sociais (MST), sindicatos, diretórios, ONGs, colônias, grupos religiosos, consócios e cooperativas.

Nesse sentido, a participação dos atores em campos coletivos – que contribuem para o bem comum – proporcionam a construção de uma cultura cooperativa, cívica e política representativa, como observou Putnam (2006). Para Fabiano (63 anos), “as pessoas juntas têm mais possibilidades de convencer, de somar para o desenvolvimento sustentável”. E a própria rede, tecida nas organizações anteriores, auxilia no alcance dos objetivos dos atores (NEVES; HELAL, 2007).

A participação dos agricultores familiares é princípio fundante do PRONAT (BRASIL, 2013a). Conforme dados de nossa pesquisa, 70% dos atores participantes entraram inicialmente no colegiado por convite pela Direção. Como diz o ditado popular, o convite pode configurar, na escolha dos membros, “uma faca de dois gumes”.

Queremos dizer que, ao mesmo tempo em que são identificados e convidados esses atores considerados estratégicos no colegiado territorial pelos representantes participantes, pode ser um instrumento de limitação da participação dos atores no colegiado. Ou seja, ao não ser utilizado democraticamente, pode

tornar-se um empecilho à participação dos agricultores familiares, de somente participarem aqueles que forem convidados.

No entanto, o convite no sentido de instrumento comunicativo é um instrumento importante, utilizado pelo colegiado, sobretudo pelo Estado para a difusão das ideias do colegiado e incentivo à participação social.

4.3 O processo da participação social dos agricultores familiares no colegiado territorial do Litoral Norte de Alagoas

Encontrar respostas para o entendimento da participação social da sociedade civil no meio rural, especificamente dos agricultores familiares no desenvolvimento das políticas públicas, não foi de perto tarefa fácil. Somente apreendemos quando consideramos como processo social, conforme nos sugeriu Norbert Elias (2006) e sobre o qual já fizemos o exercício na seção anterior sobre as observações nas reuniões do colegiado, mas não se esgotou.

Na citação abaixo, a agricultora familiar Maria fala do significado da participação social para ela e para a consolidação do colegiado territorial:

[...]. É a partir da participação que a gente vem descobrindo, é, a gente discute muito a igualdade social, a qualidade de vida [...] se eu vejo que eu tenho esse direito, eu tenho mais não recebo mais quando eu começo a participar eu começo a descobrir que eu tenho direito, eu começo a me defender e buscar os esses direitos, fazer com que a coisa aconteça, se concretize nas nossas vidas, na nossa família, então eu acho que é isso, pra mim significa isso, o descobrimento, o empoderamento. [...] A maior faculdade da vida é a participação no dia a dia, você vivenciando, por aí. E o colegiado tem contribuído nisso aí, e assim tomei gosto de participar de atuar, não basta só participar mas, atuar de fato. Se eu tiver de faltar uma reunião, falto por necessidade maior [...] O colegiado faz parte da rotina da minha vida, não consigo viver longe do território porque eu sei que é lá discutindo promovendo a melhoria para minha comunidade para o nosso assentamento, e tou vendo hoje agente tem fruto dessa participação, então assim, participação e perseverança, é aquela participação com esperança de conquistar e acreditar que vai acontecer, as vezes o que faz com que você não participe é você não acreditar e eu acredito, tem gente sérias e ações sérias [...] eu tenho um pouquinho do colegiado ele também é meu preciso defendê-lo, preciso trazer subsídios pra que ele siga, pra que ele aconteça [...].(MARIA, 41 anos)

A participação social para Maria significa “descobrimto”, algo que não se apreende rapidamente, entretanto é um processo, uma “faculdade” que, aos poucos, com as experiências, ela foi aprendendo e dando importância para o colegiado territorial.

Outra questão importante, intrinsecamente relacionada à participação, é com referência às relações de poder existente no interior do colegiado. Um elemento, a princípio, invisível mais forte entre Estado e sociedade civil. A relação de poder entre os agricultores familiares existe, mas é moderada. Por exemplo, na escolha entre os municípios que serão beneficiados pelos projetos, a escolha é por consenso e realizada estrategicamente, de acordo com as necessidades das comunidades e com o poder do impacto não somente naquele município, mas na região.

De outro modo, segundo Couto e Rocha, (2006, p. 11apud DELGADO e LEITE, 2011, p.441), o “[...] grau de representatividade dos variados atores (segundo sua capacidade de articulação política e o conhecimento do funcionamento dos processos burocráticos de acesso a recursos públicos)” também influencia no tipo de participação dos atores sociais e na gestão social dos projetos, por exemplo, na escolha do local de construção de uma central de comercialização. Não que haja privilégios, mas atores que tenham maior capital social, portanto, mais conhecimento e poder terminam indiretamente trazendo mais benefícios para seu município.

Já as relações de poder travadas entre o poder público e a sociedade civil transparecem principalmente nas propostas de projetos do colegiado. Sebastião, representante do poder público, afirma que essas relações de poder estão atreladas ao “tradicionalismo da monocultura” e termina por não viabilizar as ações para as comunidades que efetivamente precisavam, fazendo das políticas um jogo político. Vejamos abaixo:

[...] território esse que possui dificuldade né, eminentes ao tradicionalismo da monocultura e a oligarquia que há por trás, que há por trás não, que há por dentro dessa monocultura, então são alguns dos desafios que levam ao desenvolvimento da agricultura familiar e que nos faz ter um olhar diferenciado aos trabalhos e a dinâmica aqui do nosso território que ele tem assim, apresenta né alguns pontos diferenciais de outras regiões, de outros territórios, porque essa predominância da monocultura dificulta tanto desenvolver a política pública para quem de fato e de direito ela é direcionada né, porque na realidade se ficar no domínio público que

são essa oligarquia, então a política pública vai para onde os olhos deles estão mais voltados, tá entendendo, tipo um colegiado, tipo um curral, enquanto, quem realmente tá precisando as vezes, não todos os momentos, mas em alguns momentos são menos desfavorecidos então a participação dentro do colegiado leva a nos perceber esses pontos frábil do nosso território e ao mesmo tempo desenvolver ou fortalecer uma política pública para que eles possam atingir, né essas minorias, uma vez que a política pública hoje é traçada da base, o governo federal, esse tipo de governança faz com que trace essa política pública, trate desse público que é menos favorecido[...].(SEBASTIÃO, 43 anos)

[...] É de fundamental importância dentro do colegiado desde que essa administração e essa articulação entre entidade não seja manobrada, ela tem que ser feita de forma democrática, colocar a oportunidade para todas as organizações da sociedade civil tanto associações, assentamentos, colônias, independente de política [...]. (SEBASTIÃO, 43 anos)

Na outra citação, o mesmo entrevistado enfatiza que a relação de poder entre Estado e sociedade civil deve existir, só não poder haver manipulação dos projetos pelas entidades, pois devem ser planejados e distribuídos democraticamente.

Nesse sentido, a estrutura do sistema de produção da indústria canvieira, atrelada à política local, soa a autoritarismo e práticas clientelistas que podem influenciar no *habitus* e no capital político dos representantes das organizações nas reuniões do colegiado e, por sua vez, limitar a prática política e cidadã, como discutem Mello (2002); Delgado (2010); Benevides (1991), corroendo ainda a possibilidade de participação dos agricultores nas discussões das políticas públicas do colegiado territorial, ou seja, inviabiliza o empoderamento da sociedade civil.

Ao analisar a participação social, a partir da perspectiva de processo social (ELIAS, 2006), foi possível perceber as mudanças ocorridas que, em alguns aspectos, contrastam com o trabalho de Silva (2011), no qual ressaltou a forte prática do patrimonialismo e a desmotivação dos atores sociais inseridos no colegiado.

No período analisado, percebemos os membros motivados e participativos num contexto, no qual as ações propostas, há 10 anos, estavam sendo executadas. Resultado, não somente da ação do Estado, mas de atores empenhados, imbuídos do capital social e político que compreendem a importância da participação social. Ou seja, ao apreender as regras, normas e símbolos, os atores têm a capacidade de

realizar mudanças nas figurações, no colegiado, fato transcrito com singularidade no trecho da fala de Maria.

Segundo os dados coletados, o tempo de participação dos atores entrevistados da amostra são 60%, há a mais de oito anos, e 40 % dos membros, há mais de quatro anos. Desses 60%, 30% fazem parte da sociedade civil e 30% do poder público. Com efeito, 70% dos entrevistados afirmaram que os agricultores familiares são bem representados no colegiado pelos atores que participam assiduamente. De fato, os dados mostram um considerável quantitativo de atores que tem uma longa frequência, denotando o sentimento de pertencimento e comprometimento com o colegiado e com a agricultura familiar, mesmo havendo uma estimável rotatividade, apontada por 60% (BRASIL, 2013b) dos atores como um elemento que prejudica muito o desempenho do colegiado. No entanto, segundo Maria (41 anos), “a maioria defendem de verdade”; e conforme Severino (36 anos), os “representantes estão compromissados com a causa”.

As formas pelas quais os entrevistados alegaram que os membros participam do colegiado são nas discussões, na sugestão de propostas, no controle das ações e deliberação das decisões. Nessa questão, o poder de participação dos membros que têm cadeira no colegiado é maior do que os não efetivos. Aqueles diferem porque os primeiros têm voz para concordar ou discordar, poder de voto nas decisões e para controlar as ações dos projetos, e os membros não efetivos dispõem do poder de opinar e discordar, todavia não votam.

A partir do exposto, é possível relacionar a participação com a representação. No entanto, como esses instrumentos da democracia estão relacionados no colegiado? A participação é um princípio do PRONAT que se concretiza no colegiado por meio da representação de atores sociais ligados à agricultura familiar e não somente constituído por agricultores familiares.

Como apresentado anteriormente, há uma pequena representação dos agricultores familiares no colegiado, confirmada pelos próprios atores, tanto da sociedade civil quanto do poder público. Manoel (43 anos), relata que “precisa de mais participação e não participam com frequência”. Esse é um fator apresentado

que influencia o empoderamento dos agricultores familiares e a gestão social das políticas públicas para o meio rural.

Entretanto, os atores sociais do colegiado afirmam que os agricultores familiares e seus representantes estão acordando, despertando. Possivelmente o contexto sociopolítico e econômico reprimisse a ação organizacional dos agricultores e, num sentido figurado, vendasse suas visões para não perceber as mudanças que estavam ocorrendo.

Do ponto de vista quantitativo da representação e pelo critério da maioria, o colegiado não pode comportar a soma dos agricultores familiares, além das dificuldades com deslocamento dos agricultores aos locais das reuniões do colegiado. Todavia, é preciso representação dos agricultores familiares e participação dos demais quando oportuno, sobretudo de assentados para o conhecimento de suas demandas e necessidades, assim como, para a expansão das políticas públicas para o Litoral Norte. Ressalta o agricultor familiar José (70 anos), que “é preciso levar os assentados para o colegiado”, primordialmente numa realidade na qual existem em média 3.381 famílias (BRASIL, 2012) distribuídas em aproximadamente 40 assentamentos e que representam majoritariamente a agricultura familiar do Litoral, como indicam os dados com referência aos estabelecimentos com agricultura familiar.

Conforme os dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013b), Alagoas tem 95.168 estabelecimentos, dos quais o território do Litoral Norte corresponde a 4.052, o que equivale a 4,25% do Estado, alcançando a maior proporção o agreste, com 47,12%. Do valor total do Litoral Norte, demonstra a tabela 4 (ver p. 107), 49,53%, são proprietários – inclusive assentados – que ocupam uma área de 64,93%. E os assentados sem titulação definitiva somam expressivamente 14, 51% numa área de 15,51% do Litoral Norte.

Tabela 4 – Grupos de áreas por estabelecimentos com agricultura familiar

Grupos (em hectares)	Estabelecimentos de Alagoas (em % do total)	Estabelecimentos Do litoral Norte (em % do total)	% da área de Alagoas	% da área Do Litoral Norte
Proprietário	71,56	49,53	88,39	64,93
Assentado sem titulação definitiva	3,46	14,51	3,15	15,51
Arrendatário	4,50	1,28	2,55	5,42
Parceiro	2,18	10,34	0,66	1,82
Ocupante	13,67	7,75	5,25	12,31
Produtor sem área	4,65	16,58	-	-

Fonte: IBGE, 2006.

A agricultura familiar é representativa também em uma realidade de extrema pobreza. De acordo com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, mostrados na tabela 5 abaixo, em 2000 (PNUD, 2013a), os maiores índices são em Porto de Pedras, com 59,65; Jacuípe, com 50,75 e os menores em Campestre, com 32,88 e Jundiá, com 36,02. Em 2010 (PNUD, 2013b), os dados reduziram, apresentando ainda os maiores com 23,75 em Passo de Camaragibe e 22,34 em Porto de Pedras e os menores, com 13,58 em Porto Calvo e 16,20 em Matriz de Camaragibe.

Tabela 5 - % de extremamente pobres do Litoral Norte

Município	% 2000	% 2010
Barra de Santo Antônio	36,84	18,89
Campestre	31,88	17,46
Jacuípe	50,75	16,42
Japaratinga	38,83	19,12
Jundiá	36,02	16,90
Maragogi	42,01	21,19
Matriz de Camaragibe	36,49	16,20
Passo de Camaragibe	48,33	23,75
Porto Calvo	42,23	13,58
Porto de Pedras	59,65	22,34
São Luiz do Quitunde	37,05	18,87
S. Miguel dos Milagres	39,31	18,57
Alagoas	-	16,66
Brasil	-	6,62

Fonte: PNUD, 2000; 2013.

Em termos regionais e comparativos, o Litoral apresenta suas especificidades com relação à população em extrema pobreza. A partir dos dados do IBGE (BRASIL, 2012) e dados de cada território de Alagoas, a região do Litoral Norte tem, em média, 15 mil habitantes no meio rural na linha de extrema pobreza, o que equivale a 37,98% do total dos territórios como versa a tabela 6 a seguir. Com relação à população total de habitantes do Litoral Norte (180.788), a extrema pobreza no meio rural corresponde a 8,78% e 28,50% da população total rural

(55.706). Em comparação aos outros territórios, como o Médio Sertão, no qual a extrema pobreza tem alto índice no meio rural, o Litoral Norte apresenta o menor índice do Estado.

Assim, mesmo o meio rural com uma percentagem menor de agricultores familiares, na realidade do Litoral Norte os assentamentos de reforma agrária contribuem para a redução dessa pobreza na região.

Tabela 6 - População em extrema pobreza/2010

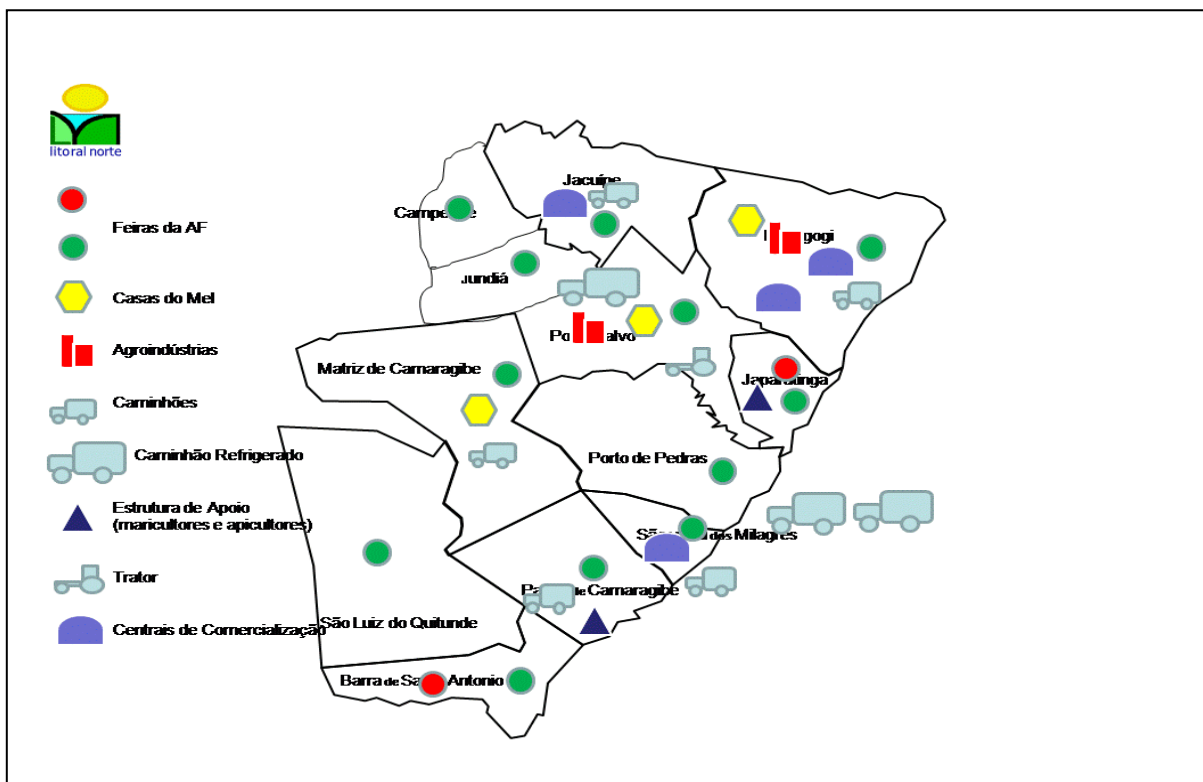
Município	Total/hab	Urbana/hab	Rural/hab	% Rural/total
Agreste	153.42	52.27	101.15	65,92
Alto Sertão	56.93	15.55	41.37	72,67
Litoral Norte	41.80	25.92	15.87	37,98
Médio Sertão	59.185	17.69	41.49	70,11
Mata Alagoana	69.556	40.84	28.71	41,28
Bacia Leiteira	36.99	13.81	23.13	62,61
TOTAL	417.881	166.08	251.72	-

Fonte: IBGE, 2010.

De ordem objetiva e material, segue, no mapa 2 (ver p. 109), uma apresentação dos resultados dos projetos encaminhados pelo colegiado territorial nos editais do PROINF, em conjunto com as prefeituras municipais da região. Os municípios mais beneficiados são Porto Calvo e Maragogi, dois grandes polos de desenvolvimento econômico do Litoral, mas que também têm uma participação expressiva no colegiado com a representação dos assentados de reforma agrária e secretários municipais de agricultura.

Os municípios ausentes do colegiado, como São Luiz do Quitunde e Barra de Santo Antônio, terminam por não ser beneficiados com os recursos igualmente como os outros. Inclusive, São Luiz do Quitunde é o município mais populoso da região, com uma média de 12 assentamentos e apresenta índices socioeconômicos negativos.

Mapa 2 - Distribuição das ações do colegiado territorial



Fonte: BRASIL, 2013d.

Uma questão que trouxe bastante inquietação na pesquisa, além da hipótese, foi buscar compreender e explicar o que motiva os atores sociais a participarem das reuniões do colegiado. Dentre as alternativas que motivam os atores sociais a participarem das reuniões do colegiado, 100% dos atores da sociedade civil afirmam participarem para buscar benefícios para as instituições que representam.

Além disso, 100% dos entrevistados – sociedade civil e Estado – alegam participar porque querem contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar no território do Litoral Norte. Esse objetivo é preponderante nas entrevistas, existe uma preocupação dos entrevistados em contribuir para a promoção do desenvolvimento rural do Litoral Norte, bem como, estão empenhados para a mudança latifundiária da região e melhorias na área social, principalmente na educação.

Então, no processo de análise de participação dos agricultores familiares, percebemos que os atores se mobilizam e estão motivados a participar, existe um objetivo em comum que perseguem. Os atores reconhecem que o território rural e o colegiado territorial do Litoral Norte surgiram com o incentivo do governo federal,

porém, desde o início e durante a consolidação do colegiado territorial, não configura uma imposição do PRONAT de forma mecânica, sem uma pré-mobilização e sem resultados objetivos e subjetivos,

Portanto, embasados na teoria da Identidade Coletiva (MELUCCI, 1996) e da ética camponesa (WOORTMANN, 1990), a motivação para os agricultores familiares se organizarem e participarem do colegiado não está somente atrelada à perspectiva do cálculo econômico, de custo e benefício. Eles buscam no colegiado a reprodução de sua identidade de agricultor familiar, constituída e não destituída de sentidos social, cultural e simbólico.

Os elementos identificados para classificação da participação são: **capital social; capital político; tempo/frequência; forma de participação; motivação**. A partir desses elementos, classificamos a participação dos atores sociais como **ativa** ou **inativa**, de acordo com a realidade do colegiado.

A participação **ativa** corresponde a uma participação assídua, efetiva e de longo período nas reuniões do colegiado, assim como, com capacidade de representar, dialogar, concordar/discordar, propor e tomar decisões. Os atores com uma participação ativa estão imbuídos de um espírito cívico e cooperativo e buscam contribuir com o desenvolvimento rural do Litoral Norte de Alagoas e fortalecimento do colegiado territorial

A participação **inativa** corresponde a uma participação com uma frequência reduzida e mesmo esporádica de atores que estão motivados mais por elementos objetivos que subjetivos. Bem como, se relaciona a uma participação de atores que não estão envolvidos com os objetivos do colegiado. Por outro lado, não estão empenhados em contribuir para as discussões e para a construção dos projetos, nem representa sua entidade nem apresenta suas necessidades com efetividade, caracterizados também pela perda de confiança e credibilidade no colegiado como espaço público de discussão e alcance das políticas para a agricultura familiar.

Baseados nos resultados da pesquisa, tanto das observações quanto das entrevistas, percebemos a existência de ambos os tipos de participação no colegiado. Com menor percentagem, 20% dos atores que participam desde a

formação do colegiado, nos últimos dois anos, têm reduzida participação, levando a classificá-la como inativa. Já a participação da maioria dos entrevistados, o que equivale a 80% tanto da sociedade civil quanto do Estado, participam efetivamente das discussões e dos projetos, atribuindo-a como ativa.

Classificar a participação como ativa ou inativa é um tanto complexo, contudo é um meio de o pesquisador analisá-la, por meio de elementos que podem indicar em que nível e direção está a participação dos atores sociais. Nesse sentido, os elementos utilizados podem ser flexíveis de um ator para outro, e no resultado da soma dos fatores, a participação não ser deficitária, mas, conforme o funcionamento e a dinâmica do colegiado, como espaço público, a maioria dos elementos citados devem existir.

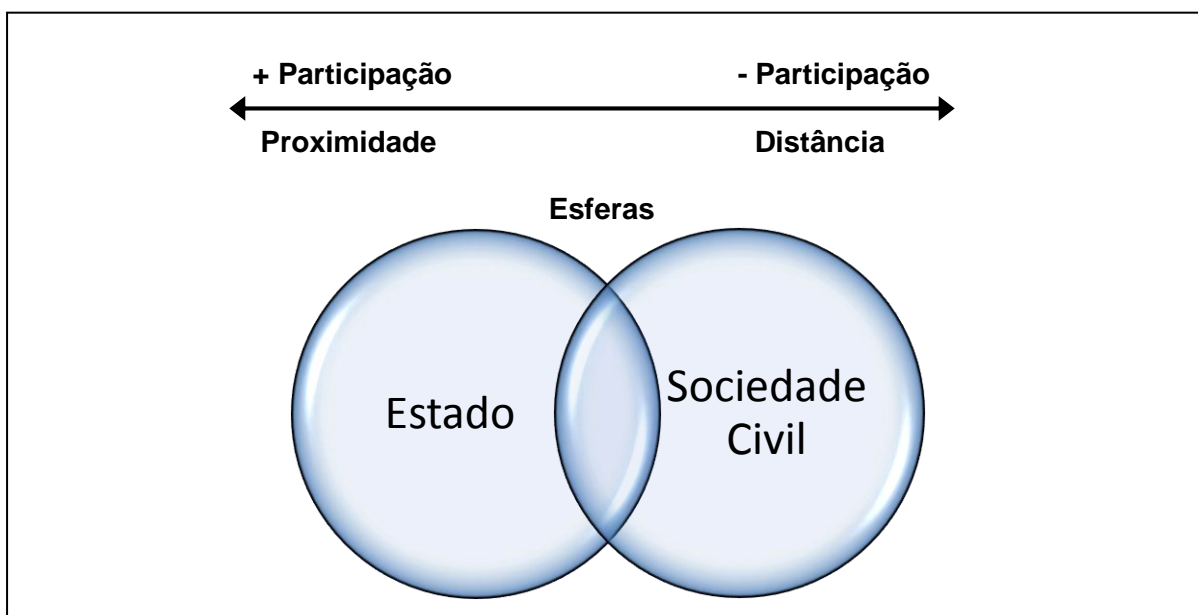
A partir da análise dos dados dos membros do colegiado, um ator social que tem uma participação ativa é aquele que tem um vínculo de comprometimento com o colegiado. É o ator empenhado com o desenvolvimento rural do Litoral Norte que participa das reuniões, representa sua entidade e colabora com as atividades do colegiado. Do contrário, é um ator com uma participação inativa que influencia no quantitativo sem participar efetivamente das reuniões. Não contribui com as ações e decisões do colegiado e não representa os reais interesses dos seus representados e da agricultura familiar no Litoral Norte. O que queremos dizer com essa categorização é que nem sempre quantidade significa qualidade, mas que, para existir a qualidade dos processos e espaços democráticos, é primordial haver um quantitativo representante de atores imbuídos de princípios igualitários, de coletividade e do que é público.

De outro modo, o quadro 2 (ver p. 112) produzido a seguir demonstra a relação entre a sociedade civil e o Estado. Abaixo da reta, estão dois globos, significando duas esferas: uma, a sociedade civil e outra, o Estado. Acima, na extremidade à direita da reta está a palavra participação sinalizada com o sinal +, expressando proximidade, significando que, quanto mais próxima uma esfera da outra, existe a participação ativa e efetiva delas. No extremo oposto, está a palavra participação com o sinal -, denotando distância, significando que, quanto maior a distância entre as esferas, menor a participação dos atores sociais.

O quadro nos auxilia na compreensão da importância da relação paralela entre a sociedade civil e o Estado. Para se efetuar o desenvolvimento rural, há a necessidade da participação de ambas as esferas no espaço público. Sobretudo, a sociedade não pode estar distante do espaço público, no qual há a presença do Estado para a apresentação e discussão de demandas e projetos.

E entre uma esfera e outra, no ponto de interseção, está o espaço público, para o qual convergem a sociedade civil e o Estado. Ou seja, quando há um distanciamento, logo uma menor participação tanto dos agricultores familiares quanto do Estado pode resultar numa redução da participação social no colegiado.

Quadro 2 - Participação e relação entre sociedade civil e Estado



Fonte: Autora, 2013¹⁸.

A hipótese construída foi gradualmente avaliada. Verificamos o quão é complexo afirmar positiva ou negativamente, pois a realidade social não é algo imutável. Inicialmente, de acordo princípios da representação dentro do espectro dos limites da democracia, nem todos os cidadãos precisam participar para ter os seus direitos garantidos; entretanto, no colegiado, precisa de quorum de participação dos representantes para as decisões referentes ao desenvolvimento rural. Pelo princípio da maioria, os cidadãos conferem seu poder a um líder que irá representá-lo. Nesse sentido, há a participação de assentados, maricultores e

¹⁸ O quadro é baseado em uma lista de diferenças entre modernismo e pós-modernismo, construída por Hassan apud Harvey, na qual a distância seria uma característica do primeiro e a participação do segundo. In: HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.p.48.

apicultores no colegiado territorial do Litoral Norte que representam parcialmente a agricultura familiar do território, visto que o Litoral Norte é constituído por 40 assentamentos e somente 3 participam, 6 colônias entre as quais 1 participa - num universo total de 6.311 pescadores (BRASIL, 2012), 2.800 homens e 3.502 mulheres.

Há também, de acordo com o acompanhamento das reuniões, uma repetição dos mesmos representantes, requerendo, nesse caso, uma maior participação dos agricultores familiares para que leve a real representação dos interesses dos agricultores.

Assim, de acordo com a hipótese da pesquisa, confirmamos que o colegiado constitui no Litoral Norte um espaço público legítimo e democrático de participação dos agricultores familiares para discussão e deliberação de decisões relacionadas à agricultura familiar. No entanto, não há uma representação expressiva dos agricultores familiares do território, devido à insuficiência de capital social e político, retratada na ausência de práticas de cooperação, confiança, coletividade, representação, organização social, como bem apontou Putnam (2006). São atores ausentes que têm um espírito individualista e de enfrentamento do Estado através de outras formas.

A participação dos agricultores também é reduzida pela ausência e falta de incentivo do Estado, – secretarias municipais de agricultura e da pesca, SEAGRI, SDT/MDA, INCRA, SEAGRI, EMATER, entre outras – não somente financeiro, mas no sentido de divulgar, tornar público o espaço legítimo de discussão dos agricultores familiares. É tão verídico que o próprio Estado não participa das reuniões do colegiado, informação reforçada pelos próprios atores. Também, termina por causar o sentimento de insatisfação nos agricultores e descrédito nas políticas públicas e no próprio colegiado, incidindo na diminuição de capital social e político.

Portanto, do ponto de vista quantitativo, consideramos pequena a participação dos agricultores familiares. No entanto, analisando pelo aspecto qualitativo, como mostramos na análise de dados, os membros participantes do colegiado têm uma participação ativa e efetiva. A dos agricultores, respaldada em acúmulo de capital

social e político, causa impacto tanto na gestão social do colegiado, quanto, no empoderamento deles.

Enfim, o território é uma construção social, resultado da ação dos próprios atores sociais. São estes que se apoderam do seu espaço, se organizam e com suas forças, conseguem dar um novo significado à agricultura familiar e outra dinâmica ao meio rural no Litoral Norte de Alagoas, buscando transformar uma área com predominância da monocultura da cana-de-açúcar em um território com outra identidade, permeada pela agricultura familiar, bem como, pelo polo de turismo que agrega à cadeia as atividades da pesca e do artesanato diverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos a pesquisa, podemos delinear as considerações finais e apresentar as perspectivas do trabalho. Inicialmente, faremos uma ponderação dos capítulos.

Buscamos, no decorrer do texto, apresentar dados do Litoral e do colegiado para relacionar e fundamentar a teoria que estávamos empregando. Em pormenores no primeiro capítulo, discutimos a configuração da agricultura familiar e a atuação dos agricultores familiares dentro do contexto histórico da segunda metade do século XX.

Podemos inferir, de modo geral, que esse processo de luta e de reconhecimento da agricultura familiar foi fundamental para a construção das políticas públicas territoriais no final do século passado e início do século XXI. E mesmo, para pensar a participação social no PRONAT, foi indispensável conhecê-la lá no processo de redemocratização, no qual foram construídas as bases. É possível afirmar que a participação da sociedade civil alcança grande força nos processos sociopolíticos com perspectivas de expansão, como disseram os entrevistados que os assentados estavam despertando.

Dessa forma, ao relacionar os dados empíricos com o aspecto macro da participação social no Brasil, percebemos a possibilidade de consolidação dos espaços públicos e construção de novas estratégias e ações para a ampliação e qualificação da participação dos atores sociais. Ressaltamos as próprias manifestações sociais desencadeadas em julho do corrente ano que refletem a participação da sociedade civil para além do pleito eleitoral.

No segundo capítulo, com teor mais sociológico, construímos um referencial teórico que nos ajudou a problematizar e compreender a realidade social. As noções de capital social e espaço público foram complementares para pensar a participação como um processo social. Foi instigante ver *in loco* a dinâmica da participação social no colegiado, um assunto em pauta da gestão pública na contemporaneidade. Uma participação que, às vezes, pode transparecer uma forma para fazer número e alcançar metas de técnicos ou mesmo do Estado, mas, na realidade do colegiado,

também percebemos uma dinâmica com sentido, agricultores organizados que buscam políticas públicas para o desenvolvimento de seus municípios.

A questão do tempo, enfatizada por Elias, é tão importante como o espaço, ressaltado por Putnam. A participação não somente é compreendida em um espaço longo de tempo, como também perpassa a própria lógica de participação do Litoral Norte, uma vez que está atrelado à dinâmica macro da democracia e à noção de rede com os outros territórios do Brasil e do mundo.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise de dados coletados, no qual relacionamos as categorias, buscando estabelecer nexos causais da participação dos agricultores familiares.

Apresentamos também como foi realizada a pesquisa, constituída de desafios, mas que se tornou numa inesgotável fonte de dados e achados que proporcionou um aprendizado incomensurável. A partir da longa trajetória de observação e entrevistas podemos concluir que o colegiado territorial do Litoral Norte foi um laboratório sociológico para o estudo da participação e representação dos agricultores

Na dissertação, é fato um salto qualitativo no estudo da participação dos agricultores familiares, mas a pesquisa também foi surpreendente quando trouxe muitas informações e aprofundou a participação social do Estado, um aspecto importante que foi posto como objetivo da pesquisa, mas não como principal, pois a unidade de análise foram os agricultores familiares. No entanto, durante a pesquisa, sobretudo nas entrevistas, com os gestores públicos, as suas falas enriqueceram a discussão sobre a participação da sociedade civil, o papel do Estado e mesmo a interdependência entre as esferas.

Sobre a pergunta a qual guiava a dissertação e não silencia a pesquisa –, como se constitui a participação no colegiado territorial de Alagoas? – exploramos aspectos normativos, objetivos e subjetivos do agricultor familiar e do gestor e conseguimos obter respostas relevantes para pensar a relação da sociedade civil com o Estado, assim como analisamos a participação como processo social, e não como objeto fixo e imutável.

Vale fazer ressalva que, do ponto de vista da participação social dos agricultores, ela foi mais bem compreendida quando vivenciamos um pouco do cotidiano dos assentamentos, associações de pescadores e maricultores e percebemos o valor do sentido atribuído à agricultura familiar pelos agricultores e alguns gestores do setor público.

Nesse sentido, dois elementos estruturantes do PRONAT e extremamente fundamentais na discussão travada no trabalho é a questão da agricultura familiar e da participação social que estão em constante relação se complementando. Do ponto de vista sociológico do princípio de participação social, o PRONAT busca agregar a noção de inclusão ou reenquadramento dos agricultores familiares, em uma arena específica para a discussão de seus objetivos e suas necessidades. E, por sua vez, sabiamente os agricultores familiares se apoderam do espaço.

O estudo da participação social faz parte também da discussão da democracia brasileira, que, com seu caráter híbrido de combinação da representação e participação, busca promover a democratização das relações políticas e sociais.

A experiência de pesquisarmos a participação da sociedade civil no colegiado territorial do Litoral Norte foi uma forma de analisarmos empiricamente os pressupostos da democracia no Brasil e pensar o desenho institucional da democracia brasileira, como está se configurando, especificamente, do que aprendemos por espaço público, construído por uma diversidade de atores sociais e esferas para discussão de questões pertinentes ao público.

Por outro lado, percebemos que o mundo rural do século XXI são figurações humanas modificadas com a modernidade que oferece ou impõe novas estratégias e formas para a construção do espaço social.

Na realidade socioeconômica do Litoral Norte, o PRONAT se torna uma política pública importante e viável para a região, uma vez que busca promover o desenvolvimento social, político e econômico, por meio da escala territorial, agregando a pluralidade da agricultura familiar.

Outro aspecto relevante na pesquisa foi perceber o quão importante é a abordagem territorial para o desenvolvimento socioeconômico da região estudada, porque tem a capacidade de trazer para a discussão atores da esfera da sociedade civil, bem como gestores das três esferas do setor público, com o objetivo de construir o planejamento de baixo para cima e não o inverso.

Com efeito, a participação social dos agricultores familiares é um tema de contínuo estudo, porque não esgotou os meios, formas e repertórios de participação da sociedade civil na democracia brasileira.

De modo geral, a teoria sociológica tem buscado avançar nos estudos, para tentar dar conta da pluralidade de expressões de organização da sociedade civil. E tem feito isso, não deslocada da realidade, mas a partir da realidade posta e com todo conhecimento da teoria e da história. Um aspecto importante é com relação à metodologia. O estudo da participação carece de técnicas específicas e consistentes com variáveis sociopolíticas que permitam analisar com profundidade a dinâmica da participação da sociedade civil.

Ao traçar os dados da pesquisa e descobrimos uma participação ativa dos atores sociais, as tendências sobre a participação e a representação é de um cenário com tentativas de expansão da participação, mas ao mesmo tempo, existe o elemento desafiador da representação, em que os representantes, de fato, sejam os mediadores das demandas da sociedade e agreguem, no espaço público, uma maior expressividade dos agricultores familiares para a democratização do acesso aos recursos.

Esta pesquisa desempenhou dupla importância: do ponto de vista da agricultura familiar, possibilitou apresentar suas especificidades no Litoral Norte de Alagoas e não somente cumpriu com o dever sociológico de pensar a agricultura familiar na perspectiva socioeconômica, mas olhá-la em consonância com as características culturais e políticas na configuração atual, identificadas nas sociabilidades e nas identidades dos agricultores. De outra forma, reconhecendo o papel da sociologia contemporânea, analisou os fenômenos da realidade sem desvinculá-lo do processo histórico de desenvolvimento da sociedade e em paralelo com a interdisciplinaridade do conhecimento.

Por fim, espera-se com, este trabalho realizado, despertar nos pesquisadores a atenção para estudos sobre os agricultores familiares, desde o seu modo de vida à ação política desses sujeitos, bem como suscitar trabalhos que possam focar a ação política de outros atores sociais inseridos nos grupos de gênero, comunidades tradicionais, movimentos sociais, assentados de reforma agrária, sobretudo da juventude rural que será a portadora da voz do amanhã.

É possível também, dentro de limites estabelecidos pelo pesquisador, pensar a realidade da agricultura familiar na contemporaneidade e a ação política desses sujeitos de uma perspectiva macro, como tendências do movimento da globalização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/categoria/artigos-cientificos/2000-artigos-cientificos/>>. Acesso em: 22 set. 2011.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2012.

_____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

_____; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BAENINGER, Rosana. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a150.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2012.

BENEVIDES, Maria V. de M. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. v.14. (Série desenvolvimento rural sustentável). Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/DispForm.aspx?ID=133>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

BONATO, Massimo. A micro-história e a metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n.9, 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST3/001%20-%20Massimo%20Bonato.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOUDON, Raymond. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Convite da reunião ordinária do colegiado territorial do litoral norte de Alagoas realizada no dia 14 de novembro de 2013**. Porto de Pedras, 2013c.

_____. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 17 set. 2012.

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Documento de referência para a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: 2ª CNDRSS**. Brasília/DF: MDA, 2013a. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/view/Documento_de_Refer%C3%Aancia_Final_-_2CNDRSS.pdf>. Acesso em: 8 maio 2013.

_____. **Manual de operacionalização do Proinf 2011**. Brasília: MDA/SDT, 2011c. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/arquivos/view/manuais-proinf/Manual_Convocat%C3%B3rias_PROINF.pdf%20>. Acesso em: 27 jul. 2012.

_____. **Mapa de distribuição das ações do colegiado territorial do litoral norte de Alagoas**. Maceió: MDA/SDT, 2013d.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do litoral norte de Alagoas**. Brasília: MDA/SDT, 2011a. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio041.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.

_____. **Projeto desenvolvimento rural e gestão estratégica**: índice de gestão social do território do litoral norte de Alagoas. Maceió: MDA/SGE. 2013b. No prelo.

_____. **Projeto desenvolvimento rural e gestão estratégica**: relatório analítico do território do litoral norte de Alagoas. Maceió: MDA/SGE, 2011b. 33 p. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra041.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF; NEAD, 2003. (Textos para discussão, 4). Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/publicacoes-nead/publicacoes/arquivo_253.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **Regimento interno do colegiado do litoral norte alagoano**. Passo de Camaragibe: MDA/SDT, 2011d.

_____. **Sistema de informações territoriais**. Brasília/DF: MDA, 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/pesquisa.php#>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Plano diretor da reforma do aparelho de Estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2013.

_____; SPINK, Peter K. (Org.). **Reforma do Estado e a administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CAILLÉ, Alain. “Don et symbolisme”. **La Revue du MAUSS semestrielle: Plus réel que le reel, le symbolisme**, n. 12, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo Quinze; São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>>. Acesso em: 8 maio 2013.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2008.

CARVALHO, Severino. Casa do mel está abandonada. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 28 de agosto de 2013. 2013a. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=229136>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. Porto Calvo corre risco de perder casa do mel. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 11 de setembro de 2013. 2013b. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=230000>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: _____; _____; _____ (Org). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COSTA, Francymáikel A. O. **Recentes estratégias da ação sindical rural em Alagoas**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2013.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Arcos, 2007.

DELGADO, Nelson G.; LEITE Sergio P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos de 1970 ao Governo Lula. In: MOREIRA, Roberto J. e BRUNO, Regina L.(Org.) **Dimensões rurais de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2010.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**: Brasil anos 1990. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DOMINGUES, José M. **Ensaio de sociologia**: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELSTER, Jon. A possibilidade da política racional. **RBCS**, São Paulo, v.14. n. 39, p.13-40, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v14n39/1720.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

FARIA, Cláudia Feres. O processo decisório do orçamento participativo no Rio Grande do Sul: da deliberação pública a representação política; In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Arcos, 2007.

FAVARETO, Arilson et.al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. v.12. (Série desenvolvimento rural sustentável). Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/93/volume_12.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2012.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castelles e Levy. Brasília: Instituto de Política, 2001.

GALDINO, Gearlanza A. **Comprometimento no trabalho e a subjetividade dos trabalhadores da Cooperativa de Recicladores de Alagoas – COOPREL**. Monografia. Universidade Federal de Alagoas, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GODOI, Emilia P. de; MENEZES, Marilda A. de; MARIN, Rosa A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. v. 1.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.; BRINGEL, Breno (Org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n. 2, p. 20-31, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GONÇALVES, M. Flora (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 19 jul.2012.

_____. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?: In: GRAZIANO DA SILVA, J.; MARC, Jean; BIANCHINI, Valter. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001b. (Série textos para discussão, n. 2) Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_2.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2013.

_____. O novo rural brasileiro. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/2253>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

_____. A Industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-10, 1993. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_01.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série desenvolvimento rural sustentável). v.12. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/93/volume_12.pdf>. Acesso em: 13 maio 2012.

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. v. 2.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?: In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2000**. 2012a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

_____. **Contagem da população 2007**. 2012b. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=27&search=alagoas>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

_____. **Censo 2010**. 2012c. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1378&z=cd&o=7>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

_____. **Censo agropecuário 1995-96**. 2013a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

_____. **Censo agropecuário 2006**. 2013b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

JACOBI, Pedro. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13024.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

_____. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2002a.

JAMESON. Fredic. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. Ática, 1991.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1899.

LAVALLE, Adrián G.; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

LEITE, Sergio P. Governança das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina L.(Org.) **Dimensões rurais de políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

LEITÃO, Ana L. Espolador. **Política pública para a agricultura familiar: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios rurais (Proinf) no território Caparaó-ES**. 2009.172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/dissertacao_ana_leticia_leitao.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.

LÉNIN, Vladimir Ilitch. **Le développement du capitalisme em Russie: processus de formation du marché intérieur pour la grande industrie**. Oeuvres complètes, Moscou: Sociales; E. du Progrès, 1899. t. 3.

LIMA, Eli N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Org.) **Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. P. E. (Org.) **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

MARQUES, Paulo E. M. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. Moruzzi. **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: M. Claret, 2010.

MELLO, Paulo D. de A. et al. Desenvolvimento rural e gestão territorial: análise comparativa entre os Territórios do Litoral Norte e do Alto Sertão de Alagoas. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., Belém do Pará, 2012. **Anais...** Belém do Pará: Redes Rurais, 2012. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/node/918>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

_____. **Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. 2002. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. Desenvolvimento rural e enfoque territorial: desafios e perspectivas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28., Recife, 2011. **Anais...** Recife: ALAS, 2011. Disponível em: <<http://www.alas2011recife.com/>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua nova**, São Paulo, n.17, p. 49-66, 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013.

MINAYO, Maria C. de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. v.14 (Série desenvolvimento rural sustentável). Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/DispForm.aspx?ID=133>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina L.(Org.) **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; Edur, 2010.

_____. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 248-271, 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/201204_248_271.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2013.

NEVES, Jorge A.; HELAL, Diogo H. Associativismo, capital social e mercado de trabalho. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

NOGUEIRA, Marco A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLSON JR., M. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/71/Camponeses%20Brasileiros%20vol%201%20NEAD.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

PERICO, Rafael E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Intramericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PIÑERO, Diego E. **Em busca de la identidad: la acción coletiva em los conflictos agrarios de América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2003**. 2013a. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003>. Acesso em: 29 set. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. 2013b. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>>. Acesso em: 2 out. 2013.

PRADO JÚNIOR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRATES, Antônio A. P.; CARVALHAES, Flávio A. de O.; SILVA, Bráulio F. A. Capital social e redes sociais: conceitos redundantes ou complementares. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

PUTNAM, Robert, D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, n. 16, 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/laboplan/artigos/santos_01.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2012.

SANTOS, Raimundo. Rurbanização e revolução agrária em dois registros clássicos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 74-93, 2001. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200104-074-093.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F. C.(Org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

SAQUET. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D. de; GUINDAN, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1. n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2013.

SCHIOCHET, Valmor. **Sociedade civil: o social pensado politicamente**. Blumenau: Edifurb, 2005.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/773.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

_____; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SENRAL, Márcia. Ciências sociais e questão metodológica: fontes orais, história de vida e memória. **Pós em Revista**, Belo Horizonte, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2013/02/E4-CS-03.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2012.

SETTI, Gabriel A. M. **Alcances e limites da reforma do Estado e da reforma administrativa no Brasil e na Argentina**: um estudo comparativos das experiências de Carlos Menem e de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. 2011. 337 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, Gleidylucy O. da. **Vozes do silêncio**: participação e deliberação no nordeste brasileiro: uma análise a partir do território rural do litoral norte de Alagoas. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2011.

SILVA, Marcelo K. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Arcos, 2007.

_____; MARQUES, Paulo E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. Moruzzi. **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SINDICATO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL DO ESTADO DE ALAGOAS. **Área canavieira do Estado de Alagoas**. 2013. Disponível em: <<http://www.sindicucar-al.com.br/area-canavieira/>>. Acesso em: 3 set. 2013.

TARTARUGA, Iván G. P. Território e participação: apontamentos para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: HEIDRICH, Álvaro L. et al (Org). **A emergência a multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista**: um diálogo franco britânico. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. **Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 5, 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_jose_eli.pdf>. Acesso em: 31 maio 2012.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record. 2001.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha (1904). In: _____. **Max Weber**: textos selecionados. Tradução de Maurício Tragtemberg. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Weber,%20Max/Max%20Weber%20-%20Textos%20Selecionados%20-%20Os%20Pensadores.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Editora da UNB, 1990. Disponível em: <http://issuu.com/ricardo2p/docs/k._woortmann__com_parente_n_o_se_neguceia>. Acesso em 25 out. 2013.

APÊNDICE A - Questionário

Nome:

Idade:

Data:

Nível educacional:

Sexo () M () F

1 Qual instituição representa? _____

2 Exerce cargo na instituição?

() Não () Sim Qual? _____

3 Antes de entrar no Colegiado, participou de outra organização?

() nenhuma () Associação () Cooperativa () Sindicato

() Poder Público () Outra _____

4 Qual é a sua principal atividade econômica?

() Agricultura familiar () Comércio () Serviço Público () Outra _____

5 Como chegou ao Colegiado territorial?

() Convite () Voluntariamente () Solicitação

() Outro. _____

6 Você exerce cargo no colegiado territorial?

() Não () Sim Qual? _____

7 Há quanto tempo participa do Colegiado Territorial?

() 1 a 2 anos () 2 a 4 anos () 4 a 6 anos () 6 a 8 anos () 8 a 10 anos

- 8 Qual sua frequência nos últimos 24 meses?
- () Não frequentou () Uma a três vezes () Quatro a seis vezes
- () Mais de sete vezes
- 9 Qual o significado da participação social para você? _____
- _____
- 10 O que o motiva a participar das reuniões do colegiado?(resposta múltipla)
- () Formação cidadã () Conquistar benefícios para sua instituição
- () Interesses pessoais () Contribuir para melhoria da agricultura familiar
- () Contribuir para o desenvolvimento do território
- () Outro _____
- 11 Em sua opinião, o que motiva os atores sociais a participarem do colegiado?
- () A formação cidadã () Conquistar benefícios para sua instituição
- () Interesses pessoais () Contribuir para melhoria da agricultura familiar
- () Contribuir para o desenvolvimento do território
- () Outro _____
- 12 Como é a participação dos atores no colegiado?
- () Sugerem propostas () Têm voz para concordar ou discordar
- () Controlam as ações dos projetos () Têm poder de voto nas decisões
- () Há mobilizações extras à reunião mensal do colegiado
- () Outra _____

- 13 Como é o relacionamento entre as instituições no colegiado?
() Boa () Muita boa () Ruim () Péssima
- 14 Qual a sua opinião sobre a política participativa do governo?
() Boa () Muita boa () Ruim () Péssima
- 15 Como é a relação do Estado com a sociedade civil?
() Boa () Muita boa () Ruim () Péssima
- 16 Como você avalia a participação do governo estadual, municipal e federal?
() Boa () Muita boa () Ruim () Péssima
- 17 Para você, qual a importância do PRONAT e do colegiado territorial no Litoral Norte de Alagoas? Contribuem para:
() A gestão social () O empoderamento dos atores sociais
() O controle social das ações () O desenvolvimento rural
() A agricultura familiar
- 18 Para você quais são suas dificuldades do colegiado?
() Falta de recursos () Falta de motivação dos agricultores familiares
() Falta de apoio do governo local () Burocracia do Estado
() Ausência de parceria com outras organizações
() Outras _____
- 19 Em sua opinião, o colegiado promoveu mudanças no Litoral Norte de Alagoas?
() Não () Sim Quais: _____

20 Você acha que os agricultores familiares estão sendo bem representados no colegiado do Litoral Norte?

() Não () Sim Por quê? _____

21 Em sua opinião, o colegiado precisa da participação de outros atores sociais?

() Não () Sim Quais? _____

22 Qual o significado da agricultura familiar em sua vida? _____

23 Como se sente no colegiado territorial? _____

APÊNDICE B: Perfil dos entrevistados

Entrevistado 1

Nome: Antônia Duarte

Nível educacional: Superior Incompleto

Idade: 47 anos

Sexo: Feminino

Instituição que representa: Associação de Maricultores Rio Mar.

Organizações que participou: Colônia de Pescadores e Grupos de Igreja Católica.

Principal atividade econômica: Agricultura Familiar.

Cargo que exerce no colegiado territorial: Coordenadora da Rede de Colegiado Nacional.

Entrevistado 2

Nome: Cícero Santos

Nível educacional: Ensino médio

Idade: 37 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: Associação dos Agricultores de São Luiz do Quitunde – Povoado Retiro.

Organização que participou: MST

Principal atividade econômica: Agricultura Familiar

Cargo que exerce no colegiado territorial: Gestor de Ações de maquinário Pesado.

Entrevistado 3

Nome: Fabiano Soares

Nível educacional: Doutorado – Sociologia da Religião

Idade: 63 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: Fundação Augusto Gouveia

Organizações que participou: CONORTE; PALP; COOPERMIL; PAS Baixada (RJ).

Principal atividade econômica: Serviço Público

Cargo que exerce no colegiado territorial: Coordenador da Câmara Temática da Educação.

Entrevistado 4

Nome: Francisco Davino

Nível educacional: Graduação em Engenharia de Pesca

Idade: 65 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogi.

Organização que participou: ONG

Principal atividade econômica: Serviço Público

Cargo que exerce no colegiado territorial: Representante da Agricultura Familiar no território.

Entrevistado 5

Nome: Jorge Sarmento

Nível educacional: Graduação em Economia

Idade: 61 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: IADH

Organizações que participou: CEAPA; Central de Associação de Agricultura Familiar.

Principal atividade econômica: Assessoria em ONGs.

Cargo que exerce no colegiado territorial: Articulador territorial

Entrevistado 6

Nome: José Pereira

Nível educacional: Fundamental incompleto

Idade: 70 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: COOPNORT

Organização que participou: Associação do Assentamento Conceição.

Principal atividade econômica: Agricultura familiar

Cargo que exerce no colegiado territorial: Membro efetivo

Entrevistado 7

Nome: Manoel Costa

Nível educacional: Graduação em História e técnico ambiental

Idade: 52 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: Secretaria de Agricultura do Município de Matriz de Camaragibe – SENAR.

Organizações que participou: Sindicatos dos Trabalhadores da Educação de Alagoas - SINTEAL; Diretório Central Estudantil-DCE.

Principal atividade econômica: Serviço Público

Cargo que exerce no colegiado territorial: Representante do município.

Entrevistado 8

Nome: Maria Gonçalves

Nível educacional: Ensino Médio incompleto

Idade: 41 anos

Sexo: Feminino

Instituição que representa: Associação dos Trabalhadores do Assentamento Dandara.

Organizações que participou: Movimentos sociais; MST; Movimento de Mulheres; Agente de Desenvolvimento Local-ADL; PT.

Principal atividade econômica: Agricultura Familiar

Cargo que exerce no colegiado territorial: Núcleo Dirigente

Entrevistado 9

Nome: Sebastião Lima

Nível educacional: Graduação em Agronomia

Idade: 43 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: SEAGRI

Organizações que participou: Nenhuma

Principal atividade econômica: Serviço Público

Cargo que exerce no colegiado territorial: Núcleo Técnico

Entrevistado 10

Nome: Severino Gomes

Nível educacional: Ensino Médio

Idade: 36 anos

Sexo: Masculino

Instituição que representa: Sindicato dos Trabalhadores de Japaratinga

Organizações que participou: Conselho de saúde Estadual e Municipal e Grupos religiosos.

Principal atividade econômica: Assessor de Sindicato Rural

Cargo que exerce no colegiado territorial: Núcleo Dirigente